

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO: CONHECIMENTO E  
INCLUSÃO SOCIAL

AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DAS FAMÍLIAS DE CRIANÇAS E  
ADOLESCENTES VÍTIMAS DE ABUSO SEXUAL: um estudo sobre os processos  
educativos no Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS de  
Teixeira de Freitas - BA.

Quitéria Rodrigues Costa

Belo Horizonte

2014

Quitéria Rodrigues Costa

AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DAS FAMÍLIAS DE CRIANÇAS E  
ADOLESCENTES VÍTIMAS DE ABUSO SEXUAL: um estudo sobre os processos  
educativos no Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS de  
Teixeira de Freitas – BA.

Dissertação apresentada ao Programa de  
Pós-Graduação em Educação:  
Conhecimento e Inclusão Social da  
Universidade Federal de Minas Gerais –  
UFMG, como requisito parcial para a  
obtenção do título de Mestre em Educação

Linha de Pesquisa: Educação, Cultura,  
Movimentos Sociais e Ações Coletivas.

Orientadora: Prof. Dra. Adla Betsaida  
Martins Teixeira

Belo Horizonte

2014

T266r  
T

Costa, Quitéria Rodrigues, 1980-

As representações sociais das famílias de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual : um estudo sobre os processos educativos no Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS de Teixeira de Freitas - BA / Quitéria Rodrigues Costa. - Belo Horizonte, 2014.  
143 f., enc., il.

Dissertação - (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

Orientador: Adla Betsaida Martins Teixeira.

Bibliografia: f. 115-123.

Anexos: f. 124-143.

1. Educação -- Teses. 2. Serviços humanos -- Teses. 3. Serviço social com crianças -- Teses. 4. Crime sexual contra as crianças -- Teses. Serviço social escolar -- Teses 6. Serviço social com a juventude -- Teses. 7. Bem-estar social -- Teses. 8. Assistência a menores -- Teses. 9. Crime contra o adolescente -- Teses. 10. Família -- Teses. 11. Lar e escola -- Teses. 12. Pais e professores -- Teses. 13. Sociologia educacional -- Teses. 14. Psicologia educacional -- Teses.

I. Título. II. Teixeira, Adla Betsaida Martins. III. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

CDD- 362.76

**Catálogo da Fonte : Biblioteca da FaE/UFMG**

Universidade Federal de Minas Gerais

Faculdade de Educação

Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social

COSTA, Quitéria Rodrigues. *As Representações Sociais das Famílias de Crianças e Adolescentes Vítimas de Abuso Sexual: um estudo sobre os processos educativos do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS de Teixeira de Freitas– BA.*

Dissertação defendida em 12 de agosto de 2014, e aprovada pela banca examinadora constituída pelos professores:

---

Profa. Dra. Adla Betsaida Martins Teixeira – Orientadora

---

Prof. Dra. Íris Barbosa Goulart

---

Prof. Dra. Isabel de Oliveira e Silva

---

Prof. Dr. Walter Ernesto Ude Marques



Ilustração 01

*Às famílias do CREAS de Teixeira de Freitas – Bahia,  
pelo protagonismo frente o drama da violência sexual  
de suas crianças e adolescentes.*

## AGRADECIMENTOS

Ao pensar nos agradecimentos a serem registrados neste momento, vários flashes emergem na memória. Flashes de circunstâncias, pessoas e experiências que muito me inspiraram ao longo deste percurso, e que ora despertam toda a minha gratidão.

A *Deus, Força Amorosa* que me sustenta, gratidão eterna pela energia, inspiração e proteção, sobretudo nas viagens entre Teixeira de Freitas e Belo Horizonte.

À minha família. A meus pais *Dercílio* e *Maria*, minhas irmãs *Cristiele* e *Quírian* e meus sobrinhos *Olavo* e *Ádrian*. O que sou e o que realizo sempre terão um ‘que’ de cada um de vocês representado no amor, carinho, dedicação, alegria e incentivo que recebo no cotidiano da nossa convivência.

À amiga *Cleana*, pelo estímulo que me impulsionou a inscrever-me no mestrado. Obrigada por ter sonhado junto comigo, inspirando-me para este desafio!

À minha orientadora *Adla*, pela confiança, profissionalismo e saberes compartilhados ao longo desta experiência.

Aos *profissionais* e às *famílias* do CREAS pela disponibilidade com a qual participaram da pesquisa, contribuindo com a realização deste estudo.

À amiga *Alessandra Teixeira*, pelo auxílio na realização do Grupo Focal.

Aos colegas de Belo Horizonte, pelas aprendizagens, carinho e acolhida que fizeram com que as minhas cansativas viagens se traduzissem em reencontros prazerosos. E, de modo especial, à *Bárbara Aragão, Paulo Carvalho e Fernanda Oliveira*, pela hospitalidade, amizade, companheirismo e apoio mais que especiais em toda essa caminhada.

A todos os *Professores e Funcionários* da Faculdade de Educação, que brilhantemente enriqueceram esse processo formativo com seus saberes e experiências.

À *CAPES*, pelo apoio financeiro concedido.

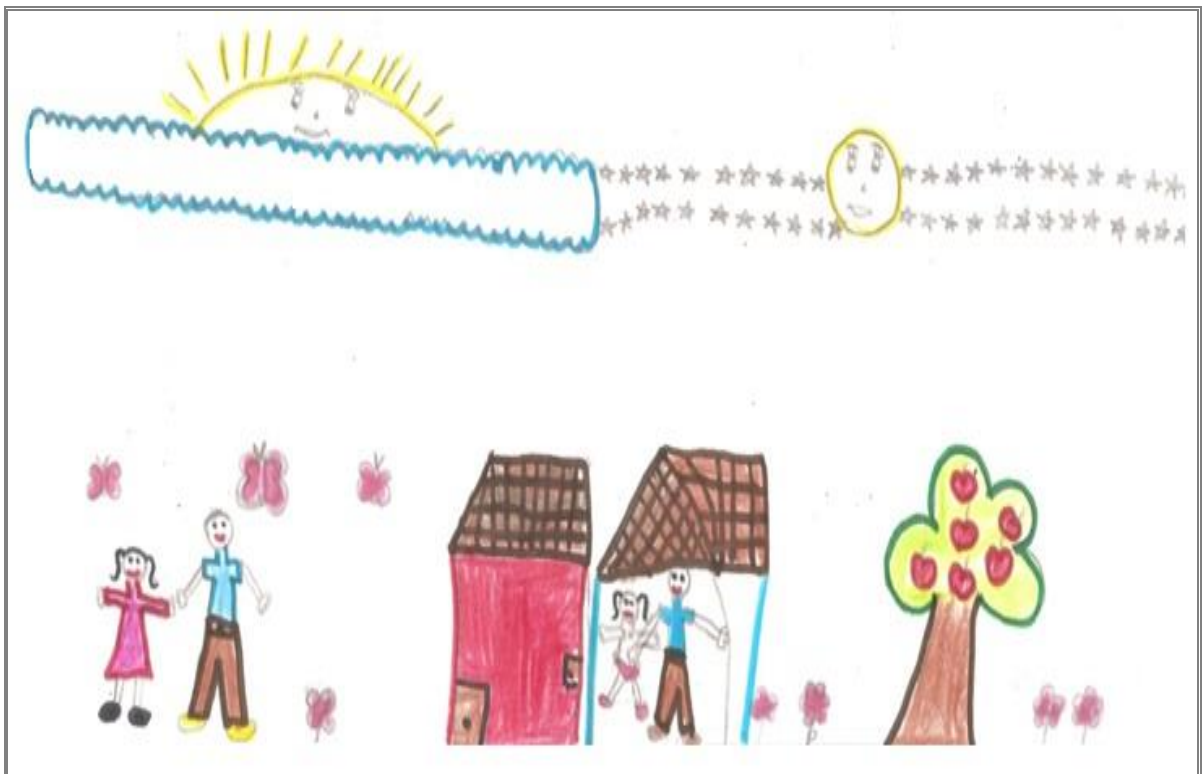


Ilustração 02

*Esses corpos tão violentados merecem outras Éticas.*

*Miguel Arroyo*

## RESUMO

Este estudo teve como objetivo principal compreender as Representações Sociais que famílias de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual apresentam sobre os processos educativos desencadeados nas intervenções do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS do município de Teixeira de Freitas – Bahia. Buscou-se no contexto da pesquisa, identificar também as Representações Sociais que os profissionais do CREAS fazem sobre a participação destas famílias no acompanhamento de suas crianças e adolescentes. A metodologia adotada utilizou uma abordagem qualitativa de caráter descritivo, fundamentando-se na perspectiva teórico-metodológica das Representações Sociais. Os sujeitos da pesquisa foram: familiares das crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual, responsáveis pelo acompanhamento no atendimento do CREAS e, os profissionais que trabalhavam no atendimento direto às famílias e às vítimas. A coleta de dados foi realizada por meio de *entrevistas semiestruturadas* com os profissionais, *grupo focal e questionário* com as famílias. Participou do grupo focal e responderam ao questionário um total de treze famílias, e, sete profissionais foram entrevistados. Após a autorização do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais – COEP/UFMG iniciou-se a pesquisa de campo que teve a duração de cinco meses, incluindo o período exploratório. A caracterização socioeconômica e cultural das famílias foi realizada por meio dos questionários e os dados coletados nos grupos focais foram submetidos à análise de conteúdo a fim de se obter as representações sociais desses sujeitos sobre o trabalho da instituição e, especificamente, sobre a dimensão educativa presente nas intervenções dos seus profissionais. Foram também coletadas as representações sociais dos profissionais sobre a participação das famílias no acompanhamento de suas crianças e adolescentes. As representações construídas pelas famílias foram comparadas às dos profissionais e confirmou-se a hipótese inicial da pesquisa sobre a existência de uma dimensão educativa no trabalho da instituição. Destacou-se a centralidade dos profissionais de psicologia e o suporte emocional como o tipo de apoio predominante nas representações das famílias sobre o trabalho do CREAS, bem como, a família monoparental feminina como arranjo familiar mais presente entre as famílias participantes da pesquisa. A análise da realidade do CREAS de Teixeira de Freitas proporcionou elementos para a reflexão do trabalho dos profissionais junto às famílias vítimas do abuso sexual, permitindo possíveis melhorias neste serviço.



**Palavras-Chave:** Família; Processos Educativos; Abuso Sexual; Infanto-juvenil; Centro de Referência Especializado de Assistência Social; Representações Sociais.

## ABSTRACT

This study aimed at understanding the social representations that families of children and adolescents victims of sexual abuse have on the educational processes triggered by the intervention of the Centre for Social Assistance Specialized Reference - CREAS the city of Teixeira de Freitas-BA. It also prospect to identify, in the context of the research, the social representations that the CREAS professionals have on the participation of these families in monitoring their children and adolescents. The methodology is based on a qualitative research approach and theoretical-methodological perspective of social representations. The subjects of the study were families of children and adolescents victims of sexual abuse in CREAS responsible for monitoring and professionals working in direct service to the families and victims. As methods of data collection semi-structured interviews were performed with professionals and focus groups and questionnaires were conducted with families. A total of thirteen families participated in the focus group and were asked to answer questionnaire and seven professionals were interviewed. With the authorization from the Federal University of Minas Gerais Research Ethics Committee - UFMG, the period in the field, the exploration period, was five months. The results revealed the main socioeconomic and cultural characteristics of the families accompanied by CREAS, as well as their representations about the institution's work and specifically about the educational dimension in professionals' interventions. The results of the representations of the professionals on the participation of families in the monitoring of their daughters/ sons after sexual abuse are still evident. In general, the research confirms the existence of an educational dimension in the work of the institution; reveals the centrality of professional psychology and emotional support as the most recurring type of representations in support of the families on the work of CREAS and highlights the female single-parent family as a family arrangement prevalent among families participating in the research. It is considered that these results may be important points of reflection about interventions done by professionals along with the families of victims of sexual abuse in CREAS.

**Keywords:** Family; Educational Processes; Children and Youth Sexual Abuse; Specialized Center of Social Assistance Reference; Social Representations.

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

**Ilustração 01** – Sede do CREAS de Teixeira de Freitas - BA. Arquivo Pessoal

**Ilustração 02** - Desenho elaborado por Mayara no contexto de um concurso de desenhos sobre violência sexual infantil realizado em maio de 2012 pelas escolas públicas de Teixeira de Freitas - BA. Arquivo Pessoal

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1- INFORMAÇÕES SOBRE O SEXO, ESTADO CIVIL, E VÍNCULO PARENTAL DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA COM AS CRIANÇAS E ADOESCENTES ACOMPANHADAS PELO CREAS DE TEIXEIRA DE FREITAS – BA.....	66
TABELA 2 - ESCOLARIDADE DAS FAMÍLIAS PARTICIPANTES DO ESTUDO NO CREAS DE TEIXEIRA DE FREITAS - BA.....	66
TABELA 3 - OCUPAÇÃO E RENDA DAS FAMÍLIAS PARTICIPANTES DO ESTUDO NO CREAS DE TEIXEIRA DE FREITAS - BA.....	66
TABELA 4 – FAIXA ETÁRIA DOS RESPONSÁVEIS E IDADE E SEXO DAS CRIANÇAS ABUSADAS NO ESTUDO DO CREAS DE TEIXEIRA DE FREITAS - BA.....	68
TABELA 5 - RAÇA E RELIGIÃO.....	68

## LISTA DE SIGLAS

ABRAPIA–	Associação Brasileira Multidisciplinar de Proteção à Criança e ao Adolescente
CAPS–	Centro de Atenção Psicossocial
CF–	Constituição Federal
CFP–	Conselho Federal de Psicologia
CNAS–	Conselho Nacional de Assistência Social
CONANDA–	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CREPOP -	Centros de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas
ECA–	Estatuto da Criança e do Adolescente
IBGE–	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LOAS–	Lei Orgânica de Assistência Social
MDS–	Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
NOB–	Norma Operacional Básica
NOB/RH–	Norma Operacional Básica de Recursos Humanos
PAEFI–	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
PAIR–	Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-juvenil
PESTRAF–	Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual Comercial
PNAS–	Política Nacional de Assistência Social
PNDH–	Programa Nacional de Direitos Humanos
PSE–	Proteção Social Especial
SDH/PR–	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
SUAS–	Sistema Único de Assistência Social
TRS–	Teoria das Representações Sociais

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>155</b>
<b>CAPÍTULO I – O ABUSO SEXUAL INFANTO-JUVENIL E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....</b>	<b>23</b>
1.1 ABUSO SEXUAL INFANTO-JUVENIL: ASPECTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS .....	23
1.2 O ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS DE ABUSO SEXUAL NO ÂMBITO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO BRASIL.....	28
1.3 A FAMÍLIA E A RELAÇÃO FAMÍLIA-CREAS NO ACOMPANHAMENTO DAS VÍTIMAS DE ABUSO SEXUAL ...	35
1.4 A INTERVENÇÃO DO CREAS JUNTO ÀS FAMÍLIAS E OS SEUS PROCESSOS EDUCATIVOS .....	42
<b>CAPÍTULO II - O PERCURSO INVESTIGATIVO .....</b>	<b>48</b>
2.1 A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS COMO ESCOLHA TEÓRICO-METODOLÓGICA .....	48
2.2 O CAMPO, OS SUJEITOS DA PESQUISA E OS CUIDADOS ÉTICOS .....	52
2.3 MÉTODOS DE COLETA DOS DADOS .....	55
<b>CAPÍTULO III - OS PROCESSOS EDUCATIVOS DO CREAS NAS REPRESENTAÇÕES DAS FAMÍLIAS.....</b>	<b>600</b>
3.1 UM “CONJUNTO QUE DEUS PREPAROU PARA NÓS” OU “UM CREAS PARA PEDIR MAIS APOIO À JUSTIÇA”?	64
3.2 A PSICÓLOGA COMO PROFISSIONAL DE REFERÊNCIA NAS REPRESENTAÇÕES DAS FAMÍLIAS .....	70
3.3. “PRA DÁ MAIS ATENÇÃO, DÁ MAIS CARINHO PRA FICAR PROTEGIDO”: AS REPRESENTAÇÕES SOBRE AS ORIENTAÇÕES RECEBIDAS.....	75
<b>CAPÍTULO IV - DAS REPRESENTAÇÕES DAS FAMÍLIAS ÀS REPRESENTAÇÕES DOS PROFISSIONAIS DO CREAS: UM OLHAR SOBRE A RELAÇÃO FAMÍLIA-PROFISSIONAL ...</b>	<b>86</b>
4.1 “ME SINTO MUITO BEM, TANTO COM A EQUIPE, TANTO COM AS FAMÍLIAS [...] MAS POSSO FALAR UMA QUESTÃO NEGATIVA?” AS REPRESENTAÇÕES DAS PROFISSIONAIS SOBRE O TRABALHO NO CREAS.....	87
4.2 A MÃE COMO O “BRAÇO DO CREAS”: AS REPRESENTAÇÕES SOBRE AS ORIENTAÇÕES DADAS ÀS FAMÍLIAS .....	93
4.3 “QUANDO VOCÊ VÊ AQUELAS PESSOAS COM A ESCOLARIDADE BAIXA E A RENDA BAIXA... ”: REPRESENTAÇÕES SOBRE À PARTICIPAÇÃO DAS FAMÍLIAS DO CREAS DE TEIXEIRA DE FREITAS .....	101
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>1099</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>1155</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>124</b>

## INTRODUÇÃO

Este estudo teve como objetivo principal compreender as Representações Sociais que famílias de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual apresentam sobre os processos educativos desencadeados nas intervenções do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS do município de Teixeira de Freitas-Bahia. Buscou-se no contexto da pesquisa identificar também as Representações Sociais que os profissionais do CREAS fazem sobre a participação destas famílias no acompanhamento das suas crianças e adolescentes. Na perspectiva das famílias, analisou-se como estas compreendem e se apropriam dos processos educativos do CREAS que se dão nas informações, orientações e conhecimentos presentes no acompanhamento psicossocial das vítimas do abuso sexual. Finalmente comparou-se as Representações Sociais apresentadas pelas famílias e as Representações dos profissionais sobre a participação das mesmas nos atendimentos.

Esta comparação possibilitou compreender a realidade e especificidades do CREAS objetivando auxiliar no processo de planejamento de intervenções para um atendimento mais efetivo às crianças, adolescentes e famílias vítimas do abuso sexual. Entende-se aqui, que o trabalho do CREAS possui caráter pedagógico e formativo, não meramente informativo.

A escolha desta temática emerge no contexto da minha atuação profissional quando coordenadora do CREAS no município de Teixeira de Freitas – BA entre os anos de 2009 a 2012, do meu interesse para com questões relacionadas aos direitos humanos infanto-juvenis e da minha formação no campo da pedagogia. Após dez anos como professora e coordenadora pedagógica em escolas, passei a trabalhar no CREAS deste município, campo até então novo em minha trajetória profissional. Esta experiência gerou várias aprendizagens, inquietações, frustrações, bem como, algumas reflexões. Dentre elas, reflexões sobre o fenômeno do abuso sexual infanto-juvenil, e a percepção de uma dimensão educativa no atendimento às suas vítimas no CREAS. Visando situar o leitor quanto ao campo em que se inscreve esta pesquisa, bem como os problemas que dele emergem, apresentamos algumas informações relevantes para uma compreensão do CREAS de Teixeira de Freitas e do seu papel social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

O CREAS, integrante do Sistema Único de Assistência Social “[...] é a unidade pública de abrangência e gestão municipal, estadual ou regional destinada à prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos” (BRASIL, 2011, p. 23). Este Centro oferece atendimento psicossocial a famílias e indivíduos de diferentes grupos geracionais vítimas dos mais diversos tipos de violência, incluindo a sexual. Com a expansão da Política de Assistência Social no Brasil, houve, nos últimos quatro anos, um aumento considerável no número de CREAS. O Censo do Sistema Único de Assistência Social, o Censo SUAS<sup>1</sup>, informou no ano de 2012, a existência de um total de 2.167 CREAS em todo o Brasil. Desse total, 53 caracterizam-se como de abrangência regional, abarcando outros municípios vizinhos. Comparando os dados de 2012 com dados do Censo SUAS de 2010, nota-se um aumento percentual de 80,6% na quantidade de Centros implantados em todo o território nacional.

No município de Teixeira de Freitas, o CREAS teve origem no ano de 2006, com a implementação do *Programa Sentinela* do Governo Federal. Com o objetivo de atender no âmbito da Política de Assistência Social crianças e adolescentes vitimados pela violência, com ênfase no abuso e exploração sexual, o Programa Sentinela deveria ser implementado nos municípios a partir de alguns critérios de seleção. Os critérios para seleção seriam aqueles municípios com registros de violência contra crianças e adolescentes, identificados pelos Conselhos Tutelares, localizados em áreas que compreendam capitais de Estado, grandes regiões metropolitanas, pólos turísticos, regiões portuárias, grandes entrepostos comerciais, entroncamentos rodoviários, zonas de garimpo e regiões de fronteira (BRASIL, 2001).

De acordo registros encontrados nos arquivos do CREAS, por estar situado em entroncamento rodoviário às margens de uma importante Rodovia Federal (BR 101), ser reconhecido como importante pólo comercial na região e apresentar índices consideráveis de violência sexual contra crianças e adolescentes, o município de Teixeira de Freitas foi “contemplado” com a implementação do Programa Sentinela. Após a realização de um diagnóstico social e mapeamento dos locais de maior ocorrência de abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes, o Sentinela iniciou as suas ações no início do ano de

---

1 O Censo SUAS é realizado anualmente desde o ano de 2007 e tem como principal objetivo a produção de dados, o monitoramento e o acompanhamento dos serviços executados no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/assistencia-social/vigilancia-social/vigilancia-sobre-padroes-de-servicos-censo-suas/censo-suas-institucional>>. Acesso em: 29 nov. 2013.



2006, ocasião em que fora constituída a primeira equipe de profissionais para execução dos trabalhos.

Após reestruturações na Política Nacional de Assistência Social, o trabalho realizado pelo Programa foi incorporado ao CREAS, que, por sua vez, ampliou os serviços ofertados, passando a atender, além de crianças e adolescentes, outros grupos etários vítimas de violência. No entanto, apesar da ampliação do seu público, as informações dos Relatórios Mensais de Atendimentos do CREAS de Teixeira de Freitas referentes aos anos de 2011 a 2013, apontam que a maior demanda atendida continuava sendo de crianças e adolescentes vítimas do abuso sexual.

Informações divulgadas pelo Ministério de Desenvolvimento Social – MDS, através do Censo SUAS<sup>2</sup> apontam também, que a maior parte do público atendido pelos CREAS de todo o Brasil em 2012 foi de crianças e adolescentes, com destaque para as situações de abuso sexual. Desse modo, é possível verificar que o abuso sexual infanto-juvenil constitui-se numa das principais ‘frentes’ do trabalho social desenvolvido tanto pelo CREAS de Teixeira de Freitas, quanto pela maioria dos Centros de Referência do Brasil.

Concomitante à observação de tais dados, a experiência profissional que tive no CREAS levou-me também ao contato com diversos documentos, leis, normas e orientações teórico-metodológicas que norteavam a ação da instituição. A análise destes documentos possibilitou-me aos poucos a percepção de uma dimensão educativa no trabalho da instituição, vez que o trabalho social essencial ao desenvolvimento dos serviços incluía processos de “[...] *orientação* e encaminhamentos para a rede de serviços locais; *orientação* sociofamiliar, *orientação* jurídico-social, *informação*, *comunicação* e defesa de direitos e apoio à família na sua função protetiva” (BRASIL, 2009, p. 20, grifos nossos).

Nesse contexto, pude observar também, na prática dos profissionais, a existência recorrente de processos educativos<sup>3</sup> na maioria de suas intervenções. Desse modo, novamente tive a impressão de que o alcance dos principais objetivos da instituição no atendimento às

---

2 Disponível em: <[http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/publicacao\\_eletronica/muse/censo2012/creas.html](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/publicacao_eletronica/muse/censo2012/creas.html)> Acesso em 28 nov. 2013.

3 Compreende-se por processos educativos, neste estudo, as interações e orientações pelas quais os indivíduos e famílias atendidos no CREAS adquirem determinadas informações e conhecimentos necessários ao processo de superação das situações de violação de direitos vivenciadas. Esses processos incluem as competências e conhecimentos sobre os direitos e o acesso a estes nos demais órgãos de atendimento e a aprendizagem de novas atitudes para lidar com as conseqüências da violência em seus aspectos, sociais, psíquicos e jurídicos.

vítimas de violência, sobretudo no atendimento às suas famílias, parecia depender de uma intervenção pedagógica, uma ação educativa que gerasse aprendizagens, mudança de comportamentos, empoderamento, e não mero acesso a algumas informações sobre a proteção das vítimas.

No atendimento às crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual, percebia, enquanto profissional do CREAS, que esse componente educativo era ainda mais evidente. Contudo, chamava minha atenção o papel da família neste processo. Percebia-se, por exemplo, que na maioria das vezes a intervenção voltada diretamente às crianças e adolescentes vítimas era apenas o atendimento psicológico individualizado, enquanto a família era constituída no foco principal das demais intervenções. As orientações e informações destinadas à promoção de direitos e superação das situações de violência eram geralmente direcionadas à família, considerada pela instituição como imprescindível no processo de acompanhamento de suas crianças e adolescentes.

No atual contexto das políticas públicas de atendimento às crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual, o acompanhamento e o apoio às famílias são considerados fundamentais. “É impossível falar do tema da violência sexual sem nos referirmos à família” (FALEIROS, 2005, p. 107). Isto por que esta é compreendida como parceira privilegiada dos órgãos de atendimento, tanto pela proteção que ela deve continuamente oferecer à criança e ao adolescente, quanto pelo apoio que a mesma necessita diante das dificuldades ocasionadas pelo abuso.

Apesar das intensas reações dos pais ao abuso, estes se encontram despreparados para lidar com as sequelas emocionais e sociocomportamentais dos filhos vitimizados. Além disso, a sociedade tende a culpabilizar a família pelo abuso e pelo estado em que a criança se encontra, chegando a minimizar a atuação do agressor (PAIXÃO e DESLANDES, 2011, p.194).

Cada caso de abuso sexual possui uma história diferente, despertando, assim, emoções diferentes em cada família. Os sentimentos de culpa de muitas mães e pais, a vergonha, os traumas gerados nas crianças e o desmantelamento ou fragilização dos laços familiares, sobretudo quando o abusador é alguém da família, como o pai ou padrasto são alguns dos inúmeros problemas que a família precisa enfrentar.

As práticas de acompanhamento às famílias na reorganização de suas vidas e superação do trauma ocasionado pela violência têm sido adotadas pela maioria dos serviços de apoio e orientação às vítimas da violência sexual. Desta forma, estes serviços objetivam contribuir

com o fortalecimento da família, para que ela desempenhe o seu papel protetivo junto às suas crianças e adolescentes, auxiliando os membros diretamente afetados pelo drama da violência.

A Assistência Social, elege a família como elemento central no desenvolvimento dos benefícios, serviços, programas e projetos. Isso se encontra expresso nas diretrizes da Política Nacional de Assistência Social - PNAS. Partindo do reconhecimento da família como unidade/referência dentro da sociedade, a PNAS fundamenta-se na ideia de que esse é o espaço primeiro de socialização dos indivíduos e, portanto, que para que cumpra com tais funções, precisa ser protegida (PNAS, 2008). Não obstante, as relações entre família e Estado tem sido objeto de estudos e discussões no campo do Serviço Social (MIOTO, 2006; TEIXEIRA, 2009; CARVALHO, 2010; CAMPOS, 2010; TEIXEIRA, 2010; SARTI, 2010).

Saraceno (1996 citada por MIOTO, 2006) explica que a relação da família com o Estado configura-se como uma relação conflituosa, uma vez que este se preocupa mais com a disputa do controle sobre o comportamento dos indivíduos do que com os indivíduos propriamente ditos. Desta maneira, a relação da família com o Estado pode ser vista de dois modos: primeiro, como uma invasão progressiva e de controle do estado sobre a vida familiar e individual, que tolhe a legitimidade e desorganiza os sistemas de valores erradicados no interior da família e, segundo, como uma questão que tem permitido uma progressiva emancipação dos indivíduos (MIOTO, 2006).

Quando se trata da relação entre família e políticas sociais dirigidas à criança e ao adolescente, outros marcos legais e normativos devem ser considerados. No Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, e na Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, por exemplo, está claramente evidenciada a valorização do *papel social* da família. Tais ordenamentos defendem ações protetivas a serem assumidas pela família, postulando sua importância e responsabilidade no bem-estar das crianças e adolescentes.

Considerando tais pressupostos sobre o papel da família no quadro das políticas sociais do Estado, de modo específico, as políticas de enfrentamento da violência sexual, faz-se oportuno mudar um pouco a direção das abordagens acerca desta relação, dirigindo o foco para a perspectiva das famílias. Dado o recorte necessário à construção do objeto desta pesquisa perguntamos neste estudo:

Como as representam as políticas sociais que lhe são destinadas? E de modo particular, como estas representam políticas voltadas ao enfrentamento do abuso sexual infanto-juvenil?

Quais as representações das famílias sobre os processos educativos desenvolvidos na dinâmica de atendimento do CREAS enquanto política pública voltada ao atendimento das vítimas da violência sexual?

Quais as representações que estas famílias apresentam sobre as informações, orientações e conhecimentos recebidos no processo de acompanhamento de suas crianças e adolescentes abusadas sexualmente? Como representam as “*relações pedagógicas*” estabelecidas entre os profissionais da instituição?

E da mesma forma, os profissionais: Quais as representações que estes fazem da participação destas famílias e do seu trabalho junto às mesmas?

Diante do “convite” do Estado ao protagonismo das famílias no âmbito das suas políticas sociais, julgamos de extrema importância uma investigação que busque escutá-las e conhecer suas representações sobre algo que lhes diz respeito diretamente. Escutar as famílias, numa perspectiva dialógica, convidando-as a exercerem o direito de pronunciar a sua palavra sobre estas questões são condições fundamentais no processo de aprimoramento de políticas sociais de atendimento às vítimas da violência sexual infanto-juvenil como a desenvolvida pelo CREAS, abrindo caminhos para relações mais democráticas entre estado e família. Pois, conforme afirma Paulo Freire, “[...] ninguém pode dizer a palavra verdadeira sozinho, ou dizê-la para os outros, num ato de prescrição, com o qual rouba a palavra aos demais” (FREIRE, 2011, p. 109-110).

Encontra-se, no campo do Serviço Social, diversas pesquisas e produções teóricas sobre assistência social e cultura, a dimensão educativa do trabalho do assistente social, o Serviço Social na educação escolar, dentre outros. Entretanto, no que diz respeito aos processos educativos presentes no atendimento às vítimas de abuso sexual acompanhadas no âmbito da Assistência Social, os estudos são ainda escassos no Brasil.

Acredita-se que o empenho em pesquisar e (re) criar diferentes saberes político-pedagógicos poderá contribuir para que a educação se dê de forma mais eficaz neste

campo. A produção de conhecimentos nesta área, poderá auxiliar tanto no aperfeiçoamento teórico-metodológico do trabalho desenvolvido pelo CREAS no atendimento às crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual e suas famílias, quanto na ampliação de uma reflexão sobre esta modalidade de educação, algo pouco comum nos debates educacionais, ainda centrados na educação escolar.

Este estudo está organizado em quatro capítulos. O primeiro Capítulo discorre sobre o fenômeno do abuso sexual contra crianças e adolescentes no contexto brasileiro, apresentando algumas informações e reflexões de ordem teórico-conceitual, bem como os principais percalços enfrentados pelas vítimas e famílias que conseguem romper com o ciclo da violência. É apresentada, ainda, uma trajetória histórica das políticas públicas de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, destacando-se aquelas específicas à Política de Assistência Social. Seguem também algumas reflexões sobre a família contemporânea brasileira no contexto da sua relação com o Estado, focalizando, de modo específico, aquelas estabelecidas no âmbito do CREAS por famílias de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual. Ao final desse Capítulo, apresenta-se uma abordagem sobre os processos educativos que acontecem em instituições sociais não escolares como o CREAS, apontando algumas das potencialidades e limites da educação no campo em questão.

No segundo Capítulo realizamos uma abordagem sobre o embasamento teórico-metodológico adotado na pesquisa. Para tanto, fazemos uma exposição sobre o conceito de Representações Sociais, o modo como estas são construídas na vida social, e a escolha da Teoria das Representações Sociais – TRS - como referencial para a pesquisa. Serão delineados, de forma detalhada e reflexiva, os aspectos relacionados à imersão da pesquisadora no campo, a escolha dos sujeitos da pesquisa, o perfil das famílias participantes, e os métodos utilizados na produção dos dados.

No terceiro e quarto Capítulos são constituídos, respectivamente, os processos de análise e interpretação dos dados coletados através da investigação no CREAS de Teixeira de Freitas. A partir do caminho teórico-metodológico das Representações Sociais e da técnica de Análise de Conteúdo, são construídas reflexões e compreensões presentes no discurso dos sujeitos participantes da pesquisa.

Finalmente, nas Considerações Finais relacionamos os principais resultados da pesquisa trazendo reflexões que, mais do que respostas, intencionam melhor compreender e contribuir para a melhoria dos serviços prestados pelo CREAS, mais especificamente, para a realidade do CREAS de Teixeira de Freitas - Bahia.

# CAPÍTULO I

## O ABUSO SEXUAL INFANTO-JUVENIL E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

### 1.1 Abuso sexual infanto-juvenil: aspectos teórico-conceituais

A violência sexual infanto-juvenil, por seus impactos e representação social, configura-se num complexo fenômeno social entrelaçado por diferentes nuances. Fatores históricos, culturais e socioeconômicos constituem o pano de fundo desse problema produtor de graves repercussões, sobretudo nos campos da saúde e dos direitos humanos de crianças e adolescentes. Alguns dos aspectos que caracterizam a complexidade de tal fenômeno serão apresentados nesta seção.

No Brasil, o Serviço de Denúncia da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República aponta números expressivos nos registros de denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes. O Relatório do *Disque Denúncia* (100) referente ao período de maio de 2003 a abril de 2010<sup>4</sup> aponta que, das 123 mil denúncias recebidas, 32% se referiam à violência sexual. Segundo dados do Censo do SUAS, o maior público atendido pelos CREAS de todos os municípios do Brasil em 2012 foi de crianças e adolescentes, com destaque para as situações de abuso sexual.<sup>5</sup>

Dados mais recentes do Disque 100, relacionados aos meses de janeiro a novembro de 2012, demonstram que a situação continua preocupante, vez que esta modalidade de violência ainda representa 29,2% do total das denúncias de violência contra crianças e adolescentes.<sup>6</sup> Tal percentual representa 40.799 denúncias, sendo que 77% dessas são de abuso sexual, e 23%, de exploração sexual.

De modo a esclarecer a categorização de tais dados e a delimitação deste estudo, é importante destacar que o “[...] macroconceito de violência sexual contra crianças e adolescentes envolve duas expressões: a *exploração sexual* e o *abuso sexual*” (BRASIL,

---

4 Disponível em <[http://www.mp.rn.gov.br/control/file/Relat%C3%B3rio%20Geral%20e%20RN%20%20maio\\_2003%20a%20abril\\_%202010%5B1%5D.pdf](http://www.mp.rn.gov.br/control/file/Relat%C3%B3rio%20Geral%20e%20RN%20%20maio_2003%20a%20abril_%202010%5B1%5D.pdf)> Acesso em 26. jan. 2014.

5 Disponível em <[http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/publicacao\\_eletronica/muse/censo2012/creas.html](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/publicacao_eletronica/muse/censo2012/creas.html)>

6 Disponível em <<http://pt.scribd.com/doc/116272697/Relatorio-Disque-100>> Acesso em 28.nov.2013.

2013, p. 21) (grifos do autor). No entanto, a *exploração sexual*, considerada uma atividade sexual com crianças e adolescentes que implica em “[...] relações de caráter comercial e mercantil” (FALEIROS, 2000, p. 20) não será abordada neste estudo, visto que este se dedica apenas à questões relacionadas ao *abuso sexual*<sup>7</sup>.

Em relação à conceituação do abuso sexual, de acordo com Sanderson (2005), podemos dizer que este,

É influenciado de maneira intensa pela cultura e pelo tempo histórico em que ocorre, o que dificulta estabelecer uma definição aceita universalmente. [...] Há enormes problemas em definir o abuso na infância por que ele é de natureza social e reflete contextos e significados culturais, relatividade cultural, raça, consciência étnica, classe e tempo histórico em que ocorre. (SANDERSON, 2005, p. 1-2)

Considerando, portanto, as distintas definições sobre o abuso sexual e a ausência de um consenso em relação ao seu conceito, neste estudo, por sua abrangência e objetividade, adotamos o conceito apresentado pela Associação Brasileira Multidisciplinar de Proteção à Infância e a Adolescência - ABRAPIA, que o define o abuso sexual como:

Situação em que uma criança ou adolescente é utilizado para a gratificação de um adulto ou mesmo de um adolescente mais velho, baseado em uma relação de poder, que pode incluir desde carícias, manipulação da genitália, mama ou ânus, ‘voyeurismo’, pornografia e ‘exibicionismo’, até o ato sexual com ou sem penetração, com ou sem violência física (ABRAPIA, 1997, p. 6).

As práticas sexuais entre adultos e crianças têm sido representadas de diversos modos em diferentes tempos e culturas. Pois, “[...] aquilo que se entende, se nomeia, se pratica e se sofre como violência muda ao longo do tempo, e também no mesmo tempo, nas diferentes culturas” (MEYER, 2009, p. 214). No contexto brasileiro atual, assim como na maioria das sociedades modernas, tais práticas são significadas como grave violência e crime contra os direitos humanos infanto-juvenis, despertando diversas ações de enfrentamento do problema por parte do Estado, das Famílias e da Sociedade Civil organizada, além de diversos Organismos Internacionais.

Dentre as questões mais pautadas nas pesquisas e discussões sobre o abuso sexual contra crianças e adolescentes, se apresentam como categóricas questões referentes às suas causas

---

<sup>7</sup> De acordo com alguns autores (UDE; FELIPE, 2006) a utilização do termo “abuso sexual”, pressupõe fazer uso de alguma coisa, tendo em vista, a etimologia da palavra abuso (mau uso, ou uso errado, excessivo). Segundo Felipe (2006) o uso da terminologia “abuso sexual”, passa a impressão de que algum uso do corpo infantil é aceitável e permitido. (FELIPE, 2006, p. 206). Apesar de tais críticas, optou-se neste estudo pela utilização do referido termo, uma vez que, este se constitui no termo adotado, tanto pelas políticas públicas do Estado Brasileiro, quanto pela sociedade, pelas famílias e profissionais participantes da pesquisa. Destaca-se, que a criança ou adolescente vítima da violência sexual não é aqui entendida, como objeto e nem que esta possa ser usada de alguma forma. A escolha do termo justifica-se, portanto, por facilitar a comunicação no contexto da pesquisa.



e seus impactos sobre as vítimas. De caráter multifacetado, as causas do abuso sexual somente podem ser discutidas a partir de um olhar amplo e profundo sobre as características da sociedade na qual ele se insere. Como coloca Faleiros (2006),

Os valores do machismo, do patriarcalismo e de inferioridade de gênero e da submissão das crianças aos adultos fazem parte da estrutura de uma sociedade, na qual se inscreve a trajetória das notificações de abuso sexual [...]. Autoritarismo, machismo, preconceitos, conflitos se articulam com as condições de vida das famílias, e as questões de poder se manifestam nas relações afetivas e na sexualidade. É nesse contexto de poder que deve ser analisada e compreendida a violência sexual de adultos contra crianças (p.116-118).

O registro das denúncias de violência sexual apresentadas pelo Serviço de Denúncia da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República corrobora a prerrogativa do machismo e da inferioridade de gênero apontada por Faleiros (2006). Na distribuição das vítimas do abuso sexual por sexo, observa-se que a maioria são do sexo feminino, chegando a 79%, segundo o Relatório do Disque 100 referente às denúncias recebidas entre maio de 2003 a abril de 2010. Como bem reforçam Suassuna e Carvalho (2013):

Historicamente, sabe-se que no conjunto de vítimas de violência, o percentual de mulheres é superior ao de homens. Isso está fortemente relacionado à questão de gênero. Essa categoria define relações de poder assimétricas. Ao gênero masculino, posição esperada do homem, cabem a dominação e a força. Já ao gênero feminino, posição designada para a mulher, está associado à submissão e à fraqueza (SUASSUNA e CARVALHO, 2013, p.104-105).

Como também explica Meyer (2009, p.218), “[...] é no contexto de relações de poder de gênero e sexualidade naturalizadas, sancionadas e legitimadas em diferentes instâncias do social e da cultura que determinadas formas de violência tornam-se possíveis” . A violência de gênero que incide sobre milhares de meninas brasileiras desde a infância se apresenta em uma das piores espécies, que é a violência sexual.

Essas relações desiguais de poder entre os gêneros masculino e feminino estão presentes em diferentes instâncias sociais e, de modo específico, na maioria das famílias, originando outra problemática social diretamente relacionada com a questão do abuso sexual, ou seja, a violência intrafamiliar. Segundo Moreira, Sousa e Silva (2013),

O interior das residências, protegido da visibilidade pública, tem sido o local onde acontece grande parte de eventos violentos contra crianças e adolescentes [...]. A violência intrafamiliar expressa dinâmicas de poder e de afeto, nas quais estão presentes relações de subordinação e dominação (MOREIRA, SOUSA e SILVA, 2013, p. 34-35).

De acordo com Faleiros (2005, p. 114), é “relativamente rara a violência sexual ser exercida por desconhecidos [...] Em geral, é um conhecido da vítima que exerce a agressão

no processo de violência intrafamiliar”. Azevedo e Guerra (2009), por sua vez, afirmam que o abuso sexual constitui-se em modalidade “privilegiada” de violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes. Sendo assim, a constatação de tal problemática aponta um dos grandes desafios enfrentados pela sociedade na superação da violência sexual contra crianças e adolescentes, vez que, nesse tipo de situação, tanto a denúncia quanto o processo de intervenção após o rompimento do ciclo da violência se tornam ainda mais difíceis.

Outro aspecto a ser destacado no contexto desta discussão é que, em geral, ao tratar sobre a questão do abuso sexual, as condições socioeconômicas desfavoráveis das famílias frequentemente são apontadas, por olhares superficiais, como a principal causa desta violência, desconsiderando a complexa trama de relações que circunscreve as situações de abuso sexual. Embora desconheçamos no Brasil pesquisas que abordem a questão do ponto de vista das classes sociais, é possível observar que tal problemática não aflige somente as classes populares. Conforme alertam Miranda e Cunha (2008),

A pobreza não é a causa, mas sim o fator que torna as famílias mais vulneráveis à incidência da violência. Fatores tais como a dependência de álcool ou substâncias psicoativas, o histórico de violência na infância, a doença mental, a perversão são também grandes causas de violência. Esses fatores estão presentes em todas as classes sociais, provocando todas as formas de violação de direitos (MIRANDA e CUNHA, 2008, p.314).

Em relação aos impactos causados pelo abuso sexual, estes são diversos e apresentam diferentes variações. No entanto, a maioria dos estudiosos da área reconhece que a criança quando vítima corre o risco de grave psicopatologia, que poderá interferir em seu desenvolvimento psicológico, afetivo e sexual (ROUYER, 1997).

Ao tratarem sobre estas consequências da vitimização sexual, Azevedo e Guerra (2007) classificam-nas em *orgânicas* e *psicológicas*. As consequências orgânicas, sem serem compreendidas de forma isolada, são divididas em lesões físicas gerais, genitais e anais, gravidez, doenças sexualmente transmissíveis, dentre outras. As consequências psicológicas, por sua vez, são classificadas por dificuldades de caráter afetivo, interpessoal, e de uma vivência saudável da sexualidade.

Os impactos do abuso sexual, sobretudo aqueles relacionados aos aspectos psicológicos, podem variar no que se refere à intensidade. Para Sanderson (2005), os diferentes efeitos do abuso sexual dependem de fatores tais como a idade da criança ou adolescente, a duração e a frequência dos abusos, os tipos de atos sexuais praticados, o uso ou não de

violência física, o relacionamento da vítima com o agressor, a idade e o sexo do agressor, bem como os efeitos da revelação dessa situação na família e na comunidade da vítima.

Sem desconsiderarmos o peso dos demais fatores que determinam os impactos do abuso sexual, destacamos aqui os danos causados pelos efeitos da exposição dessa situação. Nesse contexto, a família, bem como os profissionais que trabalham no atendimento às vítimas, possui papel e responsabilidade fundamentais. Segundo Sanderson (2005),

Frequentemente, as crianças temem as reações dos pais diante da revelação do Abuso Sexual. Se a resposta for negativa, poderá agravar o trauma e o impacto do Abuso Sexual; se forem respostas positivas, poderão minimizar o impacto do abuso sexual – ainda que nem sempre isso aconteça. Outros fatores, como o tratamento insensível por parte dos adultos, funcionários ligados à proteção da criança, polícia e do sistema de justiça criminal, tem a chance de causar um impacto adicional que pode exacerbar o trauma (SANDERSON, 2005, p. 181).

Nesse sentido, todas as consequências oriundas da ocorrência de uma experiência de abuso sexual geram intensas alterações na dinâmica de vida da criança e/ou adolescente, assim como na de sua família. Há grande sofrimento, causado tanto pela violência em si, quanto pelos desdobramentos desta no contexto familiar. Para Paixão e Deslandes (2011),

Mediante as circunstâncias em que sucedeu a violência sexual e por quem foi cometida, as reações familiares podem percorrer trajetões, desde a preocupação com a vítima pelo trauma sofrido até a vergonha, descrédito e desestruturação familiar. Independente da forma como ocorreu a agressão, os parentes próximos da criança ou do adolescente necessitam de suporte, seja ele mental, social ou mesmo econômico (PAIXÃO e DESLANDES, 2011, p. 194)

As famílias que ao reconhecerem uma situação de abuso partem em busca de apoio, passam a percorrer “[...] um difícil caminho, que se inicia com a própria ocorrência do abuso, mas que pode não se encerrar com a revelação e denúncia” (SANTOS e COSTA, 2011, p.531). No contexto do Brasil, após a notificação de uma situação de abuso, as famílias podem transitar por diferentes instâncias como Conselhos Tutelares, delegacias, hospitais, Serviços de Saúde Mental, Vara da Infância e Juventude, Ministério Público, CREAS, entre outros. No entanto, a passagem de muitas famílias por essas instituições nem sempre significa para as mesmas o apoio que buscam, originando, em certas situações, ainda mais sofrimento.

Enquanto rede social primária, é inquestionável o papel do grupo familiar em todos os processos que envolvem uma situação de abuso sexual. Não obstante, muitas das questões que atravessam essas famílias e que são por ela atravessadas num processo como este carecem de maiores reflexões e debates no cenário brasileiro.

## 1.2 O atendimento às vítimas de abuso sexual no âmbito da Política de Assistência Social do Brasil

Por sua natureza complexa e multidimensional, a violência sexual contra crianças e adolescentes demanda intervenções em diversos campos do conhecimento: da saúde, do direito, da assistência social, da educação, dentre outros. No entanto, considerando o lócus desta pesquisa, abordaremos de forma breve a trajetória das políticas públicas do Estado brasileiro no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, no âmbito das Políticas de Assistência Social. Primeiramente, porém, destacaremos algumas mudanças na legislação brasileira relativas à garantia dos direitos humanos de crianças e adolescentes, que possibilitaram a implementação de diversas ações e serviços atualmente previstos no escopo desta Política.

O período histórico anterior à Constituição Federal (CF) de 1988 foi marcado por intensas lutas no campo da garantia dos direitos humanos infanto-juvenis. Diversos movimentos sociais solicitavam uma ação formal do Estado no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, até então pouco discutida e assumida pelas políticas públicas (BRASIL, 2013). Tais lutas foram determinantes na mudança de paradigmas nesta área, assegurando no texto constitucional uma concepção de *criança e adolescente* como *sujeitos de direitos* com absoluta prioridade nas políticas sociais brasileiras. No que se refere ao enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, importância explícita é atribuída no parágrafo 4º do artigo 227 da CF ao garantir que “[...] a lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente”.

A partir da CF 1988, foi instituído no Brasil um importante arcabouço legal voltado para a promoção e proteção dos direitos de crianças e adolescentes. Em resposta às pressões de algumas normativas internacionais como a Declaração Universal dos Direitos da Criança (1959) e a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989), foi aprovado o Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, tornando-se este o principal marco na defesa dos direitos das crianças e adolescentes brasileiras.

A partir do ECA, foi implementado um sistema de justiça e de segurança específico para crianças e adolescentes, com a criação de juizados da infância e juventude, bem como núcleos especializados no ministério público e defensoria, além de delegacias especializadas, tanto para atendimento de crianças e adolescentes vítimas quanto autores de violência (BRASIL, 2013, p. 7).

Para além dos avanços obtidos no campo jurídico, diversos outros voltados ao enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes acompanharam a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente. A promulgação da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS - em 1993, por exemplo, apesar de não se constituir em legislação específica dos direitos das crianças e adolescentes, trouxe importante contribuição nesse contexto ao priorizar em seus objetivos “[...] a proteção á família, à maternidade, à infância e a adolescência” (BRASIL, 1993), abrindo, assim, um importante caminho para a elaboração de documentos normativos e técnicos fundamentais na política de assistência social, no que se refere ao atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência.

Em 1997, sob a coordenação da ONG Associação Brasileira Multidisciplinar de Proteção à Criança e ao Adolescente – ABRAPIA - foi criado o Serviço de Denúncia Nacional de Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes. No contexto de uma crescente mobilização da sociedade civil em prol da implementação de políticas públicas mais efetivas de enfrentamento do problema da violência sexual, em 2003 o serviço é assumido pelo Governo Federal, ficando sob a coordenação da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. A partir de 2006, passou-se a utilizar o número 100 que, divulgado em todo o país, é responsável atualmente pelo recebimento e encaminhamento de denúncias relacionadas a todos os tipos de violação de direitos de crianças e adolescentes, além de “[...] orientar a população sobre o sistema de proteção dos direitos das crianças e adolescentes e obter dados para a elaboração de políticas públicas” (TAVARES, LOUREDO e PRADO, 2013, p. 116).

Em 2000, após a aprovação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA - foi instituído o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-juvenil. Este documento tinha como objetivo principal constituir-se em diretriz nacional no âmbito das políticas de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes (BRASIL, 2000). Tal intenção é explicitada em documento integrante do referido Plano, intitulado Carta de Natal<sup>8</sup>, ao estabelecer que,

[...] o Plano Nacional seja referência única, no âmbito federal, estadual e municipal para orientar ações de definição e alocação orçamentária, de captação de recursos e financiamentos de outras fontes, de planejamento e execução de

---

<sup>8</sup> O Termo de Compromisso denominado “A Carta de Natal” foi elaborado por ocasião do encontro nacional para discussão do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes ocorrido em junho de 2000 na cidade de Natal – RN. O encontro que deu origem à Carta contou com ampla participação de representantes de diversas instâncias governamentais e não governamentais engajadas na defesa dos direitos humanos infanto-juvenis.

políticas por órgãos governamentais e não governamentais, de proposições sobre ordenamentos jurídicos, de toda e qualquer iniciativa com relação ao enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes (BRASIL, 2006, p.9)

Os objetivos, metas e ações definidas no Plano de 2000 foram estruturados a partir de seis eixos que, articulados entre si, deveriam garantir a sua operacionalização. São eles: “[...] análise da situação, mobilização e articulação, defesa e responsabilização, atendimento, prevenção e protagonismo infanto-juvenil” (BRASIL, 2006, p.8). Com finalidades específicas, cada eixo apresentava, além dos objetivos, metas, ações e também os prazos e as instâncias responsáveis pela execução dos mesmos.

Visando assegurar a efetivação de algumas das principais metas estabelecidas nesse Plano Nacional, o Governo Brasileiro implantou em 2001 o *Programa Sentinela*. De acordo com a portaria n. 878/2001, que estabelece as diretrizes e normas do Programa, seu objetivo geral seria, “[...] atender no âmbito da política de assistência social, através de um conjunto articulado de ações, crianças e adolescentes, vitimados pela violência com ênfase no abuso e exploração sexual” (BRASIL, 2001).

As ações do Programa Sentinela começaram a ser desenvolvidas através dos Centros de Referência que, com uma perspectiva de intervenção multidisciplinar (BRASIL, 2001) foram estruturadas de modo a garantir o desenvolvimento de,

Ações sociais especializadas de atendimento às crianças e adolescentes vitimados pela violência, proporcionando-lhes serviços que permitam construir em um processo coletivo, a garantia de seus direitos fundamentais, o fortalecimento da sua auto-estima, o restabelecimento de seu direito à convivência familiar e comunitária, em condições dignas de vida (BRASIL, 2001).

Em 2002, o Governo Federal cria o Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-juvenil - PAIR. Este programa propunha uma metodologia de intervenção específica para tratar dos problemas apontados pela Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual Comercial no Brasil - PESTRAF<sup>9</sup>. Vinculada à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República SDH-PR e tendo como referencial metodológico o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-juvenil, a proposta do PAIR era de,

---

<sup>9</sup> Coordenada pelo Centro de Referência Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes a PESTRAF, foi uma das principais pesquisas sobre Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes realizadas no Brasil.

Integrar políticas para a construção de uma agenda comum de trabalho, entre Governos, Sociedade Civil e Organismos Internacionais, visando o desenvolvimento de ações de proteção a crianças e adolescentes vulneráveis ou vítimas de violência sexual e tráfico para fins sexuais; bem como desenvolver metodologias exitosas de enfrentamento a violências sexuais contra crianças e adolescentes, que possam ser estendidas para outras regiões brasileiras (BRASIL, 2006, p.03)

A instituição do Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra crianças e adolescentes em 2000 e da Comissão Intersetorial de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes no ano de 2003<sup>10</sup> surgem também como instâncias de articulação e fortalecimento das ações de enfrentamento da violência em todo o país. Dentre as diversas ações de sensibilização da sociedade desenvolvidas pelo Comitê Nacional, destaca-se a campanha realizada em todo o país no dia 18 de Maio, instituído pela Lei Federal 9.970/2000 como Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes.

O Programa Nacional de Direitos Humanos também assegura em sua oitava diretriz a promoção dos direitos de crianças e adolescentes para o seu desenvolvimento integral, estabelecendo em seu quarto objetivo estratégico o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. A primeira ação deste objetivo propõe a revisão do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, seguida de outras ações, como “[...] ampliar o acesso e qualificar os programas especializados em saúde, educação e assistência social, no atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual e de suas famílias” (BRASIL, 2010, p. 80-81).

A partir do ano de 2010, intensifica-se o processo de revisão do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes iniciado nos anos de 2003 e 2004. Foram realizados diversos seminários em âmbito regional e nacional, além de colóquios, reuniões interinstitucionais, consultas públicas, reuniões para socialização e análise de documentos de sistematização com a Comissão Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (BRASIL, 2013) deram concretude a este

---

<sup>10</sup> Formado em 2000 num encontro realizado em Natal/RN para a discussão do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, o Comitê Nacional tem a finalidade de missão de articular e monitorar e implementação do referido Plano. A Comissão Intersetorial criada pelo governo federal em 2003 é constituída por 20 ministérios mais 12 parceiros da sociedade civil organizada e agências internacionais, e visa também articular ações no enfrentamento da violência sexual.

processo, que culminou com a publicação, em 2013, do novo Plano Nacional de Enfrentamento a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.

Buscando uma abordagem não fragmentada da violência sexual infanto-juvenil tanto em sua concepção em termos conceituais, quanto na formulação e execução das ações estabelecidas no Plano de 2013, este buscou reafirmar a compreensão de que,

Entende-se a violência sexual expressada de duas formas – abuso e exploração sexual – como todo ato, de qualquer natureza, atentatório ao direito humano ao desenvolvimento sexual da criança e do adolescente, praticado por agente em situação de poder e de desenvolvimento sexual desigual em relação à criança e adolescente vítimas (BRASIL, 2013, p. 22).

Em relação ao Plano anterior, o novo Plano apresenta modificações tanto nas ações em si quando nos eixos que as estruturam. Nesta versão, em cada eixo, além dos seus objetivos específicos, foram inseridos indicadores de monitoramento, e a diretriz do Plano Decenal de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes<sup>11</sup> correspondente às ações ali delineadas. A operacionalização dos objetivos e ações do novo Plano em 2013 passa a se estruturar a partir dos seguintes eixos: prevenção, atenção, responsabilização, comunicação e mobilização social, participação e protagonismo, e estudos e pesquisas.

Nesta trajetória de construção de políticas públicas voltadas para a garantia dos direitos infanto-juvenis, é fundamental salientar o engajamento e contribuição da sociedade civil organizada. Conforme apontam Sousa e Moreira (2013),

No Brasil o “descobrimto” da gravidade e profundidade do fenômeno da violência, em especial da violência sexual contra crianças e adolescentes, deu-se no contexto da redemocratização do país no final dos anos 1980, quando movimentos sociais – entre eles, o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua – tornaram visíveis os atos violentos cometidos contra crianças e adolescentes (p. 12).

No que se refere à Política de Assistência Social, esta vem apresentando nas últimas décadas acentuada expansão na oferta de serviços e na estruturação legal, conceitual e operacional dos mesmos. Importantes mecanismos legais e normativas técnicas como a PNAS (2004), NOB (2005), NOB/RH (2006), NOB (2012), Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009), Lei do SUAS (2011), Orientações Técnicas para o CREAS (2011), entre outros, têm estabelecido as diretrizes e orientações técnicas para o

---

<sup>11</sup> O Plano Nacional de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes foi aprovado em 2010 pelo CONANDA. O Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes faz interface direta com as diretrizes do Plano Decenal apresentando a mesma vigência. Ambos estabelecem o ano 2020 como prazo limite para a execução das suas ações.



desenvolvimento das ações e serviços voltados também ao atendimento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

Dentre os serviços que integram a Política de Assistência Social, o CREAS é a instituição responsável pelo acompanhamento de crianças e adolescentes vítimas da violência sexual. Como unidade de referência na oferta de serviços da Proteção Social Especial de Média Complexidade<sup>12</sup>, o CREAS é definido como uma unidade pública estatal, podendo ser de abrangência municipal ou regional, cujo papel é ofertar trabalho social especializado a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social por violação de direitos (BRASIL, 2011).

Por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI, o CREAS tem como tarefa garantir “[...] apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos” (BRASIL, 2009, p. 19). Desse modo, é considerado público alvo do CREAS no âmbito do PAEFI aquelas famílias e indivíduos de diferentes grupos etários que vivenciam violações de direitos por ocorrência de violência física e psicológica, violência sexual (abuso e/ou exploração sexual), tráfico de pessoas, situação de rua, abandono, vivência de trabalho infantil, discriminação em decorrência da orientação sexual e/ou raça/etnia, dentre outras formas de violação de direitos (BRASIL, 2009).

De acordo com os princípios e diretrizes da PNAS, o trabalho social desenvolvido pelo CREAS deve ser realizado segundo suas Orientações Técnicas, orientando-se pelos seguintes eixos: “[...] atenção especializada e qualificação do atendimento; território e localização; acesso a direitos socioassistenciais; centralidade na família; mobilização e participação social; e trabalho em rede” (BRASIL, 2011, p. 26-37). Enquanto elementos norteadores do desenvolvimento do trabalho social da instituição, cada um desses eixos estabelece a concepção de trabalho a ser adotada pelos profissionais no acompanhamento das famílias e indivíduos, além de apresentar algumas orientações de caráter metodológico (BRASIL, 2011). Tendo em vista a relação de alguns desses eixos com o objeto de estudo desta pesquisa, estes serão aprofundados e discutidos mais adiante neste estudo.

---

<sup>12</sup> A Proteção Social Especial de Média Complexidade constitui-se em tipo de proteção no âmbito do SUAS, responsável pelo atendimento à indivíduos e famílias em situação de risco pessoal e social por ocorrência de violação de direitos, tais como violência física, psicológica, negligência, abandono, violência sexual (abuso e exploração), situação de rua, trabalho infantil, práticas de ato infracional, dentre outras (BRASIL, 2011, p. 18).

Para o desenvolvimento do trabalho no CREAS estão previstos, obrigatoriamente, profissionais de nível médio e/ou superior para as funções de orientador social, e profissionais de nível superior com formações nas áreas de Serviço Social, Psicologia e Direito (NOB/RH/SUAS, 2006). Além destes, outras categorias profissionais como, pedagogos, sociólogos, antropólogos, administradores, dentre outros, também estão autorizadas a compor e atuar na equipe de trabalho do CREAS (BRASIL, 2011).

Ainda em relação aos profissionais, o documento Orientações Técnicas para o CREAS apresenta algumas orientações quanto ao perfil a ser apresentado por estes. Além das atribuições específicas para cada categoria profissional, é previsto um conjunto geral de conhecimentos e habilidades, que inclui,

Conhecimento da legislação referente à política de Assistência Social, direitos socioassistenciais e legislações relacionadas a segmentos específicos (crianças e adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, mulheres etc.). Conhecimento da rede socioassistencial, das políticas públicas e órgãos de defesa de direitos. Conhecimentos teóricos, habilidades e domínio metodológico necessários ao desenvolvimento de trabalho social com famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos (atendimento individual, familiar e em grupo). Conhecimentos e desejável experiência de trabalho em equipe interdisciplinar, trabalho em rede e atendimento a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos. Conhecimentos e habilidade para escuta qualificada das famílias/indivíduos (BRASIL, 2011, p. 99).

Vale ressaltar que, embora tais exigências sejam apresentadas no referido documento, não há, no CREAS de Teixeira de Freitas, uma formação inicial específica e nem uma cultura de formação continuada para os seus profissionais. Além disso, nem sempre esses profissionais chegam com alguma experiência no atendimento a vítimas de violência.

Em relação às características do acompanhamento especializado desenvolvido, este, por sua vez, compreende, segundo as Orientações Técnicas do CREAS (2011),

Atendimentos individuais, familiares e em grupo; orientação jurídico-social; visitas domiciliares, etc. Proporciona espaço de escuta qualificada e reflexão, além de suporte social, emocional e jurídico-social às famílias e aos indivíduos acompanhados, visando ao empoderamento, enfrentamento e construção de novas possibilidades de interação familiares e com o contexto social (BRASIL, 2011, p. 60).

Desse modo, a metodologia de intervenção proposta para o CREAS junto ao seu público e, de modo específico, às crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual é de natureza psicossocial, tendo como foco as relações familiares. Tais prerrogativas encontram as suas bases nas diretrizes e orientações na PNAS (2004) na NOB (2005 e 2012) NOB/RH (2006), na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009) e nas Orientações

Técnicas para o Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS (2011). Sobre as características da natureza psicossocial do CREAS, o documento da Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte esclarece que,

A abordagem psicossocial é fundamentalmente interdisciplinar e busca articular conhecimentos diversos – em especial na área das ciências humanas – para a intervenção em um “campo” de intervenção, um problema e/ou proposta. Nesse sentido, a presente proposta traça procedimentos metodológicos básicos que permitem a associação com teorias da família e do sujeito, desde que dentro de princípios dialéticos e dinâmicos. A abordagem considera as vulnerabilidades, riscos e potencialidades do grupo familiar, tomando-o como protagonista e não como produto passivo do seu meio ou de intervenções externas (BELO HORIZONTE, 2007, p. 112).

Ainda sobre esse aspecto, ressalta-se também a compreensão expressa no documento da Prefeitura Municipal de Curitiba (2011),

No Creas, o atendimento psicossocial configura-se com um conjunto de atividades e ações psicossocioeducativas de apoio, de caráter especializado e de cunho transformador que possibilitam mudanças de comportamento ou de atitude, visando à superação da situação de violência vivenciada. As ações devem ser potencializadoras de autonomia, favorecendo a participação na rede social ampliada. Objetivam a redução de danos ao sujeito e a sua família e a mudança nas condições subjetivas que geram, mantém ou facilitam as situações de violência. Nessa perspectiva, o atendimento deve focar no fortalecimento do núcleo familiar, proporcionando outros elementos que permitam à família estabelecer novas relações de cuidado e atenção entre seus membros (CURITIBA, 2011, p. 33).

Assim, ao priorizar as relações familiares no atendimento dos indivíduos, a abordagem psicossocial vai ao encontro de uma das principais diretrizes da Política Nacional de Assistência Social: a centralidade da família nos serviços socioassistenciais (BRASIL, 2004). A concepção de família enquanto espaço primeiro de socialização dos indivíduos, com responsabilidades mútuas socialmente estabelecidas perante os seus membros, reforça o pressuposto assumido pela PNAS de que, “[...] para a família prevenir, proteger promover e incluir seus membros é necessário, em primeiro lugar, garantir condições de sustentabilidade para tal” (BRASIL, 2004, p. 35).

### **1.3 A família e a relação família/CREAS no acompanhamento das vítimas de abuso sexual**

Considerando a temática desta pesquisa, ou seja, a representações sociais das famílias de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual, torna-se fundamental uma abordagem sobre a família contemporânea brasileira no contexto da sua relação com o Estado. Portanto, serão enfatizadas neste tópico, especificamente, aquelas estabelecidas no âmbito

da Política de Assistência Social que, por sua vez, desenvolve por meio do CREAS uma política social voltada às famílias de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual.

A família brasileira contemporânea vem passando por grandes transformações nos últimos tempos. Tais transformações tiveram grande impulso a partir da década de 1960 no Brasil e em todo o mundo, a partir da inserção da mulher no mercado de trabalho, passando esta a conciliar a atividade profissional com as responsabilidades familiares (PEIXOTO, 2007). Nesse contexto de transformações, outro aspecto a ser destacado é a difusão da pílula anticoncepcional, que separava a sexualidade da reprodução interferindo decisivamente na sexualidade feminina, como coloca Sarti (2010):

Esse fato criou as condições materiais para que a mulher deixasse de ter a sua vida e a sua sexualidade atadas à maternidade como “destino”, recriou o mundo subjetivo feminino e, aliado à expansão do feminismo, ampliou as possibilidades de atuação da mulher no mundo social (SARTI, 2010, p. 21)

A associação desses dois fatores, sobretudo a inserção no mundo do trabalho, gerou mudanças profundas na rotina das famílias. A participação das mulheres em outros espaços além do doméstico provocou na família alguns conflitos resultantes da dificuldade em conciliar os papéis de mãe, esposa e trabalhadora, bem como das dificuldades referentes às relações de gênero.

Quando tais conflitos se tornaram intransponíveis, o casal buscou a separação, que só no final da década de 1970, tornou-se amparado legalmente pela lei do divórcio brasileira. De lá para cá, o índice de divórcios aumentou, bem como o número de famílias reconstituídas e de casais que se formam de modo consensual (MOREIRA, BEDRAN e CARELLOS, 2011, p. 162).

Novas configurações e arranjos familiares emergem com novas problemáticas. Dentre elas, destacam-se aqui as relações entre os pais/mães e filhos separados e aquelas relacionadas à vulnerabilidade social de famílias, que muitas vezes encontram sérias dificuldades em exercer a sua função social.

Questões como estas frequentemente se desdobram em aspectos relacionados aos direitos das crianças e adolescentes. A comprovação de paternidade e as responsabilidades legais dos pais/mães para com os filhos na garantia de direitos básicos como o da convivência familiar, os cuidados referentes à saúde, educação, à dignidade dentre outros apontam, por exemplo, a complexidade das relações no âmbito da família contemporânea brasileira.

As alterações ocorridas com a promulgação da CF de 1988 impulsionaram tais modificações nas famílias. A dissolução da chefia conjugal masculina, tornando a sociedade conjugal compartilhada e garantindo direitos e deveres iguais (SARTI, 2010), bem como a garantia de direitos fundamentais das crianças e adolescentes mais tarde reforçada pelo ECA, são algumas dessas modificações que merecem ser ressaltadas neste trabalho.

Segundo Moreira, Bedran e Carellos (2011, p.163), “[...] a história da família se entrelaça com a história das mulheres e das novas concepções sobre a infância e adolescência”. Se, por um lado, as conquistas relacionadas à garantia de alguns direitos e mais espaço no campo social trouxeram grandes avanços para as mulheres, por outro, trouxe alguns desafios, vez que o papel da mulher no espaço doméstico e as relações entre gêneros pouco mudaram.

Além de uma jornada penosa no mercado de trabalho, continua ainda sobre a mulher o peso da maioria das responsabilidades do lar, que se caracteriza pelos cuidados com a casa, com o esposo e com a educação e cuidado dos filhos. No caso das famílias monoparentais<sup>13</sup> femininas, esse peso se torna ainda maior, vez que “[...] a mulher não conta com a figura de um provedor que divida com ela os encargos do cuidado das crianças e dos adolescentes” (MOREIRA, BEDRAN e CARELLOS, 2011 p. 168).

Dentro desse panorama em que vivem muitas das famílias na contemporaneidade, sobretudo as mais pobres, não é raro encontrarmos muitas crianças e adolescentes submetidos a situações de violência física, psicológica e sexual, além da inserção precoce no mundo do trabalho (MOREIRA, BEDRAN e CARELLOS, 2011). Diante de tal quadro, muitas ações de enfrentamento vêm surgindo ao longo dos anos no Brasil. Segundo Carvalho (2010),

No início da década de 1990, o olhar das políticas públicas voltou-se para as crianças na família. O advento da nova Constituição brasileira e, sobretudo, do Estatuto da Criança e do Adolescente iria recuperar e reforçar o olhar sobre a família. Não era propriamente um olhar sobre a família, mas sim para a criança na família (CARVALHO, 2010, p. 268).

Sarti (2010), por sua vez, afirma que,

---

<sup>13</sup> O conceito de família monoparental refere-se a uma mãe ou um pai que vive sem cônjuge e com filhos dependentes. A família monoparental foi reconhecida como um tipo de família, pelo Direito brasileiro com a promulgação da Constituição Federal em 1988 (SCARPELLINI e CARLOS, 2011).

O ECA dessacraliza a família a ponto de introduzir a ideia da necessidade de se proteger legalmente qualquer criança contra seus próprios familiares, ao mesmo tempo em que reitera “a convivência familiar” como um “direito” básico dessa criança (SARTI, 2010, p. 24)

No Brasil, são diversos os programas e propostas da sociedade civil, do Estado e inclusive de alguns organismos internacionais que visam oferecer apoio às famílias de modo a garantir o bem estar das suas crianças e adolescentes. No entanto, ao tratar daqueles programas desenvolvidos pelo Estado, alguns desafios de interpõe. Segundo Miotto (2006),

O surgimento do Estado, contemporâneo ao nascimento da família moderna como espaço privado e lugar dos afetos não significou apenas uma separação de esferas. Significou também o estabelecimento de uma relação entre eles, até hoje conflituosa e contraditória (MIOTTO, 2006, p.45)

Para a autora, a interferência do Estado nas famílias se dá de diferentes formas. Dentre elas, destacam-se as intervenções estabelecidas por meio de normas que definem e regulam as relações familiares como, por exemplo, a obrigatoriedade escolar, as responsabilidades dos pais e direitos dos cônjuges, as políticas de incentivo ou controle da natalidade etc. Tais interferências muitas vezes produzem algumas tensões configurando um vínculo autoritário do Estado em relação à família, mas podendo também configurar-se numa legítima relação de apoio e fortalecimento da autonomia desta (MIOTTO, 2006). De acordo com Singly (2007),

O Estado ajudou e ajuda a diminuir os laços de dependência: da família em relação a solidariedade da parentela e da vizinhança; da mulher em relação ao homem; da criança em relação aos seus pais. As transformações desses antigos laços de dependência tem um reverso: uma menor autonomia da família e de seus membros vis-à-vis os representantes do Estado, juízes, psicólogos, professores, sociólogos etc.(SINGLY, 2007, p. 64)

Como já mencionado neste trabalho, a Política Nacional de Assistência Social, enquanto política pública do Estado brasileiro, define em suas diretrizes “[...] a centralidade da família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos” (BRASIL, PNAS/2004, p. 27) por ela desenvolvidos. Tal perspectiva se baseia no seguinte pressuposto:

Por reconhecer as fortes pressões que os processos de exclusão sociocultural geram sobre as famílias brasileiras, acentuando suas fragilidades e contradições, faz-se primordial sua centralidade no âmbito das ações da política de assistência social, como espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, provedora de cuidados aos seus membros, mas que precisa também ser cuidada e protegida [...] A família independentemente dos formatos ou modelos que assume, é mediadora das relações entre os sujeitos e coletividade, delimitando, continuamente os deslocamentos entre o público e o privado, bem como geradora de modalidades comunitárias de vida (BRASIL, 2004, p.35)

Desse modo, reiterando o disposto na PNAS e obedecendo as suas prerrogativas enquanto documento norteador da Política de Assistência Social no Brasil, a NOB/SUAS estabelece a matricialidade sociofamiliar como diretriz estruturante da gestão do SUAS (BRASIL, NOB/SUAS, 2012, p. 3) assim como o documento de Orientações Técnicas para o CREAS também estabelece, entre os eixos norteadores do trabalho social da instituição, a centralidade da família apresentando os objetivos das suas intervenções nessa perspectiva.

O trabalho social com centralidade na família no CREAS visa ao fortalecimento da sua função de proteção e atenção a seus membros, prevenindo, mediando e fortalecendo condições para a superação de conflitos. Essa perspectiva é fundamental para prevenir a recorrência e/ou agravamento de processos que gerem e/ou acentuem situações de violência, abandono, negligência ou qualquer outro tipo de risco pessoal e social, por violação de direitos. Nessa direção, o trabalho social proposto pelo CREAS deve primar pelo acesso das famílias e indivíduos a direitos socioassistenciais e inclusão na rede, tendo em vista o empoderamento e a potencialização de seus recursos e capacidade de proteção (BRASIL, 2011, p.34).

Sendo o CREAS uma política pública social, este não está livre das tradicionais tensões existentes na relação entre família e Estado. Considerando que o seu principal objeto de intervenção (a violência sexual contra crianças e adolescentes) configura-se como um fenômeno socialmente complexo e delicado, essa tensão pode tornar-se ainda maior.

Fica claro que a questão da violência sexual, sobretudo o abuso sexual infanto-juvenil intrafamiliar, produz diversos danos para a vítima e para a família. Segundo Furniss (1993),

As crianças que sofreram abuso sexual e suas famílias podem se tornar socialmente estigmatizadas pela reação dos vizinhos, escola e companheiros. A criança muitas vezes também é vitimizada pelas conseqüências da separação familiar. Dificuldades materiais e sociais trazem problemas adicionais quando as pessoas que cometeram o abuso deixam a família ou vão para a prisão (FURNISS, 1993, p. 23)

Tal quadro por si só demonstra a complexidade do trabalho social a ser desempenhado pelo CREAS junto às famílias atendidas por esta política. Segundo o guia de Orientações Técnicas da instituição:

A centralidade na família implica reconhecer que [ela] pode se configurar como um espaço contraditório, onde o lugar da proteção pode também ser o da violência e da violação de direitos. Nesse contexto, o empoderamento das famílias e de cada um dos seus membros para o enfrentamento das situações poderá resultar na reconstrução das relações familiares ou, até mesmo na construção de novas referências familiares ou comunitárias, quando esta se mostrar a melhor alternativa para se assegurar proteção (BRASIL, 2011, p. 34).

As questões relacionadas à sexualidade são tabus para muitas famílias na sociedade brasileira. Desse modo, intervir em questões que tendem a ser silenciadas pelas famílias

em razão da problemática secundária que emerge, é mover uma trama complexa de relações que envolvem muito sofrimento, vergonha e culpa.

A intervenção de uma instituição como o CREAS em tal processo pode significar, para muitas famílias, um apoio necessário e bem-vindo, mas para outras tantas pode significar uma intromissão do Estado enquanto um estranho representado nas figuras dos profissionais que ali atuam, advogados, psicólogos e assistentes sociais. Nesse sentido, é importante destacar que, no contexto da relação família/estado, os profissionais desempenham papel muito importante enquanto mediadores desta relação. Assim, ao se discutir sobre esse assunto, é imprescindível que se aborde também a relação família/profissionais.

De acordo com Furniss (1993), problemas nesta relação podem provocar tanto nas crianças e adolescentes vitimados aquilo que ele conceitua como “traumatização secundária no processo família-profissional”, ou seja, traumas advindos após a revelação do abuso, e que podem ser provocados por posturas pouco assertivas, tanto da parte dos profissionais quanto da parte das famílias e comunidade, ou até mesmo problemas advindo dessas relações. Para Furniss (1993),

A natureza linear dos aspectos legal e de proteção à criança na intervenção no abuso sexual da criança cria uma hierarquia de subsistemas em que a família se torna estruturalmente dependente dos processos na rede profissional (FURNISS, 1993, p.69).

Esta situação pode desencadear uma tensão entre os profissionais, os representantes do Estado, e as famílias, que nem sempre aceitam passivamente as intervenções realizadas pelos profissionais, fazendo emergir um dos aspectos que tensionam a relação família-Estado, o “choque entre o direito à privacidade e o direito a proteção” (MIOTO, 2006, p. 46).

Para Furniss (1993),

A família reage ativamente à maneira como a rede profissional intervém. Embora a rede profissional, como um subsistema mais elevado decida inicialmente sobre a forma básica da intervenção, a família e os membros da família podem, por sua vez, influenciar o procedimento da rede profissional [...] Tentativas de mudar a natureza básica da intervenção acontecem muitas vezes em que as mudanças terapêuticas desafiam o padrão familiar de relacionamentos estabelecidos (FURNISS, 1993, p. 69-70)

Apesar da necessidade de intervenção do Estado em situações de violência como o abuso sexual contra crianças e adolescentes, é preciso, ao mesmo tempo, tomar consciência dos



limites e impasses dessa intervenção. Embora a prerrogativa da matricialidade sociofamiliar represente um avanço no âmbito da Política de Assistência Social na qual o CREAS está inserido, o modelo de intervenção que vem sendo realizado tem sido alvo de críticas da parte de muitos especialistas do campo do Serviço Social e da área de Família. Conforme alerta Miotto (2006),

A presença do Estado na família, através das mais diferentes formas de intervenção não possui apenas uma face ou uma intenção. Pois, ao mesmo tempo em que defende as crianças da violência doméstica, impõe à família normas socialmente definidas (MIOTTO, 2006, p. 46).

Ao receber o apoio do Estado por meio de recursos como renda, apoio psicossocial, serviços socioeducativos e assistenciais, a família estará mais fortalecida para cumprir efetivamente o seu papel social de cuidar e proteger os seus membros. Enquanto nicho afetivo e de relações necessárias à socialização dos indivíduos, a família ainda continua sendo “um campo de mediação imprescindível” (CARVALHO, 2010, p. 271). A maioria das intervenções sociais do Estado no atendimento aos seus cidadãos necessita do apoio e da parceria da família. Ao se tratar de crianças e adolescentes esta parceria se torna ainda mais necessária.

Apesar de tal reconhecimento, análises mais críticas sobre o modo como o apoio do Estado tem ocorrido gera diversas críticas. No entanto, dados os limites e objetivo deste estudo, serão focados apenas os aspectos relacionados aos papéis familiares, observando como estes são vistos pelo Estado e materializados em algumas políticas de apoio sociofamiliar.

Segundo Teixeira (2010), embora em suas concepções de família a Política de Assistência Social e o Estado assumam uma posição que contribui para o enfraquecimento dos estigmas associados à maternidade sem casamento, às famílias reconstituídas sem vínculos formais, além de considerar todos esses grupos como unidade familiar e sujeitos à proteção social, observa-se ainda a exigência de contrapartidas em que as famílias devem cumprir suas tradicionais funções, ainda que não tenha condições para tal. Corroborando tal perspectiva, Miotto (2006) alerta que o consenso sobre as concepções e transformações das famílias refere-se apenas à sua estrutura e composição.

Os serviços continuam se movimentando a partir de expectativas relacionadas aos papéis típicos de uma concepção funcional de família em que a mulher-mãe é responsável pelo cuidado e educação dos filhos e o homem-pai pelo provimento e exercício da autoridade familiar. Assim, o desempenho dessas funções está fortemente vinculado a julgamento morais, principalmente em relação à figura materna. Sobre esta recai toda a sobrecarga da figura de provimento quando a figura paterna é ausente. (MIOTTO, 2006, p. 53-54)

Para Moreira, Bedran e Carellos (2011),

Quando lemos centralidade da família, devemos compreender que há um subtexto que indica a centralidade das mulheres, uma vez que a tarefa de cuidado com crianças, adolescentes, jovens idosos e doentes é uma atribuição entendida como própria do gênero feminino e, em nossa sociedade, usualmente exercida pelas mulheres (MOREIRA, BEDRAN e CARELLOS, 2011 p. 168).

Reflexões como estas são fundamentais ao se discutir a questão da violência contra crianças e adolescentes, vez que historicamente sempre coube à mãe a tarefa de “[...] vigilância constante em relação aos seus filhos como estratégia de prevenção de toda a sorte de males, gerando uma permanente tônica de culpabilização nessas mulheres” (CRUZ apud MOREIRA, BEDRAN e CARELLOS, 2011 p. 168). Sobre esse assunto, Miotto (2006) ressalta que:

Uma identidade materna negativa constitui um fator de risco no discurso da proteção infantil e contribui para o fortalecimento de um estereótipo de comportamento materno positivo que tem como ingredientes principais a dedicação integral aos filhos, o afeto e o *insight* (MIOTO, 2006, p. 53).

Nas situações de violência sexual essa situação tende a agravar-se, pois em muitos casos, além das mães, em geral solteiras e trabalhadoras, serem apontadas como culpadas ou negligentes, recaem sobre estas o peso de decisões cruciais que podem romper ou perpetuar o ciclo da violência. De acordo Moreira, Bedran e Carellos (2011), “[...] nos dias atuais, as políticas públicas que norteiam a assistência às famílias pobres persistem nessa tônica de busca de aliança e responsabilização das mães” (CRUZ apud MOREIRA, BEDRAN e CARELLOS, 2011 p. 168).

Há, portanto, uma sobrecarga depositada pelas políticas públicas nas mulheres, de certa maneira, terceirizando muitas das funções do Estado e de outros membros da família e comunidade (FREITAS e TEIXEIRA, 2014). Ademais, ressalta-se que percepções como estas, quando presentes na prática de muitos profissionais que atuam em políticas de apoio familiar como o caso do CREAS, ao invés de contribuírem para a autonomia e melhoria das condições materiais e afetivas da família, podem constituir-se em mecanismo de perpetuação da subalternização e estigmatização das famílias pobres, sobretudo aquelas que vivenciam situações de violência.

#### **1.4 A intervenção do CREAS junto às famílias e os seus processos educativos**

A Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e as Orientações Técnicas para o Centro de Referência Especializado de Assistência Social, documentos publicados pelo

CNAS e MDS respectivamente, apresentam nos aspectos norteadores do trabalho psicossocial a ser realizado pelo CREAS, algumas orientações que denotam a dimensão de um trabalho educativo no âmbito da instituição. Tais orientações podem ser verificadas em trechos de ambos os documentos destinados a nortear a ação dos profissionais.

Ao descrever o trabalho social essencial ao serviço do CREAS, a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais apresenta ações como: orientação e encaminhamentos para a rede de serviços local<sup>14</sup>; orientação sociofamiliar; orientação jurídico-social; informação, comunicação e defesa de direitos; mobilização para o exercício da cidadania (BRASIL, 2009). Do mesmo modo, o documento de Orientações Técnicas para o Centro de Referência Especializado de Assistência Social, ao descrever o que deve caracterizar o acompanhamento especializado desenvolvido pelo CREAS e a articulação deste com a rede de serviços, menciona além de palavras como orientação e informação, outras ações com caráter também educativo, como, por exemplo, campanhas, palestras, debates etc. (BRASIL, 2011).

As reflexões acima nos direcionam para duas discussões importantes. A primeira refere-se a uma discussão no campo da educação em espaços não escolares, e a segunda, à educação, cidadania e direitos humanos em serviços como o CREAS. Sobre a primeira, trazemos a compreensão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 que, ao conceituar a educação como aquela que abrange “[...] processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”, abre importantes caminhos para os processos educativos que ocorrem em espaços não escolares (LDBEN, Art. 1º, 1996).

Nesta mesma perspectiva de educação adotada pela LDBEN apontamos também a compreensão de Brandão (2004), ao afirmar que,

Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação [...]. Não há uma forma única nem um modelo de educação; a escola não é o único lugar onde ela acontece e o ensino escolar não é a sua única prática e o professor profissional não é o seu único praticante (BRANDÃO, 2004, p. 7-9).

---

<sup>14</sup> A rede de serviços local compreende o conjunto de serviços, programas e benefícios da rede socioassistencial e das demais políticas públicas e órgãos de defesa de direitos (BRASIL, 2011).

A educação em contextos que não o da sala de aula, desenvolvida por outros profissionais que não o professor, vem sendo amplamente debatida no Brasil, sobretudo no âmbito das discussões sobre educação e exclusão social, educação e populações em situação de vulnerabilidade social, educação e políticas sociais. Segundo Walter Ude,

Todas essas experiências nos levam a crer que um campo pedagógico distinto da escolarização tradicional foi se constituindo no decorrer da história da educação e, na atualidade, já se configura como uma prática educacional importante no bojo das políticas públicas em geral (UDE, 2004, p. 21)

Esta modalidade de educação conceituada por diversos autores (NETO; SILVA; MOURA; MACHADO; RIBEIRO; GRACIANI, 2009) como Pedagogia Social, e apontada por Ude (2004) como uma “prática educacional importante no bojo das políticas públicas” apresenta contribuições importantes ao campo em que se inscreve este estudo.

Para Maria Stela Graciani (2009),

A Pedagogia Social caracteriza-se, pois como um projeto radical de transformação política e social, uma vez que: propõe inicialmente criar uma teoria renovada de relação homem, sociedade e cultura, com uma ação pedagógica que pretende fundar, a partir do exercício em todos os níveis e modalidades da prática social, uma Educação Libertadora [...] realiza-se no domínio específico da prática social com classes sociais populares a partir de um trabalho político educacional de libertação popular, com o intuito de ser conscientizador com sujeitos grupos e movimentos das camadas excluídas (GRACIANI, 2009, p.211).

As ações do CREAS estão vinculadas a processos específicos de trabalho desempenhado por profissionais de outros campos do saber, como assistentes sociais, psicólogos e advogados. No entanto, não se pode negar a existência de um componente educativo nas tarefas de orientar, informar, comunicar direitos, realizar palestras, dentre outras atividades desenvolvidas por estes profissionais. Partindo desta constatação e dos pressupostos defendidos por Brandão (2004) e Graciani (2009), é possível, pois, identificar o CREAS como mais um dos espaços sociais que também não “escapam da educação”, e onde ocorrem processos educativos caracterizados como um autêntico exercício da Pedagogia Social.

O segundo ponto de discussão refere-se à relação entre educação, cidadania e direitos humanos. Ao abordar sobre a emergência da cidadania social, Santos (2010) apresenta algumas modalidades de direitos com suas respectivas características e que apontam as diversas perspectivas da cidadania:

A cidadania não é monolítica; é constituída por diferentes tipos de direitos e instituições; é produto de histórias sociais diferenciadas protagonizadas por grupos sociais diferentes. Os direitos cívicos correspondem ao primeiro momento do desenvolvimento da cidadania; são os mais universais em termos da base social que atingem e apóiam-se nas instituições do direito moderno e do sistema judicial que o aplica. Os direitos políticos são os mais tardios e de universalização mais difícil e traduzem-se institucionalmente nos parlamentos, nos sistemas eleitorais e nos sistemas políticos em geral. Por último, os direitos sociais só se desenvolvem no nosso século e com plenitude, depois da Segunda Guerra Mundial; tem como referencial social as classes trabalhadoras e são aplicados através de múltiplas instituições que no conjunto, constituem o Estado-Providência (SANTOS, 2010, p. 243).

A garantia dos direitos sociais a ser assegurada pelo Estado-Providência exige dos indivíduos, na maioria das vezes, a aprendizagem dos próprios direitos. Enquanto “[...] processo pelo qual o indivíduo adquire informações, habilidades, atitudes, valores, etc. a partir do seu contato com a realidade, o meio ambiente, as outras pessoas” (OLIVEIRA, 1993, p.57) a aprendizagem, no âmbito do CREAS, enquanto instituição do Estado, deve possibilitar a esse indivíduo o suporte necessário à superação de um processo de negação desses direitos sociais materializados em suas situações desfavoráveis de vida. Esta deve promover para o acesso e garantia desses direitos não apenas o repasse de informações, mas a mudança de comportamentos, valores, hábitos; portanto, a aprendizagem.

No contexto do CREAS, a educação constitui-se, como mediadora na garantia dos direitos humanos compreendidos como direitos fundamentais<sup>15</sup> de qualquer pessoa, independentemente de raça, sexo, idade, religião, origem nacional ou social. Tais direitos visam resguardar a dignidade inerente a todo ser humano, e estão intimamente relacionados com os conceitos de igualdade, liberdade, justiça, democracia e solidariedade (FRASSETO e FIGUEIREDO, 2010, p. 2).

Desse modo, é por meio da efetivação desses direitos humanos fundamentais que poderá acontecer a concretização da cidadania social defendida por Santos (2010). Isto é, o “gozo dos direitos sociais no domínio das relações de trabalho, da segurança social, da saúde e da educação, dentre outros” (SANTOS, 2010, p. 243).

---

<sup>15</sup> “O termo direitos fundamentais se aplica para aqueles direitos do ser humano reconhecidos e positivados na esfera do direito constitucional positivo de determinado Estado, ao passo que a expressão direitos humanos guardaria relação com os documentos de direito internacional, por referir-se àquelas posições jurídicas que se reconhecem ao ser humano como tal, independentemente de sua vinculação com determinada ordem constitucional, e que, portanto aspiram à validade universal, para todos os povos e tempos, de tal sorte que revelam um inequívoca caráter supranacional.” (SARLET, 2005, p. 35 e 36)

Ao falar sobre o gozo dos direitos sociais, especificamente no direito à segurança, um aspecto a ser considerado é a relação entre cidadania e violência. Segundo Bastos e Wendell (2007),

A violência em suas variadas expressões – violência física, psicológica, simbólica, institucional, etc. – abre feridas no corpo da cidadania e configura um grave desrespeito aos direitos humanos. [...] Ao mesmo tempo, as violências se manifestam de forma mais intensa em cenários de inobservância dos direitos humanos, e o próprio desrespeito a estes direitos constitui uma forma crítica de violência (BASTOS e WENDELL, 2007, p. 37).

Além de ser um direito social, a educação é um pré-requisito para que se usufrua dos direitos civis, políticos e sociais, emergindo como um componente básico dos direitos humanos e de superação de diferentes formas de violência. Ou seja, a educação pode ser, portanto, um pressuposto para o exercício adequado dos demais direitos sociais, políticos e civis (MACHADO e OLIVEIRA apud, DIAS, 2007).

Reconhecendo o papel da política social desenvolvida pelo CREAS na concretude de alguns dos direitos humanos fundamentais garantidos em leis aos cidadãos brasileiros, é compreensível que a efetivação desta política passe pela necessidade de um trabalho educativo. A vivência em uma sociedade democrática e o exercício da cidadania implicam num processo de apropriação das leis para o empoderamento dos indivíduos (TEIXEIRA, PEREIRA e MIRANDA 2010). Ainda segundo os autores, “[...] sem informação e sem formação não é possível estabelecer um processo de conhecimento e de reconhecimento destas leis pelos indivíduos” (TEIXEIRA, PEREIRA e MIRANDA, 2010, p. 40).

De modo específico, ao tratar sobre a relação Assistência Social e Educação, por exemplo, Pedro Demo (2002) afirma que, embora a prestação de serviços seja fundamental, isto não é o mais importante na assistência. Para o autor, o mais decisivo neste processo deve ser o “ato pedagógico” implícito, voltado para a cidadania, tendo-se sempre em conta o caráter dialético, complexo e contraditório deste desafio (DEMO, 2002).

Partindo desta reflexão, ao se pensar as características de um processo político-pedagógico no campo da assistência social e, de modo específico o CREAS, no atendimento às vítimas de violência, dois aspectos se destacam. O primeiro é a “aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos, ou aprendizagem para a cidadania” (GOHN, 2010, p. 35), e o segundo, a aprendizagem de outros saberes necessários ao processo de superação da violência, vez que o suporte emocional, social e jurídico realizado pelo CREAS

pressupõe também aprendizagens que vão ao encontro da construção de novas possibilidades de interação familiares e com o contexto social (BRASIL, 2011).

As perspectivas acima evidenciam o potencial da educação neste campo. A hipótese desse estudo é a de que os processos educativos que se dão no CREAS apresentam possibilidades de contribuição no enfrentamento de questões relacionadas à violação de direitos humanos, especificamente das diversas formas de violência que ocorrem com crianças e adolescentes.

## CAPÍTULO II

### O PERCURSO INVESTIGATIVO

#### 2.1 A Teoria das Representações Sociais como escolha teórico-metodológica

Este estudo fundamenta-se numa abordagem qualitativa de pesquisa. Nesse sentido, a perspectiva epistemológica adotada parte do conceito de *pesquisa qualitativa* desenvolvido por Cecília Minayo (1993):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser quantificados ou reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 1993, p. 21-22).

Ao analisar o problema e objeto de pesquisa deste estudo evidencia-se o seu alinhamento epistemológico com a abordagem qualitativa assinalada por Minayo (1993). Não obstante, apesar da clareza e consistência do conceito em uso, a abordagem qualitativa de pesquisa por si só não consegue atender a todos os objetos de pesquisa da mesma forma. Para Uwe Flick (2005), “[...] sob a rubrica da pesquisa qualitativa, resumem-se várias abordagens de pesquisa que diferem em suas suposições teóricas, no modo como compreendem seu objeto e em seu foco metodológico” (FLICK, 2005, p. 33).

Partindo desse pressuposto, este estudo buscou, para além da abordagem qualitativa, encontrar uma perspectiva teórico-metodológica que melhor contribuísse na compreensão do problema de pesquisa emergente. Nesse sentido, reflexões sobre a *Teoria das Representações Sociais - TRS*, associadas ao objetivo de compreender aquilo que as famílias pensavam e sentiam sobre os processos educativos do CREAS nos possibilitaram perceber na teoria a sua capacidade de contribuir para uma melhor compreensão do objeto de estudo. Tal escolha mostrou-se adequada considerando ainda que a TRS está voltada para “[...] crenças e saberes socialmente construídos, socialmente partilhados, com os quais e através dos quais nós pensamos, falamos, decidimos e nos apropriamos do mundo atribuindo-lhe sentidos” (GUARESCHI, 2012, p.08).

O conceito de Representação Social aqui utilizado foi introduzido na França na década de 1960 pelo psicólogo social Serge Moscovici, a partir de um estudo realizado pelo mesmo



sobre a representação social da psicanálise (ALVES-MAZZOTTI, 1994). Partindo do conceito de representação coletiva formulada pelo sociólogo Émile Durkheim, porém com novos elementos epistemológicos, Moscovici elaborou o conceito de representação social ao investigar as diversas formas pelas quais a psicanálise era representada por diferentes grupos populacionais da sociedade parisiense.

Buscando examinar em que se transformara a psicanálise ao sair do domínio científico para o domínio comum, como o grande público a representava, e por que meios constituía a imagem que dela se fazia, Moscovici elaborou um método de pesquisa aplicável à representação social de outros objetos (LAGACHE apud MOSCOVICI, 2012). Ao analisar o conteúdo das representações sociais da população de Paris acerca da psicanálise, o autor apresentou também os mecanismos do processo de sua construção, transformando seu estudo em referência no campo da Psicologia Social. Atualmente, os conceitos têm sido apropriados tanto no campo da Psicologia Social quanto em outras áreas das ciências humanas e sociais.

Dentre as definições apresentadas por Moscovici, tomamos inicialmente a definição da representação social como “uma modalidade de conhecimento particular tendo a função de elaboração dos comportamentos e da comunicação entre os indivíduos” (MOSCOVICI, 2012, p. 27). A representação social seria uma modalidade de conhecimento particular, por que nem todo conhecimento pode ser considerado uma representação social. Somente aquelas modalidades de conhecimento que fazem parte da vida cotidiana dos grupos sociais e que são elaboradas socialmente ajudando na interpretação e na ação sobre a realidade seriam consideradas representações sociais.

Colaborando para a compreensão de tal conceito, Denise Jodelet (1995) caracteriza as representações sociais como:

Una manera de interpretar y de pensar nuestra realidad cotidiana, una forma de conocimiento social. Y correlativamente, la actividad mental desplegada por individuos y grupos a fin de fijar su posición en relación con situaciones, acontecimientos, objetos e comunicaciones que les conciernen [...] Antes que nada, concierne a la manera, como nosotros, sujetos sociales aprehendemos los acontecimientos de la vida diaria las características de nuestro medio ambiente, las informaciones que en él circulan, a las personas de nuestro entorno o lejano. En pocas palabras el conocimiento "espontáneo", "ingenuo" que tanto interesa a la actualidad a las ciencias sociales, ese que habitualmente se denomina conocimiento sentido de común o bien pensamiento natural, por oposición al conocimiento científico (JODELET, 1985, p. 05).

Enquanto modalidades de conhecimento prático orientadas para a comunicação e compreensão do contexto social e material em que os sujeitos vivem, as representações sociais se situam num ponto de intersecção entre o campo psicológico e o social. Nesse sentido, apesar da relevância das imagens, opiniões, atitudes, conceitos e categorias, as representações não se reduzem a estes elementos cognitivos. A dimensão social também intervém por meio do contexto concreto em que se situam os indivíduos e os grupos, através da comunicação que se estabelece entre eles, da bagagem cultural, dos códigos, valores e ideologias relacionadas a posições e pertencimentos específicos (JODELET, 1985). Desse modo, pode-se afirmar que as representações sociais são socialmente elaboradas e compartilhadas contribuindo com a construção de uma realidade comum que tem a comunicação como componente fundamental. Sintetizando tal perspectiva, Jane Spink (1993) ressalta que,

A representação é uma construção do sujeito enquanto sujeito social. Sujeito que não é apenas produto de determinações sociais nem produtor independente, pois que as representações são sempre construções contextualizadas, resultados das condições em que surgem e circulam (SPINK, 1993, p. 303).

Sobre as circunstâncias em que as representações ocorrem, Moscovici (2010) aponta que todas as interações humanas, sejam elas entre duas pessoas ou entre dois grupos, pressupõem representações.

Sempre e em todo o lugar, quando nós encontramos pessoas ou coisas e nos familiarizamos com elas tais representações estão presentes. A informação que recebemos e à qual tentamos dar um significado, está sob o seu controle e não possui outro sentido para nós além do que elas dão a ele (MOSCOVICI, 2010, p. 40)

Estando as representações sociais presentes em todas as interações humanas e sendo um elemento fundamental neste estudo, destacamos aqui alguns aspectos relacionados ao modo como estas representações acontecem, suas funções e sua dinâmica dentro dos contextos sociais. No entanto, dado os limites deste trabalho, a complexidade e extensão dos aspectos conceituais e metodológicos da TRS, tal abordagem será feita em linhas gerais, sendo priorizados apenas aqueles conceitos e elementos metodológicos mais significativos à compreensão dos objetivos deste estudo.

Para Moscovici (2010, p. 54), “[...] a finalidade de todas as representações é tornar familiar algo não familiar, ou a própria não familiaridade”. Para o autor,

A presença de algo ausente, a “exatidão relativa” de um objeto é o que caracteriza a não familiaridade. Algo parece ser visível sem o ser: ser semelhante embora sendo diferente, ser acessível e, no entanto, ser inacessível. O não

familiar atrai e intriga as pessoas e comunidades enquanto, ao mesmo tempo, as alarma, as obriga a tornar explícitos os pressupostos implícitos que são básicos ao consenso (MOSCOVICI, 2010, p. 56).

Explicando as características e dinamicidade dessa relação entre o familiar, o não familiar e a construção das representações sociais, Moscovici (2010) afirma que,

Quanto tudo é dito e feito, as representações que nós fabricamos – duma teoria científica, de uma nação, de um objeto, etc. – são sempre o resultado de um esforço constante de tornar comum e real algo que é incomum (não familiar), ou que nos dá um sentimento de não familiaridade. E através delas nós superamos o problema e o integramos em nosso mundo mental e físico, que é com isso enriquecido e transformado. Depois de uma série de ajustamentos, o que estava longe, parece ao alcance de nossa mão; o que parecia abstrato, torna-se concreto e quase normal (MOSCOVICI, 2010, p. 58).

Nesse processo de tornar familiar o não familiar, de tornar concreto aquilo que aparece inicialmente de forma abstrata, Moscovici (2012) identifica dois mecanismos inerentes a um processo de pensamento baseado na memória e em conclusões passadas, que são por ele classificados como *ancoragem* e *objetivação*. Caracterizada como “um processo que transforma algo estranho que nos intriga em nosso sistema particular de categorias” (MOSCOVICI, 2010, p. 61) a *ancoragem*, em síntese, diz respeito à integração cognitiva de um objeto representado dentro de um sistema de pensamento preexistente e às transformações decorrentes dessa integração. Não se trata da constituição formal de um conhecimento, mas sim do seu processo de inserção orgânica dentro de um pensamento constituído (JODELET, 1985). Em outras palavras, é o processo em que o sujeito busca no que já conhece, nas representações que já possui ou em algo semelhante à base para se ancorar ao se deparar com o novo.

A *objetivação*, por sua vez, caracteriza-se como uma operação que “permite tornar real um esquema conceitual e substituir uma imagem por sua contrapartida” (MOSCOVICI, 2012, p.100). Objetivar seria uma operação estruturante e formadora de imagens (JODELET, 1985). Portanto, um processo pelo qual noções abstratas são integradas e transformadas em algo concreto, ou seja, a passagem de conceitos e ideias para esquemas ou imagens concretas. Ao objetivar, os sujeitos tornam concreto o que é abstrato, criando ideias para as imagens (ROCHA-ANTUNES, 2012).

Um aspecto que merece ser ressaltado na TRS de Moscovici é o de que o autor compreende a representação nas dimensões de conteúdo, processo e estrutura. Embora tais dimensões sejam apresentadas como indissociáveis, vez que o conteúdo e o processo de produção de uma representação configuram sua estrutura (ROCHA-ANTUNES, 2012), a

realização de estudos em representações sociais com o foco no processo tem sido bastante comum entre os seus estudiosos.

Esse processo, conforme explica Spink (1993), é entendido:

Não como mero processamento de informações e elaboração de teorias, mas como práxis; ou seja, tomando como ponto de partida a funcionalidade das representações sociais na criação e na manutenção de uma determinada ordem social (SPINK, 1993, p. 306).

Estudos realizados a partir desta perspectiva do processo trazem como elemento fundamental a funcionalidade das representações sociais. De acordo com Spink (1993), na perspectiva das representações sociais enquanto conhecimento prático, destacam-se diversas funções das representações, dentre elas: a orientação das condutas e das comunicações (função social); a proteção e legitimação de identidades sociais (função afetiva) e a familiarização com a novidade (função cognitiva).

Apreender o modo como as representações funcionam é ponto essencial para o entendimento de certos fenômenos representacionais, e de modo específico para a compreensão dos objetivos deste estudo. Assim, a partir dos capítulos seguintes, os pressupostos da TRS até aqui apresentados serão utilizados no processo de análise dos dados coletados nesta pesquisa.

## **2.2 O Campo, os Sujeitos da Pesquisa e os Cuidados Éticos**

Como já mencionado, o estudo teve como campo de investigação o CREAS do município de Teixeira de Freitas/BA. Como unidade pública instituída no âmbito do SUAS o trabalho desenvolvido pelo CREAS é direcionado a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos (BRASIL, 2011). Com uma equipe multiprofissional composta por assistentes sociais, psicólogas, advogada e educadoras sociais, o CREAS de Teixeira de Freitas tem suas origens no Programa Sentinela a partir do ano 2006, quando inicia os seus trabalhos, atendendo apenas crianças e adolescentes vítimas da violência sexual.

Atualmente o CREAS desenvolve trabalho psicossocial voltado a crianças, idosos, mulheres, pessoas com deficiência, dentre outras vítimas de diversas modalidades de violência. No entanto, dentre todo o público atendido na instituição, a maioria é de crianças e adolescentes vítimas do abuso sexual. Durante o segundo semestre do ano de 2013, das

81 famílias acompanhadas pela instituição, 45 eram de crianças e adolescentes abusados sexualmente, o que representa mais da metade do total. Esses dados foram significativos para responder aos objetivos deste estudo que, por sua vez, tem como foco justamente as famílias vítimas do abuso sexual.

Ao iniciarmos o processo de imersão neste campo, o projeto de pesquisa foi submetido à aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais, e o Termo de Autorização para acesso ao campo foi assinado pela responsável da instituição pesquisada. Após o cumprimento de tais protocolos éticos e burocráticos foi realizado no CREAS um período exploratório com duração de três meses. Durante esse período, foram realizadas visitas à instituição para levantamento de informações sobre o histórico do CREAS, assim como levantamento de dados dos atendimentos realizados, especificamente os relacionados ao abuso sexual de crianças e adolescentes; acesso aos documentos teórico-metodológicos e normativos que orientavam o funcionamento do trabalho social realizado pelo CREAS de Teixeira de Freitas e finalmente a seleção e primeiras aproximações com os profissionais e famílias participantes da pesquisa.

Em virtude de minha atuação profissional no CREAS em período anterior à realização da pesquisa, não encontrei dificuldades para a inserção no campo e realização do período exploratório. A relação de trabalho já estabelecida com as profissionais da instituição e com a Secretária Municipal de Assistência Social, responsável pela autorização da entrada em campo, facilitou, sobretudo o acesso às famílias que participaram como sujeitos da pesquisa no Grupo Focal.

Considerando que tanto o campo, quanto parte dos sujeitos da pesquisa me era familiar, uma questão que demandou atenção enquanto pesquisadora, diz respeito à disciplina e cuidados adotados em relação ao distanciamento necessário contra possíveis “contaminações” das minhas percepções de outrora acerca do trabalho da instituição. Embora numa abordagem qualitativa de pesquisa “a neutralidade idealizada pelos defensores da objetividade absoluta” (CARDOSO, 2006, p. 24) seja apenas um mito, cuidados éticos e metodológicos são importantes para que se evite certo relativismo no que se refere a critérios que conferem o rigor e a confiabilidade, inerentes à pesquisa científica.

Perceber-me enquanto pesquisadora, observando a mim mesma dentro da atividade de pesquisa na relação com o objeto e com os sujeitos pesquisados, foi uma experiência

enriquecedora. A reflexão de Alberto Melucci (2005) acerca desta relação entre pesquisador e campo torna-se para mim esclarecedora e ao mesmo tempo representativa,

O pesquisador, sendo, irremediavelmente, parte do campo observado, não somente produz modificações nele, mas é, também por sua vez, modificado na relação com os atores. Uma medida do conhecimento produzido pela atividade de pesquisa é, portanto, também, a mudança do pesquisador, a transformação dos seus pressupostos e redefinição do seu ponto de vista (MELUCCI, 2005, p. 22).

Retomando os procedimentos metodológicos desta pesquisa, destacamos que os sujeitos pesquisados foram treze famílias com crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual e sete profissionais que compunham o quadro do CREAS de Teixeira de Freitas no período da pesquisa. O período de campo para coleta de dados foi de cinco meses.

Os representantes das famílias eram membros adultos, responsáveis pelo acompanhamento das crianças e adolescentes no CREAS e que, portanto já possuíam um vínculo com a instituição, posto que participavam diretamente do acompanhamento das vítimas. Dentre esses responsáveis encontravam-se mães em sua maioria, avós, tias e pai.

O quadro de profissionais existente durante o período da investigação contava com um coordenador, duas psicólogas, duas assistentes sociais, uma advogada, duas educadoras sociais das quais uma era pedagoga e uma auxiliar administrativo. Esta equipe desenvolvia o trabalho de acompanhamento de todas as famílias da instituição, incluindo o atendimento das crianças e adolescentes abusadas sexualmente.

Para Melucci (2005), “[...] a pesquisa como prática social assume uma natureza explicitamente negociada de modo que fazer pesquisa significa estabelecer um contrato, tornando consciente e visível o campo relacional” (MELUCCI, 2005, p. 13). Nesse sentido, buscando formalizar a relação entre pesquisadora e sujeitos da pesquisa, assegurando os cuidados éticos inerentes às pesquisas com seres humanos foi apresentado a/ao representante de cada família participante e a cada profissional o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE.

Através deste documento foram apresentados aos participantes do estudo, os objetivos da pesquisa, características da participação, critérios de inclusão/exclusão, riscos e benefícios da pesquisa. Todos os participantes, aceitando os princípios a serem observados de ambas as partes, assinaram o TCLE. Na oportunidade foi reforçado o compromisso de extinção do

material gravado após o seu uso nos fins a que se destinava e a não divulgação da identidade dos participantes, adotando-se nomes fictícios.

### **2.3 Métodos de Coleta dos Dados**

De acordo com Alves-Mazzotti e Gewandszajder, “[...] as pesquisas qualitativas são caracteristicamente multimetodológicas, isto é, usam uma grande variedade de procedimentos e instrumentos de coleta de dados” (ALVES-MAZZOTTI e GEWANDSZNAJDER, 1999, p.163). Tal característica é fundamental, pois nem sempre um determinado método consegue por si só produzir dados que respondam satisfatoriamente aos objetivos de uma pesquisa. Partindo desta compreensão, este estudo utilizou-se dos seguintes instrumentos metodológicos para a coleta dos dados: análise documental, grupo focal, questionário, e entrevista individual.

Buscando compreender as orientações teórico-metodológicas que fundamentam os processos educativos desenvolvidos no CREAS, bem como resgatar informações sobre o histórico da instituição e sua dinâmica de trabalho, fez-se uso primeiramente da análise documental. Considerou-se como documento, os registros escritos que pudessem ser usados como fonte de informação (MAZZOTTI e GEWANDSZNAJDER, 1999), foram analisados documentos como, leis, resoluções, decretos, relatórios de atendimentos, guias e manuais que orientam os trabalhos nos CREAS.

As análises desses documentos pautaram-se naqueles elementos diretamente relacionados aos objetivos determinados para este estudo, tais como a dimensão educativa do atendimento do CREAS e a centralidade da família em seus processos de trabalho junto às mesmas. Nesta direção, buscou-se desenvolver uma análise crítica de tais documentos com inspiração em algumas dimensões da análise documental apontadas por André Cellard (2012), a saber, o contexto em que cada documento foi produzido; o autor ou os autores; a natureza, os conceitos-chave e a lógica interna do texto. (CELLARD 2012, p.299-303)

Objetivando analisar o modo como as famílias de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual acompanhadas pelo CREAS, representavam os processos educativos desencadeados na instituição tendo como foco da análise os saberes, os sentidos e as interpretações compartilhadas entre elas, adotou-se a técnica do Grupo Focal. Esta técnica tem sido bastante empregada em pesquisas qualitativas com o objetivo de coletar informações/dados

por meio da interação grupal. Enquanto método também para estudo das gerações das representações sociais ou do conhecimento social em geral (LUNT e LIVINGSTONE, 1996 apud FLICK, 2005) o Grupo Focal apresentou-se, portanto, como uma escolha apropriada às finalidades propostas por este estudo.

Quanto à aproximação observada entre o conceito e objetivos de um Grupo Focal e a concepção teórico-metodológica da Teoria das Representações Sociais adotada neste estudo, ao abordar como se produz as Representações Sociais Pedrinho Guraschi (2011) entende que:

É quando as pessoas se encontram para falar, argumentar, discutir o cotidiano, ou quando elas estão expostas as instituições, aos meios de comunicação, aos mitos e a herança histórico-cultural de suas sociedades que as representações sociais são formadas. (GUARASCHI, 2011 p.20).

Segundo Morgan e Krueger (1993, apud GATTI, 2005):

A pesquisa com grupos focais tem por objetivo, captar a partir das trocas realizadas no grupo, conceitos, sentimentos, atitudes, crenças, experiências e reações [...] Permite emergir uma multiplicidade de pontos de vista e processos emocionais, pelo próprio contexto de interação criado, permitindo a captação de significados, que com outros meios, poderiam ser difíceis de manifestar (MORGAN e KRUEGER, 1993, apud GATTI, 2005, p.09)

Nesta direção, Barbour (2009) reforça ainda que “grupos focais são o método de escolha somente quando o propósito da pesquisa é estudar normas de grupo, significados grupais e processos grupais” (BARBOUR, 2009, p. 48). Tal perspectiva mais uma vez evidencia o potencial do grupo focal enquanto “espaço de encontro” para um diálogo que possibilite captar as representações sociais das famílias participantes deste estudo.

Considerando a recomendação de alguns estudiosos do trabalho com Grupos Focais (GATTI, 2005, BARBOUR, 2009) em não formar grupos com mais de doze e nem menos que seis participantes tomou-se cuidados quanto a isso. Assim, o quantitativo de famílias inicialmente convidadas foi de vinte e cinco, de modo a formar dois grupos e garantir em cada um o equilíbrio necessário à qualidade do trabalho. O critério para a seleção das famílias participantes foi o de possuírem crianças ou adolescentes vítimas de abuso sexual assíduas no acompanhamento do CREAS no período em que foi realizada a pesquisa.

Foram realizadas seis visitas no CREAS durante o período exploratório. Nestas visitas fora solicitado da instituição a relação de nomes e contatos telefônicos de todas as famílias que



se enquadravam nos critérios da pesquisa. Nenhuma dificuldade foi encontrada durante esse período. Os profissionais foram solícitos em repassar todas as informações necessárias sobre as famílias e o contato com as mesmas.

Após esta etapa, por ocasião de um encontro interno realizado pelo CREAS com as famílias, fora entregue um convite formal às mesmas para que participassem do Grupo Focal. No convite foram explicitados os objetivos do encontro, as datas e horários, sendo reforçada ainda a expectativa da pesquisadora em relação à participação de todos e todas nos dias combinados.

Buscando reforçar o convite feito anteriormente, para participar do Grupo Focal, a pesquisadora fez contato telefônico com cada uma das famílias convidadas, que totalizaram um grupo de 25 (vinte e cinco) membros distribuídos em dois grupos com datas e horários distintos. Do Grupo A participaram 05 (cinco) pessoas, sendo todas mulheres. Três eram mães e duas eram tias das crianças acompanhadas pelo CREAS. O Grupo B contou com a participação de 08 (oito) pessoas nas quais, 05 (cinco) mães, 01 (uma) avó e 01 (um) pai. Considerando que o quantitativo de famílias acompanhadas pelo CREAS com crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual no período da pesquisa era de 45, o estudo contou, portanto com uma amostra de aproximadamente 28% do total de famílias que se enquadravam nos critérios da pesquisa.

A decisão de formar dois grupos teve como objetivo a realização de comparações a partir das diferenças manifestadas nas discussões de cada grupo, bem como, potencializar a produção de um maior volume de informações e possível enriquecimento do trabalho. Segundo Gatti (2005), “o emprego de mais de um grupo permite ampliar o foco de análise e cobrir variadas condições que possam ser intervenientes e relevantes para o tema” (GATTI, 2005, p. 22).

Buscando evitar maiores interferências do ambiente, cientes de que o espaço pode exercer certa influência nas discussões (BARBOUR, 2009, p.75) os encontros com os grupos focais e as entrevistas ocorreram na sede do próprio CREAS, por se tratar de um ambiente familiar para os participantes e de fácil acesso aos mesmos. . Não houve nenhum tipo de interrupção ou ruídos que pudesse comprometer o andamento das atividades do grupo e das entrevistas.

Nos grupos focais cada encontro adotou um mesmo roteiro semiestruturado composto por 10 (dez) questões tendo início com a apresentação da pesquisadora e esclarecimentos sobre os objetivos daquele encontro, que era conhecer o que o grupo pensava sobre o tipo de atendimentos e orientações que vinham recebendo do CREAS frente ao abuso sexual vivenciado por seus filhos(as). Tal momento teve o objetivo também de promover uma maior aproximação entre a moderadora e o grupo.

Num segundo momento do grupo, realizou-se a apresentação dos membros que foram estimulados a dizerem os seus nomes, os nomes das crianças ou adolescentes que estavam acompanhando e a quanto tempo estavam sendo atendidos pelo CREAS. Logo após, iniciando as discussões a partir do roteiro de questões do Grupo Focal, foi esclarecido que algumas perguntas sobre o que os mesmos pensavam sobre o tipo de atendimento e orientação que vinham recebendo do CREAS seriam direcionadas a todo o grupo e que cada um poderia participar ativamente respondendo as perguntas e também dialogando entre si a cerca das questões suscitadas.

As discussões de ambos os grupos foram todas gravadas e posteriormente transcritas. A moderação ficou sob a responsabilidade da pesquisadora, no caso minha em razão do domínio e clareza quanto à compreensão dos objetivos a serem alcançados. No entanto, contou-se também com a colaboração de uma relatora que realizou durante todo o tempo em ambos os grupos o suporte operacional demandado. Tais como anotações das falas dos participantes, controle da porta de entrada da sala para que se evitasse interrupções e auxílio na aplicação dos questionários.

A amostra final constituiu-se de 13 famílias distribuída em dois grupos focais. No Grupo A o encontro teve duração de 52 minutos a partir de desenvolvimento do roteiro de perguntas. No Grupo B, o encontro durou uma 1 hora e 12 minutos em razão de um maior número de participantes que demandou um tempo maior para a participação de todos.

No intuito de traçar um perfil socioeconômico e cultural, bem como identificar as diferentes configurações das famílias participantes da pesquisa, foi aplicado um Questionário com perguntas relacionadas à renda, sexo, raça, religião, escolarização dos pais ou responsáveis, profissão, acesso a benefícios sociais, local de moradia dentre outras informações. O questionário foi respondido por todos os participantes ao término da realização do Grupo Focal.

Com o objetivo de identificar as representações sociais dos profissionais do CREAS em relação à participação das famílias no acompanhamento das crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual e depois confrontá-las com as representações das famílias, foi utilizada junto a estes a entrevista individual. De acordo Poupart (2011):

A entrevista seria indispensável, não somente como método para apreender a experiência dos outros, mas igualmente como instrumento que permite elucidar suas condutas, na medida em que estas só podem ser interpretadas, considerando-se a própria perspectiva dos atores, ou seja, o sentido que eles mesmos conferem às suas ações. (PUPART, 2011, p.216-217)

No entanto, não parece suficiente apenas a escolha da técnica da entrevista, mas a modalidade escolhida é igualmente fundamental para que seja efetivamente potencializada a apreensão desta perspectiva dos atores e dos sentidos que estes conferem aos seus trabalhos, conforme ressalta (POUPART, 2011). Sobre as diferentes modalidades de entrevista Flick (2005) afirma que:

As entrevistas semiestruturadas, em particular, têm atraído interesse sendo amplamente utilizadas. Tal interesse está vinculado à expectativa de que é mais provável que os pontos de vista dos sujeitos entrevistados sejam expressos em uma situação de entrevista com um planejamento relativamente aberto do que em uma entrevista padronizada ou em um questionário (FLICK, 2005, p. 89)

Desse modo, considerando a relevância dos saberes, das interpretações e perspectivas dos profissionais do CREAS para este estudo, optou-se, portanto, pela entrevista semiestruturada que se desenrolou através de um roteiro básico, porém não rígido e composto de 10 (dez) questões. Tais perguntas objetivavam apreender as representações dos profissionais sobre o seu trabalho junto às famílias e sobre a participação das mesmas no processo de acompanhamento das suas crianças e adolescentes no CREAS.

As entrevistas com os profissionais foram previamente agendadas com cada profissional e aconteceram todas na sede do CREAS facilitando o processo. Participaram apenas os profissionais que compunham o quadro da instituição no período da pesquisa e que desenvolviam um trabalho direto junto às famílias. Foram entrevistadas, portanto, duas psicólogas, duas assistentes sociais, uma advogada e duas educadoras sociais. Cada entrevista durou em média vinte minutos e todas foram gravadas e posteriormente transcritas pela pesquisadora.

## CAPÍTULO III

### OS PROCESSOS EDUCATIVOS DO CREAS NAS REPRESENTAÇÕES DAS FAMÍLIAS

Neste capítulo são apresentados os resultados obtidos no processo de pesquisa das representações sociais das famílias de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual sobre os processos educativos do CREAS. Estes dados passarão a ser analisados e interpretados a partir do quadro teórico-metodológico da TRS e da análise de conteúdo, enquanto método de análise pertinente a um processo de compreensão das representações sociais. Sobre isso, Moscovici (2003) afirma que,

Para compreender melhor a relação que se estabelece entre o comportamento humano e as representações sociais, devemos partir da análise do conteúdo das representações e considerar, conjuntamente, os afetos, as condutas, os modos como os atores sociais compartilham crenças, valores, perspectivas futuras e experiências afetivas e sociais (MOSCOVICI, 2003, p. 86 apud, FRANCO, 2012)

Partindo destes pressupostos, e buscando uma melhor introdução do processo de análise dos dados produzidos através dos grupos focais, passamos a uma breve apresentação de algumas informações referentes ao perfil geral dos sujeitos participantes. O destaque para estas informações faz-se necessário, uma vez que:

As representações são influenciadas pelos atributos ou lugares de onde seus sujeitos portadores falam: nacionalidade, gênero, religião/crença, idade, condição social (lugar que ocupa na estrutura produtiva), nível de instrução, estrutura psíquica, traços de personalidade, profissão/ocupação, estrutura física (portador ou não de enfermidade), história de vida e assim sucessivamente (LEFEVRE e LEFEVRE, 2012, p. 22).

As tabelas abaixo explicitam os dados coletados por meio da aplicação de um questionário que evidencia alguns dados socioeconômicos e culturais dos grupos focais investigados. Não intencionamos com tais informações uma análise quantitativa dos dados, mas sim uma caracterização dos sujeitos da pesquisa para uma melhor compreensão das suas representações.

TABELA 1 - Informações sobre o Sexo, Estado Civil e Vínculo Parental dos Participantes da Pesquisa com as Crianças e Adolescentes Acompanhadas pelo CREAS de Teixeira de Freitas/BA

Informação	Sexo		Vínculo com a Criança ou adolescente			
	Masc.	Fem.	Mães	Tias	Avós	Pais
Responsáveis pelo acompanhamento das crianças ou adolescentes atendidos no CREAS	01	12	09	02	01	01
Estado Civil	Mãe Solteira		Possui companheiro/Companheira			
	09		04			

TABELA 2 – Escolaridade das Famílias Participantes do Estudo no CREAS de Teixeira de Freitas

Informação	Não Escolarizado/a	EF Incompleto	EF Completo	EM Incompleto	EM Completo	Não soube informar
Escolarização do (a) responsável	01	06	01	02	03	0
Escolarização do pai do (a) responsável	05	03	-	-	-	05
Escolarização da mãe do (a) responsável	07	03			01	02

TABELA 3 – Ocupação e Renda das Famílias Participantes do Estudo no CREAS de Teixeira de Freitas

Informação	Dona de Casa	Cabeleireira	Comerciante	Desempregada	
Ocupação/Profissão	08	01	01	03	
Renda Familiar Mensal	Até meio salário mínimo		De 1 a 02 salários mínimos		Acima de 03 salários
	05		07		01

Membro da família recebe benefício social do governo	Bolsa Família	INSS	Não recebe nenhum benefício
	10	01	02

Como se pode observar nos dados do questionário, algumas informações chamam a atenção para a análise deste estudo. Dos aspectos socioeconômicos e culturais apresentados aqui, estes mostram-se desfavoráveis, em especial sobre a renda e o nível de escolarização dessas famílias.

A grande maioria é beneficiária do *Programa Bolsa Família*, o que revela a situação de vulnerabilidade social em que vivem. A maior parte das participantes, ao responderem sobre a profissão/ocupação e estado civil, afirmaram ser donas de casa e mães solteiras, o que pode indicar que muitas sobrevivem exclusivamente do Bolsa Família, e sem o auxílio efetivo de um companheiro.

Estes dados mostram também que grande parte dessas famílias são *monoparentais femininas*. Nesta situação, a mulher é quem sozinha se torna responsável pelo sustento, cuidado e educação dos filhos, o que pode agravar ainda mais a situação de vulnerabilidade de toda a família, e principalmente das crianças e adolescentes que, por sua vez, convivem com a precariedade material, encontrando-se mais expostos a situações de violência, como, por exemplo, o próprio abuso sexual (MOREIRA, BEDRAN e CARELLOS, 2011).

Estas percepções levam a outro aspecto importante identificado no questionário. A maioria quase absoluta dos participantes em ambos os grupos era mulheres, sobretudo mães. Este aspecto evidencia uma questão de gênero muito presente nas discussões sobre políticas sociais e família, que tem a mulher como elemento central no desenvolvimento de algumas dessas políticas. Considerando o papel tradicional destas no que se refere aos cuidados, proteção e educação dos filhos, as mulheres em geral são tomadas como principais aliadas, sobretudo nas políticas voltadas para crianças e adolescentes.

Tem se aqui mais uma estratégia de terceirização das funções do Estado, gerando mais uma sobrecarga ao trabalho das mulheres. As grandes limitações nos serviços de ajuda às famílias, como a oferta e o acesso a creches, educação em tempo integral, serviços de

convivência e expressão cultural para adolescentes gera essa sobrecarga para as mães provedoras, que lutam pela sobrevivência do seu grupo familiar (TEIXEIRA, 2009).

Outros aspectos não menos importantes na caracterização dessas famílias e das crianças e adolescentes abusadas, encontram-se nas tabelas abaixo. São elas: as condições de raça, idade, religião, sexo e o vínculo das vítimas com os agressores.

TABELA 4 – Faixa Etária dos Responsáveis e Idade e Sexo das Crianças Abusadas no Estudo do CREAS de Teixeira de Freitas

Informação	Idade			
	23 a 33 anos		34 a 44 anos	45 a 55 Anos
Faixa Etária dos responsáveis pelo acompanhamento da criança ou adolescente	04		05	03
Faixa Etária das crianças ou adolescentes quando sofreram o abuso sexual	<b>04 a 07 anos</b>		<b>08 a 10</b>	<b>11 a 13</b>
	08		03	03
Sexo das Vítimas	Feminino			Masculino
	11			02
Vínculo da Criança com o Agressor <sup>16</sup>	<b>Vizinho e/ou Conhecido</b>	<b>Padrasto</b>	<b>Tio</b>	<b>Primo</b>
	04	07	01	01

TABELA 5 – Raça e Religião

Informação	Negros	Pardos	Branços
Raça <sup>17</sup>	04	08	01
Religião	Evangélicos		Católicos
	08		05

<sup>16</sup> Embora entre os participantes deste estudo não tenha aparecido nenhum caso em que o agressor seja do sexo feminino, ressalta-se que a prática do abuso sexual contra crianças e adolescentes não é uma prerrogativa apenas do sexo masculino.

<sup>17</sup> Apesar das polêmicas sobre o conceito de raça, uma vez que, para as ciências biológicas e sociais este conceito está superado, este termo ainda é utilizado, em particular pelo movimento negro que o usa como paradigma de luta política contra a opressão de base racial (OLIVEIRA, 2004). Partindo desta perspectiva política, este termo foi utilizado neste estudo para a classificação das origens étnicas dos participantes do grupo focal.

As respostas obtidas pelos questionários mostram que as crianças e adolescentes dessas famílias não são filhos e/ou filhas de mães adolescentes, mas de mães já adultas. A maioria das vítimas é de meninas que foram abusadas entre os 04 e 07 anos de idade e os abusadores no geral foram membros da família ou pessoas próximas dessas crianças. Esta última informação insere os casos desta pesquisa quase que completamente na categoria de abuso sexual intrafamiliar, tendo em vista que padrastos, tio e primo aparecem como os principais agressores.

Em sua maioria, essas famílias são de origem afrodescendente e praticam alguma crença religiosa, sendo que a maioria faz parte de alguma “igreja evangélica”, como assim denominaram. Esta religiosidade aparece fortemente nos discursos de algumas mães participantes do grupo focal.

Todos esses dados sobre os aspectos socioeconômicas e culturais das famílias são muito importantes. Conhecer um pouco de suas características e condições de vida a partir daqueles aspectos priorizados no questionário, possibilitou-nos uma melhor compreensão das representações sociais sobre o trabalho desenvolvido no CREAS de Teixeira de Freitas.

### **3.1 Um “conjunto que Deus preparou para nós” ou “um CREAS para pedir mais apoio à justiça”?**

Após esta breve caracterização das famílias, passamos à análise dos relatos coletados durante a realização dos grupos focais. Conforme descrito na metodologia, este processo será realizado a partir da comparação dos conteúdos representacionais apresentados pelos dois grupos. Buscamos com isso a ampliação do foco da análise e, conseqüentemente, o enriquecimento das reflexões.

Os procedimentos de análise se estruturaram a partir das seguintes etapas: escuta do material gravado, leitura flutuante do material que foi transcrito na íntegra, releitura e seleção do material a ser analisado (BARDIN, 1977). Num segundo momento, tendo o objetivo da pesquisa como critério de recorte para a análise dos conteúdos, os dados foram codificados e categorizados, procedendo-se à interpretação dos mesmos.

Buscando valorizar ao máximo as respostas dos participantes, as categorias emergentes foram delineadas a partir do agrupamento de respostas semelhantes verbalizadas pelas



famílias a partir das questões do roteiro utilizado no grupo focal. O conteúdo das falas encontra-se destacado de forma representativa no corpo do próprio texto da análise.

Primeiramente, serão apresentadas algumas informações gerais sobre o modo como as famílias chegaram ao CREAS, bem como alguns sentimentos manifestados pelos participantes de ambos os grupos no início do processo de realização do grupo focal, e que revelam aspectos importantes aos objetivos do estudo. Em seguida, passar-se-á à análise e interpretação das representações das famílias a partir das seguintes categorias: a representação das famílias sobre o CREAS, a psicóloga como profissional de referência nas representações dessas famílias, e as representações dos processos educativos.

Em relação às primeiras aproximações com o CREAS, os participantes de ambos os grupos afirmaram por unanimidade que não conheciam a instituição antes da experiência do abuso sexual dos seus filhos/filhas. Chegaram até o Centro encaminhados por outros órgãos públicos da rede de serviços local, como Delegacia, Conselho Tutelar, Postos de Saúde, Centro de Atenção Psicossocial - CAPS, Centro de Referência da Assistência Social - CRAS e escolas.

Essas informações evidenciam que nenhum dos participantes tinha o CREAS como referência e nem sabiam de sua existência. Por outro lado, fica evidente que pelo menos a rede de serviços local conhece o CREAS. Isso, de certa forma, configura-se como elemento positivo, no sentido de que, se a maioria das famílias ainda não possui a instituição como referência para a busca de ajuda numa situação de violência sexual, estas podem contar com o auxílio de outros órgãos mais próximos da sua convivência que realizam esta mediação.

Destaca-se que, apesar de ainda não conhecerem o CREAS, a busca de ajuda em outras instituições demonstrou que as famílias se encontravam mobilizadas para o enfrentamento do problema e rompimento do ciclo da violência. A suposta passividade frente à violência sexual, em especial direcionada crianças, tem mudado nos últimos anos. Talvez estes sejam alguns dos reflexos das insuficientes políticas de conscientização sobre estes processos de violência e usurpação do direito alheio, muito presentes na história do Brasil (FREITAS e TEIXEIRA, 2014).

Quanto aos sentimentos iniciais apresentados pelas famílias no grupo focal A, composto apenas por mulheres, estas expressam em seus discursos sentimentos de dor, vergonha e angústia quanto ao abuso sexual sofrido por seus filhos e filhas, e sentimentos de esperança e gratidão quanto ao fato de estarem sendo acompanhadas pelo CREAS. Apesar de ter sido solicitado pela pesquisadora nos grupos apenas os seus nomes, o nome da criança/adolescente acompanhado e o período em que estavam em acompanhamento no CREAS, foi comum que descrevessem suas respectivas histórias em relação à situação do abuso sexual, mencionando todo o processo que as levaram até o CREAS.

Dos sentimentos desencadeados pelo abuso sexual, as famílias insistem na vergonha, dor, receio do julgamento das pessoas, fragilidade, sensação de desamparo, além de medo do agressor. Tais sentimentos são encontrados nos relatos de Anita<sup>18</sup>:

“Eu quero dizer pra vocês que não é fácil a gente chegar aqui. A gente chega arrasada, quebrada, os cacos e não é fácil juntar os pedacinhos da louça, pedacinho por pedacinho...” (ANITA, Grupo Focal A).

Emotivas e como mencionado, com um discurso marcado por valores religiosos, as entrevistadas afirmavam que a força e a resistência encontradas para o enfrentamento “daquele problema”<sup>19</sup> provinham de Deus. Expressando sentimentos de gratidão em relação ao CREAS, identificado como uma ação de Deus na vida delas.

“E para a honra e glória de Deus eu sou guerreira e consegui dar a volta por cima através desse conjunto<sup>20</sup> que Deus preparou para nós. Cê já pensou se Deus num tivesse preparado esse conjunto pra nós? Deus deu condições deles aprender viu? Estudou pra isso, tem muita paciência com a gente, que num é fácil a pessoa pegá a pessoa depressiva, quase louco, jogando pedra, cê entendeu?” (ANITA, Grupo Focal A).

Nota-se neste relato a satisfação e a gratidão de poder contar como o CREAS.

As falas do Grupo A revelam forte influência de um discurso religioso, assim como de uma resignação em relação à responsabilização do agressor, com expresse por Anita:

“Eu falei com ela assim ó, eu tô na igreja só Deus, eu não quero... Mais ela falou oia Dona Anita, se você não fizer isso, mais tarde ele pode tá fazendo com outra pessoa e você vai ter e você vai ter que denunciar...”<sup>21</sup> (ANITA, Grupo Focal A).

<sup>18</sup> Utilizou-se nomes fictícios para proteger a identidade dos participantes.

<sup>19</sup> Percebeu-se certo desconforto dos participantes em pronunciar claramente a expressão “abuso sexual”. Na maioria das vezes estes utilizavam expressões como: “o acontecido” ou “o problema”.

<sup>20</sup> O conjunto a que a participante se refere diz respeito à equipe de profissionais do CREAS que na representação dela foi preparado por Deus para ajudá-la naquele sofrimento.

<sup>21</sup> Esta fala refere-se ao estímulo que ela disse ter recebido da psicóloga para denunciar o agressor do seu filho

Da parte de Rosa, percebe-se um aparente sentimento de superação do trauma vivido:

“Mais tem jeito sim, é só nós dá um passo a frente, procurar ajuda, por que se nós ficar só chorando, lamentando, nós não vai encontrar, nós temo que sair pra procurar ajuda” (ROSA, Grupo Focal A).

Quanto ao Grupo B, os participantes igualmente relataram as situações do abuso e o processo de chegada da família ao CREAS. Porém, ao contrário dos sentimentos expressos pelo Grupo A, este se manifestou de forma pouco resignada, mas muito indignado e com grande desejo de justiça em relação aos agressores dos seus filhos/ filhas.

Nos discursos de Paula, Pedro e Meire os mesmos desabafam:

“A vontade que eu tenho hoje é matar [...]. Eu to esperando a justiça, mais se a justiça num fazer nada, ele vai pra vala...” (PAULA, Grupo Focal B).

“O processo é lento né? [...] O CREAS é um órgão pra ajudar os pais, reconstrói a vida da criança pra ser mais feliz e tal... Mas a gente precisa de um CREAS pra pedir mais apóio a justiça entendeu? O CREAS tá resolvendo o psicológico, tá normal, mas o problema de justiça...” (PEDRO, Grupo Focal B).

“Lento demais, lento demais, olha só, no começo rola uma pressão disgramada em cima de você, deixa ocê, eu fiquei quais doida. Eu quais entrei em depressão, quais entrei em depressão. É conselho, é delegacia, é depoimento e quando chega nada...Até hoje aquele pilantra tá lá andando pra cima e pra baixo” (PAULA, Grupo Focal B).

“Infelizmente a justiça é lenta num resolveu nada ainda, ele tá bem trabalhando aí. E eu queria que ele tivesse distrais das grade também” (MEIRE, Grupo Focal B).

Nestes sentimentos manifestados inicialmente pelas famílias, ficam evidenciados dois aspectos importantes. Particularmente, de um lado, a representação do CREAS enquanto um espaço de apoio e força ante a fragilidade em que as mesmas se encontram ao chegarem à instituição. Noutro lado, um aspecto crucial para as famílias no contexto das situações de abuso sexual, que é a responsabilização criminal do agressor.

Enquanto as famílias do Grupo A mantiveram um discurso mais resignado, tendo a atitude de ignorar os seus agressores representando o CREAS como um espaço de apoio que as auxilia na reconstrução dos aspectos emocionais, o Grupo B se posiciona de outra forma. Para os participantes deste Grupo, a instituição é vista como um espaço de apoio não apenas em nos aspectos emocionais, mas também no processo de responsabilização dos abusadores. Desse modo, seria o CREAS na representação das famílias “um conjunto que

Deus preparou” para ajudá-las nos aspectos emocionais e sociais? Ou “um CREAS para pedir mais apoio à justiça?” O que essas duas representações nos induzem a refletir?

Apesar de a responsabilização do agressor não se constituir em foco deste estudo, é importante, ainda que de modo breve, abordarmos também este aspecto, entendendo que o mesmo é parte fundamental do atendimento do CREAS, fazendo-se presente no conteúdo representacional das famílias sobre o Centro. Para muitas famílias, há grande dificuldade quanto à responsabilização do agressor, seja por questões de ordem afetiva em relação ao mesmo, por medo de retaliações, ou por ser o abusador o provedor daquela família. Já para outras, a “busca pela responsabilização do agressor tem uma importância subjetiva para a vítima e seus responsáveis” (ARRUDA, 2009, p. 12). Conforme assinala Koshima citada por Arruda (2009), tal perspectiva,

Não se trata de vingança e sim da necessidade de que a lei externa, a lei jurídica, ponha um limite na sua história e fundamentalmente legitime a sua palavra. Ouvir uma sentença de condenação, em muitos casos tem um efeito subjetivo reparador e libertador (ARRUDA, 2009, p. 12).

Desse modo, sendo esta questão algo tão relevante para muitas famílias, e sendo o CREAS um espaço também de apoio jurídico-social, conforme a representação das mesmas e o que igualmente preconiza o Manual de Orientações Técnicas do CREAS (BRASIL, 2011), é compreensível, portanto, que a responsabilidade do agressor tenha emergido de forma contundente no grupo focal. Embora não seja objeto desse estudo, esta discussão talvez mereça maior atenção como elemento importante no contexto do CREAS e no atendimento a estas famílias.

Na representação do CREAS enquanto “um conjunto que Deus preparou”, percebe-se a centralidade no apoio frente às questões de caráter emocional, mas sem muitas preocupações com a justiça dos homens. No entanto, esta questão também merece maior atenção, tendo em vista que em situações de violação de direitos, a justiça é algo imprescindível não apenas do ponto de vista individual, mas, sobretudo para a vida em sociedade.

Quanto às representações específicas ao atendimento prestado às famílias pelo CREAS, todas as participantes têm percepções positivas, como se pode perceber nos exemplos abaixo:

“É ótimo trata a gente super bem, nossa! As pessoas é carinhosa com a gente...Tem lugar que cê chega, num te atende bem, fica dando piada né, a gente quer saber de uma coisa eles não sabe responder direito, entendeu? [...] Eu só tenho a agradecer pela paciência, por olhar a gente como ser humano” (VÂNIA).

“[...] é muito gostoso, é muito bom, vocês achar que ta sozinho e de repente você num ta sozinha, de repente tem um monte de pessoa te ajudando [...] Se preocupa com uma pessoa que num é nada dele, que num tem vínculo nenhum, cêis se preocupa, liga pra ver como é que a gente está...Enquanto tem gente da família que num ta nem aí. Eu não pude contar com ninguém da minha família, oh com quem eu vim contar...” (ANITA).

“Foi muito bom, a psicóloga ela tentou acalmar a gente né? Pra gente a psicóloga aqui é muito essencial na vida da gente, por que aqui vocês acolhe a gente, acolhe, abraça entendeu? E a gente sente que não ta sozinho (PAULA).

“O CREAS é aquele apoio, aquela conversa, aquela calma, assim a conversa ajuda muito, aqui me ajudou bastante tanto a mim quanto a minha filha” (MELISSA).

As percepções e sentimentos apresentados em ambos os grupos parecem fundamentar-se principalmente no suporte emocional recebido, na cordialidade das relações cotidianas dentro da instituição, na escuta e postura acolhedora das profissionais<sup>22</sup>. Desse modo, considera-se que as posturas apontadas sobre as profissionais constituem elementos que ajudam a identificar as representações que estas famílias fazem do CREAS. Noutras palavras, como um lugar de apoio, sobretudo emocional, de parceria e acolhida.

Esta representação coaduna com a característica de atendimento preconizado nas Orientações Técnicas para o Trabalho do CREAS (BRASIL, 2011), ao passo que gera algumas reflexões sobre a relação família-profissionais. Tais reflexões se baseiam na ideia de que a postura destas profissionais se configura como sustentáculo da representação social que as famílias fazem do CREAS. Este pressuposto será explorado no item seguinte, detendo maior atenção na representação sobre a psicóloga enquanto profissional de referência nos discursos das famílias.

---

<sup>22</sup> Considerando que a equipe profissional do CREAS participante da pesquisa é composta exclusivamente por mulheres, todas as referências a estas serão realizadas no gênero feminino. Em relação à psicologia, por exemplo, pesquisa do Conselho Federal de Psicologia CFP aponta que a psicologia é uma profissão de mulheres, com cerca de 89% de psicólogas em todos o Brasil (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2013).

### 3.2 A psicóloga como profissional de referência nas representações das famílias

Como mencionado anteriormente, o CREAS possui uma equipe profissional interdisciplinar, composta por profissionais de nível médio e superior nas áreas de Serviço Social, Psicologia e Direito (BRASIL, 2011). As famílias são atendidas por todos estes profissionais em diversos momentos da dinâmica de acompanhamento. Sendo assim, algumas questões relacionadas à relação família-profissionais foram investigadas no processo de coleta das representações das famílias.

Ao serem indagadas sobre quais eram as profissionais que vinham atendendo-as no CREAS e de qual profissional se sentiam mais próximas, as primeiras a serem citadas foram as psicólogas. Os dados do estudo mostram, portanto, a centralidade das psicólogas, frequentemente citadas pelas famílias nos dois grupos focais. Apenas uma mãe do Grupo B disse sentir-se mais próxima da Assistente Social, por que esta profissional a ajudou na identificação do abuso sexual sofrido pela filha. Ainda sobre as questões acima, segue relatos abaixo:

“Pra mim aqui, número 1 é ela [a psicóloga]!. Num tem outra não! Ela parece que sabe participar do problema da gente, ela é... parece que foi com ela” (PEDRO).

“A gente tem um vínculo mais, ah sei lá... É mais especial com a psicóloga. Conversa mais ela, entendeu? Você encontra com ela mais vezes né? Conversa bastante, pergunta muita coisa, aí a gente vai, liga...” (VÂNIA).

“A psicóloga. Da forma que ela foi conversando comigo, foi colocando na mente pra mim, como lidar com a situação, como fazer que era pra que minha filha não ficasse com trauma, né? Pra acalmar e acalmar minha filha pra mim não ficar lembrando o que aconteceu contando pra ela né? Pra não ficar com trauma, eu me sinto mais com ela” (MELISSA).

A proximidade destas famílias com as psicólogas parece justificar-se pelo apoio emocional recebido. A “conversa” que traz calma, que orienta e a frequência com que estas “conversas” ocorrem parece fazer desta profissional uma referência importante na perspectiva das famílias. Assim, para Emília, “[a profissional mais próxima de mim] é a psicóloga, não só pelo modo como ela atendeu minha filha, né, e sim pelo modo que ela me ensinou a conviver com tudo”.

Ou seja, para as famílias, especificamente as mães, a psicóloga é importante, também pelo auxílio que lhe presta por meio das orientações que “ensinam” a lidar com o sofrimento.

Embora as demais profissionais, como Assistente Social e Advogada atendam demandas importantes que auxiliam diretamente nas condições objetivas e também subjetivas de vida das famílias (moradia, benefícios sociais, reconhecimento de paternidade, pensão alimentícia, escola, responsabilização do agressor, saúde, dentre encaminhamentos diversos para acesso a outros direitos)<sup>23</sup>, o trabalho delas praticamente não aparece nos relatos das famílias. Quando mencionadas, surgem como demandas pela psicóloga, identificada como mediadora nas relações entre as famílias e as demais profissionais na dinâmica de atendimento do CREAS. Esta percepção é representada na fala de Anita que afirma:

“Mais eu quero dizer a psicóloga por que? Quando o problema já vem pra passar por elas já vai direito nela. Então depois dela, aí vem devido a conversa que cê tá tendo com ela, aí ela vai jogando...Isso aí já não é mais pra mim, eu vou jogar esse problema aí agora na mão da assistente social, isso é pra assistente social, aí vem passa você pra sala entendeu?” (ANITA).

Nesse sentido, é importante refletir se a ação das psicólogas tem sido de fato mais significativa para estas famílias ou se os outros profissionais ficaram ausentes nos relatos por não conseguirem estabelecer uma comunicação que se aproximasse mais das necessidades subjetivas das famílias. Uma comunicação efetiva entre os vários seguimentos profissionais do CREAS, com uma maior interconexão de suas ações seria fundamental. Doutra maneira, tem-se uma organização com profissionais atuantes apenas num nível individual, autônomo, centrada apenas nos encaminhamentos internos e incapaz de estabelecer metas comuns, com uma comunicação efetiva e coerente nas ações junto às famílias.

Necessário adiantar que este estudo não considera que os profissionais da psicologia sejam, de fato, as mais importantes no atendimento do CREAS. Apenas identificamos nas representações das famílias tal importância. Ao contrário, acredita-se num trabalho de equipe, reconhecendo as ações de cada um dos profissionais envolvidos no CREAS, além dos parceiros externos (polícia, escolas, CRAS, Postos de Saúde, dentre outros) para o desenvolvimento de um trabalho mais efetivo no atendimento à estas famílias.

Ainda sobre a questão da centralidade da psicóloga neste estudo, cabe aqui algumas reflexões tanto sobre as representações sociais acerca do psicólogo, quanto sobre o seu

---

<sup>23</sup> As informações sobre o trabalho desempenhado pelas demais profissionais (Assistentes Sociais e Advogada) junto às famílias foram relatadas durante as entrevistas individuais realizadas com as mesmas.

papel no atendimento às vítimas do abuso sexual. Pesquisas sobre representações sociais do psicólogo já realizadas no Brasil, apontam que as definições mais frequentes colocam o psicólogo como um conselheiro, um orientador, aquele que oferece ajuda, com quem as pessoas podem desabafar, como um solucionador de problemas por meio da conversa (CENCI, 2006; BORCESI, BORTOLOMASI *et al*, 2006; SOBRAL e LIMA, 2013;). Estas representações, por sua vez, coadunam com aquelas apresentadas pelas famílias do CREAS, citadas em algumas falas acima que apontam o psicólogo como aquele que “sabe participar do problema da gente” aquele que “foi conversando comigo, foi colocando na mente pra mim, como lidar com a situação, como fazer” aquele que “me ensinou a conviver com tudo.”

Para Sobral e Lima (2013), “[...] a representação social do psicólogo está mais vinculada à atuação na área clínica, que tem como prática fundamental a conversa e o conselho” (SOBRAL e LIMA, 2013, p.2). Entretanto, a entrada deste profissional nas políticas públicas e, mais especificamente, em políticas de assistência social como o CREAS, faz emergir questões importantes sobre a sua formação e papel.

As práticas a serem adotadas pelo psicólogo no CREAS têm sido discutidas não apenas nos documentos do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), mas também por instâncias como o Conselho Federal de Psicologia (CFP) e os Centros de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP). Em documentos organizados pelo CREPOP - *A Prática Profissional dos (as) psicólogos (as) nos Serviços de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes e Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas (os) nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS* - algumas questões importantes são abordadas.

As Orientações Técnicas para o CREAS, documento produzido pelo MDS (BRASIL, 2011), apresentam as principais atribuições<sup>24</sup> estabelecidas para o profissional de psicologia, juntamente com os demais profissionais que compõem a equipe técnica. O documento do CREPOP, *Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas (os) nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS* corrobora por sua vez

---

<sup>24</sup> Dentre essas atribuições destacam-se: acolhida, escuta qualificada, acompanhamento especializado, oferta de informações e orientações; acompanhamento especializado, por meio de atendimentos familiar, individuais e em grupo; realização de encaminhamentos monitorados para a rede socioassistencial, demais políticas públicas setoriais e órgãos de defesa de direito; trabalho em equipe interdisciplinar etc (BRASIL, 2011).



as atribuições definidas pelo MDS, aprofundando algumas reflexões específicas ao papel ético-político da psicologia enquanto ciência e campo profissional no âmbito da Assistência Social. Nesse sentido, para o CREPOP:

Cada categoria profissional do CREAS trabalha a partir de teorias e metodologias relacionadas com a sua área de conhecimento. No caso da Psicologia, consideramos que esta tem muito a contribuir com a proteção social especial, de famílias e/ou indivíduos tendo como foco a subjetividade e os processos sociais (CREPOP, 2013, p. 48).

Ao refletir numa perspectiva histórica, algumas práticas relacionadas à atuação do psicólogo, o documento aponta que as teorias e metodologias psicológicas gestadas a partir da sua regulamentação em 1962, eram em sua maioria liberal e elitista não trabalhando o sujeito em seu contexto social (CREPOP, 2013).

A atuação da (o) psicóloga (o) esteve marcada pela clínica tradicional e privada, tendo um único modelo de intervenção: a psicoterapia. Importava à (o) psicóloga (o) olhar para o sujeito a partir de suas questões privadas, intra psíquicas individuais na sua busca pelo crescimento e conhecimento. Este modelo de intervenção tornou-se uma referência para a atuação das (os) psicólogas (os) em geral (p. 49).

Em relação ao CREAS, os discursos validados tanto nos documentos do MDS quanto nos do CREPOP conduzem a uma perspectiva de rompimento com esse padrão de atuação do psicólogo e a defesa de uma atuação elegendo o atendimento numa abordagem psicossocial e não psicoterápica. Nesse sentido para CREPOP (2013),

É tarefa da (o) psicóloga (o) aprender a reconhecer o sofrimento psíquico não somente como demanda de psicoterapia, mas o exercício e o desafio que se coloca para a psicologia na Assistência Social é justamente o de construir outras respostas que considerem as características do território de origem do usuário e que possam incidir na melhoria das condições de vida desse sujeito (CREPOP, 2013, p. 50).

O documento do CREPOP - *A Prática Profissional dos (as) psicólogos (as) nos Serviços de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes* - ao relatar o resultado de uma pesquisa realizada com psicólogos (as) que atuam nesses serviços em diversos municípios do Brasil, mostra informações relevantes sobre atuação destes profissionais. Apesar das dificuldades apresentadas foi, no entanto, constatada na prática de muitos (as) a superação de intervenções psicoterapêuticas convencionais, ou seja, centradas no indivíduo, isolado do seu contexto social (CREPOP, 2009; CREPOP, 2013).

Outras questões apontadas no documento referem-se à prática do trabalho em equipe interdisciplinar como a participação em reuniões diversas, estudos de caso, a atuação em rede nas dimensões domiciliar, institucional e comunitária e os atendimentos individuais e em grupos realizados. Nesse contexto, destacam-se algumas atividades que, por sua vez, sugerem uma dimensão educativa presente no trabalho das psicólogas, como por exemplo, a realização de orientação familiar, oficinas socioeducativas, grupo de pais, trabalho informativo em grupo com as famílias dos usuários, capacitações, palestras, e sensibilizações (CREPOP, 2009).

É importante destacar que estas últimas constatações, por sua vez, vão ao encontro de um aspecto importante para este estudo. Considerando que o nosso objetivo principal é compreender as representações das famílias sobre os processos educativos do CREAS, e que nesse contexto a psicóloga emerge como profissional de referência, estas reflexões sobre a atuação da (o) psicóloga (o) e a sua dimensão educativa se tornam importantes aos objetivos deste estudo.

Antes, porém, é fundamental esclarecer que esse ponto de discussão de modo algum enseja interpretar ou reduzir o trabalho social do CREAS e a prática profissional da psicóloga a uma dimensão estritamente educativa. As referências técnico-científicas da psicologia, assim como das demais áreas do conhecimento que constituem a ação interventiva do CREAS, são extremamente reconhecidas e valorizadas neste estudo. O que se pretende discutir é a presença de um componente educativo, complementar às estratégias de intervenção de uma equipe interdisciplinar que, ante um fenômeno complexo como a violência, necessita de diferentes conhecimentos e práticas profissionais.

Neste sentido, é preciso vencer o amadorismo, ou a falta de comunicação para a construção de um projeto de atendimento mais efetivo para as famílias aqui estudadas. Da mesma maneira, os profissionais envolvidos neste processo carecem de condições materiais, além de formação específica para atender a tal propósito. O envolvimento afetivo é fundamental em um trabalho como este, mas sem a necessária formação induz a um processo de “desintelectualização” do trabalho de profissionais que atendem aos grupos que experimentam maior abandono social (TEIXEIRA, 1998).

### **3.3. “Prá dá mais atenção, dá mais carinho pra ficar protegido”: as representações sobre as orientações recebidas**

Como já mencionado, o foco da análise dos dados neste estudo orientou-se pela perspectiva teórico-conceitual das representações sociais, enquanto conjunto de crenças e saberes socialmente construídos e partilhados que auxiliam os sujeitos no processo de apropriação do mundo e atribuição de sentidos (GUARESCHI, 2012). Desse modo, compreender o que pensam, o que sentem e quais percepções as famílias acompanhadas possuem sobre a dimensão educativa presente na dinâmica de atendimento do CREAS é buscar as suas representações acerca desse objeto.

Centrada nas relações indivíduo-sociedade, buscando recuperar um sujeito que, através de sua atividade e relação como o objeto-mundo, constrói tanto o mundo como a si próprio (GUARASCHI e JOVECHELOVITCH, 2011), as representações sociais se apresentam como um mecanismo de conhecimento social orientadas para a comunicação, compreensão e construção pelos sujeitos do contexto social em que vivem (JODELET, 1985). Estas são consideradas construções, vez que “[...] as representações, sendo sempre representações de um sujeito sobre o objeto, não são nunca reproduções deste objeto” (SPINK, 1993).

Ao buscarmos compreender alguns dos processos de trabalho no CREAS de Teixeira de Freitas, buscou-se também compreender os significados e sentidos atribuídos pelos sujeitos na apropriação e relação com esse espaço. Desse modo, com o foco numa perspectiva de processo, as representações sociais neste estudo são tomadas não como mero processamento das informações emitidas pelos sujeitos da pesquisa, mas como ponto de partida para uma interpretação da funcionalidade e efeitos dessas representações no âmbito do CREAS (SPINK, 1993).

Ao abordarmos as representações sociais e a esfera pública, campo em que se insere esta pesquisa, concordamos com a fala de Jovchelovitch (2000):

Quando a porta do mundo privado se fecha, uma outra porta se abre, e entramos em um outro espaço, que contém não somente características físicas e concretas, mas também uma diversidade enorme de significados e códigos simbólicos. Este espaço impõe suas demandas: ele não só precisa ser entendido e decodificado; ele ao mesmo tempo chama o sujeito social a uma série de respostas e lhe impõe uma série de prescrições. Em suma o mundo lá fora nos obriga a utilizar o conjunto de significados que encontramos durante a socialização e, dessa maneira, ele cria o campo de exercício da individualidade e da sociabilidade (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 23-24).

Ao saírem do espaço privado de seus lares e adentrarem ao CREAS, a maioria das famílias se depara com um universo até então novo em suas trajetórias de vida, repleto de significados e códigos simbólicos muitas vezes estranhos a elas. Iniciadas no CREAS por consequência de um sofrimento, as experiências dessas famílias nesta instituição lhes impõem desafios diversos que lhes acompanharão por um certo de tempo.

Dentre estes desafios, destacam-se a construção de novos sentidos e significados no que se refere às suas próprias posturas frente ao drama da violência sexual, e a assimilação de características específicas à dinâmica do atendimento realizado neste espaço. De todo esse processo decorre, portanto, outras e talvez novas representações sociais. Pois, como afirma Moscovici, “[...] representar uma coisa, um estado não é só desdobrá-lo, repeti-lo ou reproduzi-lo, é reconstituí-lo, retocá-lo, modificar-lhe o texto” (MOSCOVICI, 2012, p. 54).

Diante da experiência do abuso sexual, algo socialmente representado como do campo do privado, e da entrada no CREAS enquanto espaço público, as famílias são colocadas numa dupla condição de estranhamento que as levam a construir representações sobre esta “novidade”. Embora não seja o foco deste estudo analisar esse processo de estranhamento vivenciado pelas famílias, cabe destacar, conforme colocado por Moscovici (2010), que: “[...] ao se estudar uma representação, nós devemos sempre tentar descobrir a característica não familiar que a motivou”. Portanto, ao participarem particularmente das intervenções educativas no CREAS, as famílias constroem as suas representações sobre elas, vez que “[...] a finalidade das representações é tornar familiar algo não familiar” (MOSCOVICI, 2010).

Partindo do objetivo de se compreender as representações das famílias sobre a dimensão educativa do trabalho do CREAS, estas foram indagadas sobre quais orientações/informações receberam dos profissionais para ajudá-las no acompanhamento de seus filhos/filhas. Vemos os seguintes relatos:

“Que era pra mim passar por ele (agressor) e não falar nada, se ele falasse comigo pra mim falar, e que eu não deixasse meu filho sozinho hora nenhuma, com ninguém desconhecido. Que quando passasse alguém dando uma bala que era pra mim orientar, não vai, não incosta perto de gente desconhecido” (ANITA).

Para Pedro e Melissa a orientação refere-se a: *“Dá mais atenção, dá mais carinho pra ficar protegido.”*

Outras orientações dadas pelo CREAS segundo Meire e Anita foram:

“Ela falou, na suas horas vagas, por que eu tenho muita criança pequenininha, e aí nas minhas horas vagas, quando a outra tivesse dormindo que eu colocasse a Angélica no meu colo, né? E carinhasse, as vezes eu tô carinhando as duas ao mesmo tempo, uma de lado e outra de outro” (MEIRE).

“Que eu ajudasse meu filho, que eu não dissesse para meu filho assim, ‘você é culpado, eu vou pegar você e vou bater[...]’ Que ele precisava muito de mim nesse momento e que as vezes meu filho não falou comigo, por que a pessoa poderia tá ameaçando ele...Tudo foi a orientação que eu recebi e que eu agi da melhor maneira possível” (ANITA).

Os relatos coletados evidenciam que as orientações do CREAS são sempre apontadas como dadas pelas psicólogas, novamente peça principal deste processo educativo estabelecido com as famílias. As orientações mencionadas nos dois grupos focais referem-se especificamente a informações sobre como lidar com o agressor e com a criança/adolescente vitimizada, no sentido de garantir o afeto e a proteção necessária. Desse modo, os relatos dessas famílias evidenciam não apenas o caráter educativo dos atendimentos no CREAS, mas também denotam o conteúdo das orientações, em sua maioria voltadas para as questões de ordem afetiva.

É provável que orientações e informações sobre outras demandas sejam dadas pelas demais profissionais em suas intervenções, posto que nas entrevistas com tais profissionais estas ações são mais visíveis. No entanto, apenas orientações como as citadas acima emergiram no contexto do grupo focal.

Nesse sentido, considerando que a maioria quase absoluta dos participantes deste estudo era de mães, com famílias monoparentais femininas, sugere-se que a ênfase nas orientações de caráter afetivo possa estar relacionada tanto com os aspectos que estas famílias consideram mais complexos ou desafiadores na situação do abuso sexual, quanto com a representação das profissionais sobre o papel feminino na família.

Estes aspectos, por sua vez, relacionam-se aos cuidados com a vítima, em sua maioria meninas, e à relação com o agressor. Estas situações demandam dessas mulheres grandes esforços, posto a situação de vulnerabilidade social em que se encontram.

A questão da relação com o agressor é para muitas famílias um aspecto extremamente delicado, sobretudo quando este faz parte da família ou é alguém conhecido da mesma. Esta era a realidade de todas as famílias participantes desta pesquisa, vez que as suas vítimas foram abusadas em primeiro lugar pelos padrastos, por conhecidos, vizinhos e tios. Diversos elementos se relacionam constituindo os desafios enfrentados por essas mulheres. De acordo com Costa, Penso e Almeida (2008):

As vítimas de agressão sexual e seus familiares, via de regra, tem seus espaços de locomoção bastante restringidos pelas ameaças dos agressores externos que permanecem na impunidade [...] É preciso que ofereçam espaços de proteção física e emocional, porque há muito constrangimento vivido no trato com os abusadores que permanecem inseridos no cotidiano do contexto familiar ou comunitário (COSTA, PENSO e ALMEIDA, 2008, p. 45).

Segundo Faleiros (2005):

A relação da mãe com o pai ou o padrasto abusadores é, por sua vez, uma relação dividida. É uma relação, ao mesmo tempo de cumplicidade com o abuso ou com o abusador e de contrato de sobrevivência e de proteção. O abusador é, ao mesmo tempo próximo e provedor. Até mesmo juízes e promotores tem dificuldade em condenar o abusador sexual por que ele representa o papel de provedor da família, cuja prisão também priva a família de sustento. Ao mesmo tempo em que as mães, muitas vezes, se tornam cúmplices, são também por outro lado, de acordo com as pesquisas, denunciante do abuso sexual (FALEIROS, 2005, p. 114).

Estando a mãe enredada em situações como estas, mobilizar recursos objetivos e subjetivos imprescindíveis à superação deste problema, bem como dispor de saberes sobre o modo como se conduzirá a sua relação e a da vítima com o abusador nos casos em que este não é afastado da família, tornam-se cruciais. Nesse sentido, a busca de orientações nas instituições sociais mais próximas (escolas, igrejas etc.), além de amigos, familiares, vizinhos e, por fim nos serviços de apoio profissional como o CREAS, é de extrema importância para a maioria.

Devido às dificuldades em se responsabilizar criminalmente a maioria dos agressores do abuso sexual intrafamiliar, grande parte das mães, mesmo após o rompimento da relação conjugal com o abusador, quando este é o seu companheiro, frequentemente é obrigada a conviver com o mesmo em sua rede de parentalidade ou de vizinhança. Tal fato encontra-se representado nas falas das participantes abaixo:

“Ele tá bem trabalhando aí, eu queria que ele tivesse distraído das grades” (MEIRE).

“Até hoje aquele pilantra tá lá andando pra cima e pra baixo” (PAULA).

Essa convivência forçada é em alguns casos quase inevitável. Esta situação demanda dessas mães mudanças de comportamento não muito simples quanto às relações cotidianas no convívio familiar e nos espaços frequentados pelo abusador.

No que se refere às orientações e aprendizagens sobre os cuidados com a vítima, estão muito presentes nos relatos das famílias a questão do afeto e da proteção por parte das mães. Ou seja, esta questão parece ser reforçada pelo CREAS, sobretudo nas intervenções da psicologia.

Considerando o papel histórico-cultural atribuído às mulheres e mães quanto ao amor e cuidados para com as crianças, estes dois sentimentos aparecem como fundamentais nas análises sobre o abuso sexual infanto-juvenil. Segundo Mattos e Lima (2012),

No contexto do abuso sexual as mães são compreendidas enquanto os atores adultos primordiais na proteção da sua prole, sendo também a resposta materna face ao abuso elencada como um dos fatores chaves na recuperação das crianças (MATTOS e LIMA, 2012, p.4).

Essa representação social sobre o papel das mães parece orientar as intervenções dos profissionais que trabalham nos serviços de atendimento às vítimas do abuso sexual, inclusive no CREAS de Teixeira de Freitas. Na Política de Assistência Social, campo em que se inscreve este estudo, a centralidade na família é considerada um dos princípios norteadores na ação dos seus serviços de apoio que, na maioria das vezes, elege a mulher/mãe como principal parceira.

Diversas autoras estabelecem críticas a essa política de centralidade da família apontando alguns dos seus avanços e limites (MIOTO, 2006; TEIXEIRA, 2009; CARVALHO, 2010, TEIXEIRA, 2010). De acordo com Teixeira (2009),

As obrigações atribuídas às famílias são criadas socialmente, e penalizam as mulheres e outros membros mais frágeis nas relações hierarquizadas dentro das famílias, relações que não são complementares, mas assimétricas e desiguais e que podem ser perpetuadas por políticas públicas que as reproduzem como funções “naturalizadas” (TEIXEIRA, 2009, p. 260).

Considerando os pressupostos acima, bem como as críticas direcionadas às políticas sociais com centralidade na família, serão discutidos alguns aspectos sobre esta figura materna e o seu papel. Tal discussão será feita no decorrer das análises seguintes, buscando uma melhor reflexão sobre as representações sociais destas acerca dos processos educativos que as orientam/ensinam no âmbito do CREAS. Como assinala Brandão (2004, p. 22), “Tudo o que é importante para a comunidade, e existe como algum tipo de saber, existe também

como algum modo de ensinar”. Ou seja, se existe nas orientações dadas pelo CREAS algo a ser “aprendido” pelas famílias, existe também algo a ser “ensinado”.

Quando as mães atendidas pelas profissionais do CREAS afirmam que são orientadas a dar mais atenção, carinho e proteção e a não culpabilizar o filho/filha pela situação do abuso sexual, nota-se claramente uma dimensão educativa por trás dessa orientação. No entanto, as representações sociais destas mães sobre essa questão se revelam quando falam sobre seus sentimentos em relação às orientações recebidas no CREAS.

“Aqui você se sente protegido, a gente se sente assim, oia eu tenho assim toda essa vergonha, mas eu não tenho vergonha de me abrir com vocês sabe? Muitas coisas você fica lá com medo pensando como é que você vai fazer, como é que você vai falar aí quando você chega de frente pra aquela pessoa a sua vontade é falar mais e mais e mais...”- (ANITA).

“As orientações que eu tô recebendo aqui tá dando certo. Os meninos também lá obedecem as orientações que eu tenho, que levo. Então pra mim tá ótimo” (ROSA).

“Tudo que a psicóloga mandava eu fazer eu fazia em casa, então o que ela mandava fazer dava tudo certo...Foi difícil, mais ela falou assim; você tem que fazer, cê tem que ser forte, se você não fazer, você não vai conseguir.” (Vânia):

Parece haver nas falas dessas mulheres uma aceitação obediente e sem questionamentos das orientações dadas pelas profissionais. Nota-se, aqui, portanto, a autoridade do discurso científico, advindo das psicólogas e profissionais do CREAS que, por sua vez, dificilmente seria contestado por alguma mãe com um filho (a) numa situação de violência como o abuso sexual.

Nesse sentido, é cabível refletir em que medida este discurso da mãe-protetora presente nas orientações do CREAS desautoriza a mãe, ensinando-a a ser mãe, a cuidar melhor de seus filhos, enfim, a aceitar que de certa maneira foram negligentes. Estariam essas orientações centradas em valores ou modelo de família pertencente a uma classe social diferente da realidade dessas famílias?

Outro aspecto a ser observado nos relatos dessas famílias é que essas orientações tendem a funcionar como base para a proteção futura dos seus filhos (as). Além disso, estas possuem também uma característica psicoterapêutica, abrindo espaço para a expressão de angústias e tabus que ainda trazem vergonha. Tudo isso proporciona às mesmas um sentimento de



autoconfiança. A confiança de que conseguirão “desempenhar melhor” as suas funções de educar, seus cuidar e proteger os filhos (as) após a experiência do abuso sexual.

Para Melissa, de todas as instituições pelas quais passou com a sua filha após o abuso, as orientações do CREAS foram as mais importantes:

“Primeiro lugar é aqui. Assim, tanto não só por causa que o CREAS ajuda em relação ao acontecido, mais ajuda a gente a lidar com a situação por que é choque. E o negócio é que eles tem o modo de conversar com a gente que é muito maravilhoso gente!. Num tem como falar assim é bom, é mais ou menos, não. É ótimo! Por que você tá numa situação praticamente num barco a deriva, você chegar lá no final como se olhar pros quatro cantos e ver a pessoa chegar numa calma, é assim você vai por esse caminho aqui. Do jeito que eles falam com a gente poxa, como se nada tivesse acontecido” (MELISSA).

A percepção de Melissa evidencia uma representação positiva das orientações e informações recebidas pelo CREAS que, por sua vez, vai ao encontro de algo fundamental para as mães. Ou seja, a maneira de lidar com a situação tanto do ponto de vista do apoio à vítima, quanto do sofrimento psicológico que o abuso lhe impõe.

Costa *et. al* (2009) definem o sofrimento dessas mães como de ordem sacrificial do feminino que se expressa nos sentimentos de culpa e de responsabilidade que estas carregam diante do abuso sexual de seus(suas) filhos(as). Estes sentimentos abalam sua honra, sua autoestima e a eficiência em seu papel de mãe (COSTA *et. al*, 2009). Por isso, a relevância de serviços de apoio e orientações para as mães de crianças vítimas são avaliados positivamente por unanimidade entre os estudiosos deste assunto. Os dados aqui coletados parecem corroborar esta avaliação, visto que as representações das mães participantes desta pesquisa apontam a ação do CREAS como tendo efeitos bastante satisfatórios.

Além das orientações relacionadas à educação e proteção das crianças/adolescentes, bem como aquelas referentes ao modo da mãe lidar com o conjunto de questões que emergem a partir da situação de abuso, para Emília e Meire contaram muito as orientações do CREAS sobre o afeto:

“É uma ajuda muito grande. Eu antigamente não era carinhosa com filho, hoje eu tô muito. Hoje em dia ela vem me falar te amo, antigamente não conseguia falar te amo pra ela. Eu falo que amo ela e não vou abandonar ela por nada” (EMÍLIA).

“As orientações daqui reforçou né, ficar mais no pé, ficar mais atento pra isso nunca mais acontecer. A psicóloga aconselhou fica mais alerta mãe, né fica mais alerta na escola...” (MEIRE).

Um estudo realizado com famílias de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual em acompanhamento psicossocial no contexto de um Grupo de Apoio Multifamiliar demonstrou que um dos aspectos marcantes na avaliação dos participantes sobre a importância do grupo de apoio refere-se às orientações relacionadas às questões ali abordadas (COSTA *et. al.*, 2009).

É interessante constatar que a melhor lembrança das famílias no grupo diz respeito às orientações específicas sobre como lidar com os filhos, como, por exemplo: conversa sobre como cuidar do filho, reflexão sobre como proteger os filhos depois do acontecido e trocas sobre a decisão de deixar ou não a criança e brincar na rua sozinha. Afinal entendemos que o recebimento de uma orientação específica dada por um profissional especialista no assunto é considerado importante para as entrevistadas. De igual importância é as mães poderem discutir a questão da autoridade em relação aos filhos em função dos momentos nos quais se tem dificuldades e lidar com esse aspecto nas práticas educacionais e formativas, ou ainda de retomar o lugar de autoridade perdido no vínculo com o filho (COSTA *et. al.*, 2009, p.6).

As análises do estudo supracitado corroboram os relatos das famílias acompanhadas pelo CREAS de Teixeira de Freitas. A fragilidade das mesmas ante o drama da violência sexual e a situação de vulnerabilidade social em que vive a maioria, faz com que o recebimento de orientações sobre como proceder em determinadas situações cotidianas se torne fundamental, reforçando a relevância do caráter educativo de um trabalho como o desenvolvido pelo CREAS.

Na perspectiva da TRS, além das representações dessas mulheres sobre as orientações em si, é importante analisar ainda alguns dos aspectos relacionados ao processo de apropriação e significação dessas orientações. Conforme mencionado neste estudo, enquanto formas de conhecimento prático, as representações sociais possuem diversas funções, dentre elas a *social* (orientação das condutas e das comunicações), *afetiva* (proteção e legitimação de identidades sociais), e *cognitiva* (familiarização com a novidade) (SPINK, 1993).

Tomando aqui as funções *social* e *cognitiva*, é possível analisar uma questão que se faz importante no contexto desta pesquisa. Quando as mães aceitam as informações e orientações dadas pelas profissionais do CREAS, as avaliam e representam como pertinentes e úteis em seus cotidianos, essas representações, ou seja, os conhecimentos, sentimentos e crenças que elas construíram sobre essas orientações cumprem em seus contextos de vida uma função social e cognitiva.

Nesse sentido, além de essas representações passarem a orientar as condutas e comunicações (função social) entre suas crianças e adolescentes, essas também desempenham a função de familiarizar essas mães com o novo quadro pós abuso sexual (função cognitiva). Nesse sentido, ao transformar a estranha novidade ameaçadora (a situação do abuso) em algo familiar, emergem daí dois processos envolvidos na elaboração das representações sociais: a ancoragem e a objetivação.

Para Moscovici, como mencionado anteriormente, a ancoragem se caracteriza como “[...] um processo que transforma algo estranho que nos intriga em nosso sistema particular de categorias” (MOSCOVICI, 2010, p. 61), ou seja, os sujeitos buscam naquilo que já conhece e nas representações que já possui a base para se ancorar e deparar-se com o novo. Já a objetivação é caracterizada como uma operação que “permite tornar real um esquema conceitual e substituir uma imagem por sua contrapartida” (MOSCOVICI, 2012, p. 100). Ou seja, transformar noções abstratas em algo concreto, “quase tangível” (MOSCOVICI, 2012).

Ao entrar em contato com as orientações dadas pelas profissionais do CREAS sobre a educação e o cuidado com as suas filha/filhos, por exemplo, as famílias precisam buscar pontos de ancoragem em seus sistemas particulares de crença e conhecimentos já estabelecidos sobre cuidados e educação de crianças e a partir daí construir novas ferramentas representacionais para lidar com as novas informações e desafios emergentes. Nesse processo, ocorre então a objetivação que pode ser exemplificada no caso da mãe que relata: “Eu antigamente não era carinhosa com filho, hoje eu tô muito. Hoje em dia ela vem me falar te amo, antigamente não conseguia falar te amo pra ela” (EMÍLIA).

Nessa direção, é importante destacar que a identificação da importância da orientação dada às famílias exige cautela dos profissionais que atuam em serviços como o CREAS, evitando que se caia no achismo, numa troca de ideias, numa ação de caridade, enfim, no amorismo. Essas orientações precisam oferecer elementos para que as famílias tenham possibilidades de ancorar e objetivar buscando a elaboração de seus saberes e práticas sobre como lidar com as questões produzidas pelo abuso. Ou seja, tornarem-se protagonistas no processo de superação do abuso sexual e do seu papel social.

Diante da situação de vulnerabilidade social de grande parte dessas famílias podem ser encontradas tendências para intervenções educativo-prescritivas que, quando autoritárias,

desvalorizam o diálogo, o respeito às condições objetivas e subjetivas de vida de cada família e o seu protagonismo no processo superação das suas dificuldades. Na maioria das vezes é esperado da família, por exemplo, que a partir de orientações prescritivas esta exerça bem o seu papel de cuidadora/socializadora independente de seus arranjos, de sua condição de vulnerabilidade e risco, das condições materiais e subjetivas de vida (TEIXEIRA, 2009).

Ao se tratar das famílias de formato monoparental feminino, caso da maioria das participantes desta pesquisa, somente as orientações sobre como cuidar, proteger e dar afeto não são suficientes. De acordo com Teixeira (2009):

As famílias que dependem do trabalho feminino, “chefiadas”, via de regra, por jovens mães solteiras, viúvas ou mulheres separadas ou divorciadas, têm dificuldades para exercer esses papéis tradicionais e precisam da rede de apoio e serviços de proteção social, não só de vizinhos e conterrâneos, mas de serviços públicos alternativos que minimizem suas funções de reprodução social, com ações protetivas públicas, nos horários que estão no trabalho; para seus filhos (crianças, adolescentes e jovens), deficientes e idosos. Portanto, a ação de impulsionar suas funções de guarda, cuidado, proteção, socialização e outras, social e culturalmente atribuídas às famílias, geram culpabilização por não poderem realizar “plenamente”, conforme o padrão, essas funções (TEIXEIRA, 2009, p. 259).

Nesse sentido, é importante que o trabalho de orientação a essas mulheres se estenda também para questões que estão além dos limites dos seus lares, de suas relações familiares e de suas posturas no exercício dos papéis que lhe são socialmente atribuídos. É necessário que o caráter educativo do trabalho caminhe num processo de educação para a cidadania visando o acesso a outros direitos que impactam diretamente nas suas condições de vida e na educação e proteção dos seus filhos.

Segundo Muniz (2009), a relação entre profissionais e usuários<sup>25</sup> no âmbito da Política de Assistência Social deve se estabelecer por meio de um processo de análise crítica da realidade, das condições de vida face ao contexto social mais amplo, sendo este processo desenvolvido com o usuário. Para a autora, este é um processo,

[...] de reflexão-ação em que o trabalhador oferece ao usuário – individual ou coletivo- condições para refletir e tomar decisões, tornando disponíveis conhecimentos e informações, e nesse processo vão se construindo e fortalecendo condições de participação e ação na transformação das condições geradoras das situações vivenciadas (MUNIZ, 2009. p. 104).

---

<sup>25</sup> O termo *usuário* é usado no Sistema Único de Assistência Social para nomear todos os cidadãos que necessitam de algum atendimento em qualquer dos serviços oferecidos pelos CRAS, CREAS, Serviços de Acolhimento, dentre outros. E o termo *trabalhadores* é utilizado para se referir a todas as categorias profissionais que trabalham no atendimento dos cidadãos no âmbito dessa política.

Considerando a relevância de um trabalho na perspectiva apontada por Muniz (2009), e o importante papel que estes trabalhadores desempenham, esta pesquisa buscou também escutar as profissionais do CREAS que trabalham com as famílias das crianças e adolescentes vítimas do abuso sexual. O Capítulo seguinte apresenta a análise dos dados coletados nas entrevistas com as mesmas que, por sua vez, buscaram identificar também as suas representações sobre a participação das famílias no acompanhamento de suas filhas/filhos na instituição.

## CAPÍTULO IV

### **DAS REPRESENTAÇÕES DAS FAMÍLIAS ÀS REPRESENTAÇÕES DOS PROFISSIONAIS DO CREAS: UM OLHAR SOBRE A RELAÇÃO FAMÍLIA- PROFISSIONAL**

Embora os profissionais do CREAS não constituam o foco principal deste estudo, buscou-se identificar também as representações sociais destes sobre a participação das famílias no acompanhamento de suas crianças/adolescentes vítimas de abuso sexual. Esta decisão fundamenta-se na relevância do diálogo entre essas representações, tendo em vista a compreensão de que qualquer processo educativo pressupõe sempre uma relação pedagógica nunca unilateral.

Além desta relação pedagógica e do diálogo que esta pressupõe, outro aspecto justifica a importância dessa decisão. Segundo Furniss (1993),

No momento em que os profissionais intervêm em uma família com abuso sexual da criança, a família deixa de ser autônoma. Os deveres legais e de proteção à criança fazem com que as agências externas sejam responsáveis por intervir, uma vez que o abuso sexual da criança foi revelado. Cria-se um sistema família-profissional. Isso resulta em mudanças no processo familiar e na rede profissional envolvida (FURNISS, 1993, p. 63).

Desse modo, identificar também a representação dos profissionais é considerar esse sistema família-profissional em sua totalidade, buscando uma compreensão mais rica do objeto deste estudo. Pois, no momento em que o Estado é chamado a auxiliar mais diretamente uma família, as relações se judicializam e o poder pátrio é transferido ou dividido com os representantes do Estado.

Nesse sentido, foram entrevistadas individualmente todas as profissionais que atuavam no CREAS no período de realização desta pesquisa e que atuavam diretamente no trabalho de acompanhamento das famílias com crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual. Foram entrevistadas duas assistentes sociais, duas psicólogas, duas educadoras sociais e uma advogada. Cada entrevista durou em média vinte minutos e todas foram gravadas e posteriormente transcritas pela pesquisadora.

As entrevistas aconteceram na sede do próprio CREAS, seguindo um roteiro com questões semiestruturadas. Como no Grupo Focal, os procedimentos de análise se estruturaram a partir da escuta do material gravado, leitura flutuante do material transcrito na íntegra, releitura e escolha do material a ser analisado (BARDIN, 1977). Buscou-se também quantificar o qualitativo, ou seja, a repetição ou omissão de temas nas várias entrevistas. Esta técnica possibilitou analisar quais são os temas mais interessantes para as entrevistadas e quais os temas sequer considerados (TEIXEIRA, 1998). Numa segunda etapa, procedeu-se à análise dos conteúdos, por meio da decodificação e categorização dos dados procedendo-se ao processo de interpretação dos mesmos.

Assim, as categorias emergentes foram delineadas a partir do agrupamento de respostas semelhantes verbalizadas pelas profissionais a partir das questões do roteiro utilizado na entrevista. Como na análise dos dados do Grupo Focal, o conteúdo das falas foi destacado de forma representativa no corpo do próprio texto de análise, realizada a partir das seguintes categorias: as representações das profissionais sobre o trabalho no CREAS, as representações sobre as orientações dadas às famílias e sobre a participação destas no acompanhamento de suas vítimas no CREAS.

Destes, fez-se um estudo comparativo buscando compreender as divergências e concordâncias entre os sujeitos envolvidos neste processo de atendimento estas famílias.

#### **4.1 “Me sinto muito bem, tanto com a equipe, tanto com as famílias [...] Mas posso falar uma questão negativa?” as representações das profissionais sobre o trabalho no CREAS**

As respostas das profissionais quando indagadas sobre o modo como avaliavam os seus respectivos trabalhos no CREAS junto às famílias de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual indicam uma satisfação na maioria do grupo. Observa-se por parte das entrevistadas um sentimento de prazer e de identificação pessoal e profissional com o trabalho desenvolvido, como se constata nas falas abaixo:

“Eu sou muito é... satisfeita em trabalhar aqui eu gosto demais, me realizo” (VITÓRIA, ADVOGADA).

“Eu me realizo profissionalmente aqui dentro, totalmente. É um, é um presente, assim, embora a gente tenha casos complicados e tudo, que envolva sofrimento, mas a gente sabe que pode ter, assim, pontos positivos lá na frente, né? Então é uma satisfação, é um privilégio eu tá trabalhando aqui” (NAIANE, ASSISTENTE SOCIAL).

Tais percepções promovem a crença na relevância que o trabalho do CREAS possui para as vítimas e suas famílias aqui estudadas. Veja o relato abaixo:

“É algo que eu gosto muito de fazer, né? Os atendimentos. [...] É muito gratificante quando a gente vê uma criança ou um adolescente que chega cheio de traumas, né? Sem expectativa e a gente vai trabalhando aquilo ali nele, naquela criança, aquele adolescente e a gente ver um resultado positivo. Chegam muitos adolescentes, chega aqui fora da escola, né? Então, assim, com aconselhamento da Assistente Social, né? Aqui, do Psicólogo, é... essa criança volta pra escola, então, assim, às vezes: ‘ah, voltou pra escola’. Pode ser uma coisa pequena, né? Mas não é tão pequena quando a gente ver...” (MARCELA, PSICÓLOGA).

“Uma avaliação positiva. É... positiva nas demandas que a gente consegue visualizar o seu desenvolvimento no papel da família, da mãe, do pai é... o desenvolvimento da criança que chega aqui ainda com jeito tímido, de estranhamento, mas percebe-se a evolução de que aqui ela está sendo ouvida, respeitada, acolhida.” (BEATRIZ, ASSISTENTE SOCIAL).

“Eu enxergo de uma forma muito prazerosa, eu acredito que eu contribuo de uma certa forma com essas famílias.” (BIANCA, EDUCADORA SOCIAL).

Apesar das percepções acima descritas por parte das profissionais entrevistadas, percebe-se em algumas falas ponderações quanto a aspectos que, se inexistentes na conduta familiar, podem ameaçar o resultado de suas intervenções. Os relatos abaixo exemplificam alguns destes aspectos:

“Quando os atendimentos são feitos semanalmente, quando é... a família tem aquela preocupação em não faltar, a gente vê um resultado muito positivo na criança” (MARCELA, PSICÓLOGA).

“Eu acredito que o acompanhamento com a criança, ela só dá conta de superar a violência se ela também tiver um suporte familiar. Isso aí é claro” (MARINA, PSICÓLOGA).

“É de grande valia, a partir do momento que a gente consegue realmente atender essas famílias e dar o apoio necessário” (VITÓRIA, ADVOGADA).

Agrega-se ao compromisso das famílias aspectos como condições de trabalho e alguns impasses com outros profissionais externos ao CREAS que também intervêm em conjunto com o CREAS nos casos de abuso sexual.

“Olha, eu vou ser sincera com você, nesses últimos meses a minha avaliação não tá sendo boa, não. Até, é... eu acho que, pela falta de estrutura que a gente, também, não tem. Pelo fato de eu ter ficado



sozinha<sup>26</sup>, aqui, né? Então, assim, acabou que, as reuniões de família, que, que acontecia quinzenalmente, esse ano, não aconteceu, né?” (MARCELA, PSICÓLOGA).

“Me sinto muito bem, tanto com a equipe, tanto com as famílias, no geral com a coordenação em geral.[...] Mas posso falar uma questão negativa? (risos) [...] A questão é que se a gente tivesse realmente as condições físicas, as condições de levar o serviço em frente pelo que diz na lei e tal... Não precisaria ser 100% o serviço, mas que se aproximasse um pouco, as coisas seria bem melhor em todos os sentidos que quero dizer. Hoje a equipe tá completa praticamente, mas tem outras coisas básicas que deveriam ter pra poder melhorar, um atendimento melhor tanto no próprio serviço quanto em rede, por que dificulta muito em questão das parcerias e aí atrapalha bastante, fica uma criança ou adolescente pra ser atendida que se aquilo ali tivesse um pouco de... de...como se diz de algo pra atuar melhor, aquela pessoa sairia muito mais rápido daquele sofrimento e teria uma vida diferente né? Do que como estar no momento. Ai eu acho que se tivesse uma estrutura apropriada bem melhor seria o serviço” (JULIANA, EDUCADORA).

“Eu avalio de uma forma positiva por que faço o que eu posso. Mas a minha parte como envolve o jurídico é... a gente se sente meio frustrada por que os nossos processos não andam, no sentido dos processos de estupro, nosso juiz demora muuuuito tempo pra julgar. Muitas vezes em muitos casos a gente já desligou o usuário por que o usuário não traz mais sofrimento, aí anos depois o usuário é chamado pra audiência, aí vem aqui procurar a gente, aí tem que voltar o atendimento, no dia da audiência o usuário tem todo um sofrimento de novo, que eu já expliquei pro nosso juiz aqui” (VITÓRIA, ADVOGADA).

Estas questões citadas acima pelas profissionais são importantes para garantir uma qualidade mínima no trabalho de atendimento às vítimas da violência sexual. Entende-se que o sucesso e a eficiência das ações a serem realizadas não dependem apenas da boa vontade profissional. As condições de trabalho para a realização dos atendimentos no âmbito da instituição e a parceria com outros atores que compõem a rede de atendimento são essenciais. Soma-se a isto a formação continuada destes profissionais e o desenvolvimento de um projeto pedagógico, ou seja, uma proposta de ação tendo como base a participação e a coerência entre as ações dos profissionais que ali se encontram.

Quando se referem às condições de trabalho, as profissionais tratam em geral das condições físicas, mas que não foram claramente explicitadas. Noutras, referem-se à insuficiência de recursos humanos (contratos, número de servidores, dentre outros).

---

<sup>26</sup> A profissional lamenta o fato de no ano anterior à esta pesquisa, o CREAS ter contado apenas com o seu trabalho no setor de psicologia. Embora a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS/NOB/RH/SUAS estabeleça uma equipe mínima de profissionais para atuarem na instituição muitos municípios, como o caso de Teixeira de Freitas nem sempre são contratados os profissionais necessários para atender a demanda.

Considerando o diálogo que este estudo busca estabelecer entre as representações das famílias e as dos profissionais, vale destacar que esses aspectos apresentados pelas profissionais também emergiram nos Grupos Focais com as famílias.

Quando, nos grupos focais, as famílias foram perguntadas sobre que mudanças sugeriam para a melhoria dos serviços do CREAS, surpreendeu a dificuldade em apresentar sugestões, até o ponto de afirmarem:

“É que a gente chega aqui tão desesperada que só de alguém ouvir a gente, a gente já se sente realizada [...] Mais só da pessoa te ouvir e te aconselhar...Você nem consegue enxergar os outros problemas que a equipe deve ter lógico. Tem muitas outras coisas que você tem que se preocupar aqui dentro né? Negócio de reforma, gastos que a gente sempre tá precisando né? Essas coisas a gente nem enxerga do lado que a gente tá. Que a gente tá querendo tanto que a pessoa te escuta que a gente não olha nem pra esse lado” (VÂNIA).

“Nóis não sabemos se vocês tão em condições de trabalhar os seus trabalhos tão bem ampliado pra vocês ter esse apoio. Que as vezes a gente chega aqui bota lá pra vocês lá mais a gente não sabemos como vocês tá, suas condições de trabalho... Essa parte também é importante. E aí vocês estão bem segurados, o ambiente pra vocês está adequado para que possa né, sustentar?” (MARGARIDA).

Embora as famílias encontrem dificuldades em apontar melhorias para o CREAS, a representação que possuem sobre a instituição enquanto um lugar de apoio emocional, as fazem demonstrar certa solidariedade em relação às condições de trabalho das profissionais, o que se expressa quase numa torcida pela felicidade pessoal das profissionais. Este sentimento parece brotar de um grande sentimento de gratidão pelo apoio recebido, como expressou Anita:

“Se nós precisa de melhoria, nós veio aqui procurar melhoria, então nós gostaria que também na vida delas melhorasse, também melhorasse o salário, por que não é fácil a pessoa tá aqui, a pessoa chegar esbagaçado eles melhora...” (ANITA).

Nota-se um entendimento equivocado por parte destas famílias sobre o papel do CREAS. Este não parece ser visto como um serviço público, com a função de garantir os seus direitos, e que por isso mesmo enquanto cidadãs elas tenham o dever e o direito de apontar as melhorias necessárias participando desse processo. A lógica do favor parece se sobrepor à consciência do direito. Isso se revela tão forte nos relatos, que as mães até parecem não querer pedir mais nada, afinal, a doação das profissionais, a relação afetiva é tão forte que obscure o papel político do CREAS. Cabe aqui ressaltar os ganhos indiretos neste tipo de

relação favor-paternalismo. Este último é bem comum num país onde o coronelismo ainda se alimenta da dependência das classes menos privilegiadas socialmente.

Em relação à rede de apoio que atua junto ao CREAS no atendimento às vítimas da violência sexual, coloca-se reflexão sobre a importância de intervenções desta natureza. Segundo Walter Ude (2008),

A proposta de trabalhos em redes sociais tem representado um novo paradigma que se contrapõe às tradicionais políticas públicas marcadas por ações fragmentadas que, historicamente, apenas contribuíram para intervenções localizadas, segmentadas, centralizadas e simplificadas frente a fenômenos complexos e contextuais (UDE, 2008, p. 41).

Portanto, intervenções isoladas de alguns profissionais têm menores chances de resultados eficazes, principalmente no caso de abuso sexual. As diversas áreas dentro e fora do CREAS, tais como a área jurídica, a educação, e a saúde precisam trabalhar de forma colaborativa com a assistência social.

Dados do presente estudo mostram que a principal queixa em relação às dificuldades para o trabalho em rede centra-se no sistema de justiça. Esta queixa se justifica principalmente nos relatos da advogada, que revela certa frustração com o não andamento dos processos de responsabilização dos agressores.

Essa questão também se faz presente de modo contundente nas falas das famílias que exigem justiça no Grupo Focal B. Os participantes mostraram grande descrença e insatisfação em relação à morosidade da justiça. Estes demandavam da instituição um apoio maior para a responsabilização dos abusadores. Cabe-nos indagar, qual o poder de alcance do CREAS ante estas demandas?

Os relatos das famílias mostram, novamente, a insatisfação frente à justiça que, por sua vez, revela a descrença no poder de solução do CREAS que parece ser entendido como atendendo apenas às questões emocionais:

Meire, em um tom pensativo e inconformado, responde com outra pergunta: “Aqui...Como é que eu vou dizer... Num pode fazer nada pra justiça acelerar, não?”

Num tom irônico, Paula responde à pergunta de Meire, afirmando:

“Aqui a única coisa que as psicólogas podem fazer é relatórios<sup>27</sup>. Colocar sobre a questão do abuso que a criança sofreu... que tá muito debilitada... tá muito sentida... (risos). Eles botam que a criança sofreu muito trauma depressiva. Mais é o juiz mesmo...” (PAULA).

Em contrapartida, quando descrevem as expectativas das famílias em relação aos profissionais, por exemplo, a psicóloga Marina expressa sua frustração quanto às expectativas que as famílias possuem sobre o CREAS:

“As vezes eles têm expectativa além do nosso alcance, como por exemplo, eu quero que se prenda o agressor e muitas vezes o psicólogo pode ajudar através de um relatório de algumas estratégias que a gente tem, porém não é o CREAS que prende o agressor né?” (MARINA, PSICÓLOGA).

O anseio dessas famílias por justiça coaduna com a frustração dessas profissionais que, no cotidiano do trabalho, encontram-se na linha de frente num atendimento ainda precário à essas vítimas. Há uma tensão entre o que o CREAS consegue contribuir para que haja a punição do agressor, e as dificuldades que os profissionais encontram para realizarem efetivamente os seus trabalhos.

Apesar das insatisfações apresentadas pelas profissionais, são frequentes em suas falas expressões como: “sou muito satisfeita em trabalhar aqui”, “gosto demais” “me realizo profissionalmente aqui dentro”, “é gratificante”, “é algo que eu gosto muito de fazer”. Tais expressões podem sugerir uma representação social positiva dessas profissionais sobre o trabalho que desenvolvem na instituição, ou talvez, uma forma de evitar constrangimentos ou demasiada exposição à pesquisadora, que no passado foi coordenadora desta mesma instituição.

Dado os objetivos desse estudo, estas questões não serão tratadas aqui. A análise será focada apenas nas representações que dizem respeito à participação das famílias no acompanhamento das suas filhas/filhos, assunto abordado na próxima seção deste Capítulo.

---

<sup>27</sup> Esta mãe se refere à prática do CREAS de Teixeira de Freitas em encaminhar às autoridades policiais e do sistema de justiça relatórios psicossociais sobre os atendimentos às crianças/adolescentes abusadas sexualmente. Estes relatórios são solicitados para subsidiar os inquéritos policiais e quando bem elaborados podem ter um peso importante na decisão judicial. A ironia na fala da mãe sugere que a mesma percebe um descrédito do sistema de justiça em relação aos relatórios encaminhados pelo CREAS. É como se ela dissesse: “o CREAS até que se esforça de alguma forma, mas no final é a vontade e disponibilidade do juiz que prevalece”.

## 4.2 A mãe como o “braço do CREAS”: as representações sobre as orientações dadas às famílias

Na intervenção de uma equipe profissional junto a uma família com abuso sexual, ocorre um processo de influência e entrosamento mútuos configurados na relação profissional-família (FURNISS, 1993). Sustentados por esta perspectiva, buscamos neste estudo encontrar relações entre as representações das famílias acerca das orientações recebidas pelas profissionais do CREAS e o modo como estas profissionais representam as ações de orientar e informar estas famílias.

Em acordo com Spink (1993), entendemos que as representações sociais possuem diferentes funções. Estas serão analisadas considerando a função social (orientação das condutas e das comunicações) e a função cognitiva (familiarização com a novidade), como já mencionamos anteriormente. Sendo assim, buscar-se-á na análise das falas das profissionais não somente verificar as suas representações, mas também discutir a efetivação dessas funções nos seus processos de trabalho junto às famílias.

A pergunta sobre qual tipo de informação era oferecido às famílias durante os atendimentos no CREAS gerou respostas variadas entre as profissionais. Da parte das psicólogas, verificou-se que as orientações se relacionavam mais à postura educativa e afetiva que a família deveria adotar na atenção oferecida à criança ou adolescente vitimados, bem como orientações sobre como lidar com alguns comportamentos e angústias decorrentes do trauma sofrido. Estes aspectos estão expressos no relato abaixo:

“Assim, sobre é... tá sempre orientando em questão ao comportamento da criança, tá observando qual o comportamento da criança no dia-a-dia, questão de alimentação, como é que tá o sono, é... comportamento geral, escola, né? Em casa, com os irmãos, em tudo, pra observar esse tipo de comportamento e trazer pra gente aqui.” (MARCELA, PSICÓLOGA).

“Na parte da psicologia é mais uma orientação, informações que a gente passa na condução da angústia daquela criança, na condução da dinâmica familiar. [...] De forma que a mãe seja um braço mesmo do CREAS e lá na casa dela ela esteja fazendo alguma intervenção que vá auxiliar aquela criança” (MARINA, PSICÓLOGA).

A partir das falas das psicólogas, profissionais apontadas pelas famílias como de maior referência, observa-se que as suas orientações direcionam-se sobretudo às mães ou outras responsáveis como tias e avós, ou seja, às mulheres em sua maioria. O caráter educativo do trabalho está presente na tarefa de “capacitá-las” para superar as suas fragilidades e para

melhor cuidar das consequências psicológicas desencadeadas pela violência, tais como: angústia, comportamento e rendimento escolar, alimentação, sono, relacionamentos etc (AZEVEDO e GUERRA, 2007).

A expressão dita pela psicóloga Marina “de forma que a mãe seja um braço mesmo do CREAS” indica uma representação que estas profissionais apresentam sobre a participação da família no processo de intervenção do CREAS. Ao pensar nos cuidados a serem tomados em relação às crianças e adolescentes vítimas, a família é representada pela figura da mãe ou de uma mulher.

Assim como dito, a mulher é valorizada como o braço do CREAS, portanto, uma extensão do trabalho desenvolvido pela instituição no âmbito doméstico e, que por meio de uma “assessoria” da psicóloga, cumprirá o papel que lhe é atribuído socialmente; só que agora sob orientação de profissionais especializados na educação e cuidado com as crianças e adolescente. Porém, neste caso, não apenas crianças e adolescentes, mas vítimas de violência sexual.

Segundo Guareschi (2011), “nossas representações não são independentes: tem a ver com nossa concepção de ser humano e de sociedade” (GUARESCHI, 2011, p. 160). Assim pode se perceber que as representações que as psicólogas fazem sobre a participação das famílias se relacionam a um imaginário social e cultural, num senso comum sobre a função da mulher, sobre os lugares e possibilidades do feminino e de sua natureza para cuidar e educar das crianças, revelando suas concepções sobre os papéis familiares.

Para Meyer (2009), esse tipo de representação de maternidade e paternidade é problemática em vários aspectos. Apontando algumas dessas representações, a autora explica que,

A mulher como mãe é uma [dessas representações]; a outra é a de paternidade ausente ou irresponsável como regra dos núcleos familiares mais pobres, o que produz, dentre outras coisas, a sua (des) responsabilização pela vida das crianças que o integram. Essas representações ao mesmo tempo, invisibilizam outras formas de exercício da maternidade e da paternidade, que também coexistem nesses contextos (MEYER, 2009, p. 225-226).

Faz-se necessária uma consciência crítica da parte dos profissionais do CREAS quanto aos preconceitos e representações que fazem sobre estas famílias, sobre o abuso sexual, sobre a infância e adolescência. Como ressalta Muniz (2011), quando trata das responsabilidades dos trabalhadores do SUAS,

As representações que o trabalhador tem do usuário do serviço revelam também a forma como ele se relaciona com o mesmo, denotando o projeto pensado para a produção do serviço. Esse conhecimento possibilita intervir na relação entre trabalhadores e usuários para tentar transformar os serviços em espaços de construção de sujeitos autônomos e criativos (MUNIZ, 2009, p. 107).

Compreende-se que as representações aqui citadas das profissionais sobre as famílias e as reflexões estabelecidas não apontam haver da parte do CREAS de Teixeira de Freitas uma negação de uma das principais características da maioria das famílias vítimas do abuso sexual acompanhadas, que é de famílias monoparentais femininas. Pelo contrário, busca ressaltar que esta característica precisa ser considerada pelas profissionais para melhor orientar as mães, seja na superação de suas fragilidades e no cuidado com suas crianças, seja numa reflexão mais crítica sobre sua condição social e acesso a outros direitos e deveres no enfrentamento da violência de seus filhos (as).

Observa-se, ainda, a necessidade de desenvolver junto a estas famílias espaços de discussão e ressignificação sobre outras formas de exercício da maternidade e da paternidade, como apontado por Meyer (2009). Apesar de a maioria das famílias serem monoparentais femininas, encontrou-se casos de homens (pais) ativos no acompanhamento de seus filhos(as) vítimas do abuso sexual, como o caso de Pedro, participante deste estudo.

Entretanto, entende-se que o CREAS ainda é um espaço quase esvaziado da presença masculina. Este fato talvez possa estar relacionado à não identificação deste ambiente como transitável pelos homens. Não sendo objeto deste estudo, mas compreendendo a ação pedagógica do CREAS, cabe-nos questionar se as culturas metodológicas da instituição por si só não excluem o universo masculino.

Entendemos que, para realizar um processo educativo junto a estas famílias, será preciso incluir os sujeitos não apenas femininos, mas também masculinos. Direcionar ações de auxílio, informação, orientação, dentre outros, apenas para as vítimas e mulheres significa, de certo modo, aceitar que estas crianças ou suas famílias são de alguma maneira as únicas responsáveis pela violência sexual. Trabalhar apenas com estes últimos sujeitos promove uma percepção de que houve falha na segurança da criança ou adolescente, como se estes não pudessem ocupar quaisquer espaços públicos. Legitimando, de certa forma o território público como de liberdade masculina.

Quanto à representação das famílias sobre o trabalho das psicólogas, como já discutido no capítulo anterior, nota-se a existência de um vínculo bastante forte na relação família-psicóloga. Para a maioria das famílias, as orientações são fundamentais ao passo que percebeu-se um esforço em observá-las rigorosamente. Tal afirmativa encontra-se representada na fala de Vânia que afirma, “Tudo que a psicóloga mandava eu fazer eu fazia em casa, então o que ela mandava fazer dava tudo certo...”.

Já entre as profissionais, nota-se a busca de estratégias de monitoramento quanto a observância dessas orientações pelas famílias.

“Pouco a pouco a gente vai percebendo se após as orientações, por exemplo, a mãe ela vem fazendo aquilo que foi indicado, ou não, a gente percebe de repente se ela de cara já pontua que aquilo ali não é a realidade dela, da família aí a gente tenta outra estratégia, então assim, com o acompanhamento mesmo, ao longo do acompanhamento a gente vai observando mesmo como essa mãe tá conduzindo aquele problema né...” (MARINA, PSICÓLOGA).

Um aspecto evidenciado pelas psicólogas nesta “relação pedagógica” com as famílias refere-se ao respeito quanto à cultura e aos limites apresentados pela família no processo de acompanhamento de suas crianças. Esta questão aparece, por exemplo, na fala da psicóloga Marina quando afirma que,

“A gente vai percebendo quais são as conduções que ela está tendo e que às vezes não é muito adequadas, aí a gente vai orientando com muito tato, com muito jeito, respeitando a cultura que ela vem, as limitações que ela tem, a angústia que ela trás, por que a mãe também está fragilizada, a avó ou a tia, estou citando a mãe aqui, mas é a família” (MARINA, PSICÓLOGA).

Essa relação se baseia em um vínculo construído entre as famílias e as profissionais do CREAS que, por sua vez, deve potencializar um espaço de construção de sujeitos autônomos capazes de conduzir e transformar sua própria história (MUNIZ, 2011). Embora não tenha sido evidenciada por parte das famílias neste estudo nenhuma resistência e/ou dificuldade em se apropriar das orientações dadas pelas psicólogas especificamente, essa resistência é algo que pode acontecer. Desse modo, a atenção a aspectos como aqueles apontados pela psicóloga Marina tornam-se fundamentais na construção de sujeitos autônomos capazes de escolher e conduzir conscientemente suas vidas. Ainda concordando com Muniz (2011), entende-se que:

Não há construção de vínculo sem que o usuário seja reconhecido na condição de sujeito que pensa, julga, deseja e pode buscar, ou mesmo lutar para garantir os



seus direitos ainda que as condições pareçam as mais adversas possíveis (MUNIZ, 2011, p. 104-105).

Como já mencionado, os dados deste estudo revelam que as famílias elegem a psicóloga como a profissional a qual eles se sentem mais próximos e a consideram fundamental em seus processos de superação da violência sexual. Isto revela o quanto a escuta e a orientação de caráter psicossocial são importantes para estas famílias. Ao possibilitar um espaço de fala e de escuta aos familiares lhes é oferecido o “[...] resgate de sua palavra, de sua expressão e de sua autonomia” (COSTA, PENSO e ALMEIDA, 2008).

Esta “boa” relação família-psicóloga remete também a uma questão de gênero. Se a maioria das famílias que realizam o acompanhamento das crianças e adolescentes no CREAS é caracterizada por mulheres e as psicólogas, por seu turno, são todas do sexo feminino; este talvez seja um dos motivos pelos quais as famílias representaram positivamente o trabalho dessas profissionais. Neste sentido, tem-se mulheres cuidando de outras mulheres e de crianças. Não há muito conflito, mas talvez possa se ter mais avanços com metodologias que pensem em toda a família, reeducando também os homens e os meninos.

Segundo dados de uma pesquisa realizada pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), 89% desta categoria profissional no Brasil são do sexo feminino (CONSELHO FEDERAL DE PSCOLOGIA, 2013). A predominância de mulheres no exercício desta profissão traz também importantes reflexões sobre a questão do papel da mulher na sociedade e em trabalhos como o realizado no CREAS.

No contexto desta pesquisa realizada pelo CFP, por exemplo, as pesquisadoras dirigiram às psicólogas participantes dos grupos focais a seguinte pergunta: “Por que somos tantas?” Dentre as respostas dadas destacam-se a de duas participantes. A primeira do grupo de Brasília afirma:

“Eu penso que isso é uma coisa bastante cultural porque não só na área da Psicologia como na área da educação também. Se pensar, a grande maioria são professoras, isso sempre muito identificado com a figura materna, a questão da maternagem [...]. Antigamente era o magistério, o normal que formava professoras, e praticamente era restrito às mulheres.”

A segunda participante do grupo de Maceió responde:

“Eu acho que não se pode esquecer do histórico que nos levou a ser essa maioria. Eu acho assim, que a gente pode até ter mais sensibilidade, mas eu acho que a gente foi treinada ao longo da história, a mulher, o

feminino foi treinado, nos foi ofertado esse lugar”. (CONSELHO FEDERAL DE PSCOLOGIA, 2013)

As ideias presentes nas respostas destas profissionais coadunam com dados encontrados no campo de Teixeira de Freitas sobre o papel feminino no âmbito da família, revelando não só a centralidade, mas também a solidão e sobrecarga das mulheres. Nesse sentido, cabe-nos problematizar: a identificação de gênero com uma profissional que se encontra no exercício de uma profissão com um caráter culturalmente definido como feminino, potencializaria o diálogo/orientações entre as mães/mulheres atendidas pelas psicólogas do CREAS? Teriam as profissionais do CREAS formação e consciência suficiente para não responderem às representações sociais que fazem sobre mulheres na psicologia em seu trabalho junto às famílias? O desafio estaria em como exercer a função de psicólogo sem pender para a maternagem.

Em se tratando das assistentes sociais e da advogada, as informações/orientações direcionadas pelas mesmas às famílias estão geralmente voltadas aos encaminhamentos para o acesso dessas famílias a outros serviços da rede. Inclui-se informações pontuais sobre direitos que a família possui, mas desconhece orientações de caráter mais “instrumental” sobre como acessar determinado direito.

“É... em relação ao direito, né? Que, os serviços da rede oferece, né? Por exemplo, se tem casos específicos que condiz com aquela situação a gente tá encaminhando. Se é no caso da saúde, ou se tem uma necessidade da habitação, também, a gente encaminha pra determinado, é... setor, em relação a benefício eventual, enfim, serviços que a rede oferece que é de direito pra aquela pessoa, né?” (NAIANE, ASSISTENTE SOCIAL).

“A informação que eu passo, é com relação mesmo a orientação jurídica [...] Geralmente é andamento de processo criminal, né... O que está acontecendo, por que o processo tá parado... Aí eu ligo pra delegacia, vejo essas questões, passo pra família em que pé que tá a situação, se vai ter uma audiência, posso está olhando, a gente pesquisa pelo site ou vai ao fórum. Pesquisar a data da audiência [...] ‘Ela tem uma filha abusada e essa filha é de outro pai e que nunca recebeu pensão, eu sempre tento sondar mesmo quando o usuário não trás. Ah tá, estou vendo que você tem um filho de outro pai, de um pai diferente que você convive agora... E aí a senhora recebe pensão desse pai? E aí ele vê a criança?’ ‘Não, não recebo pensão’. Muitas vezes o usuário nem sabe que tem direito à pensão. Então explico que ela tem direito, que vou encaminhar pra defensoria pública pra dar entrada na ação de pensão alimentícia” (VITÓRIA, ADVOGADA).

Apesar de o serviço da psicologia ter sido mais valorizado pelas famílias, o trabalho da assistente social, da advogada e das educadoras sociais, de informar às famílias sobre os

direitos, orientar e encaminhar para o acesso à serviços como saúde, educação, habitação, pensão alimentícia é fundamental. Embora as questões emocionais e afetivas produzidas pelo abuso sexual sejam maiores, as questões objetivas que se traduzem nas demandas sociais apresentadas às famílias também precisam ser atendidas. Assim, Faleiros (2006) afirma,

As ações de atendimento e a defesa de direitos devem possibilitar uma mudança de trajetória de vida dos sujeitos, uma mudança das condições objetivas e subjetivas que facilitaram ou geraram o abuso sexual, o que implica acesso a todos os direitos garantidos no ECA e as políticas de saúde, trabalho, renda, assistência a todas as pessoas envolvidas na situação de violência sexual notificada, uma mudança nos comportamentos permissivos e abusivos, prevenindo-se e evitando a reincidência (FALEIROS, 2006, p. 25).

As questões objetivas devem relacionar-se dialeticamente com as subjetivas. Em muitos casos, somente a superação de fragilidades de caráter social como as citadas acima conseguem oferecer suporte para o desenvolvimento de outras potencialidades que promovam um desenvolvimento integral desses sujeitos.

O relato abaixo da psicóloga Marcela exemplifica esta afirmação:

“O caso do Fabrício, eu acho que ele tem entre seis e sete anos, ele foi vítima de abuso sexual por um vizinho que tem uma deficiência física e... ele veio uma vez, só, no atendimento, né? E a mãe tem mais cinco filhos, aí, é... ela falou pra mim assim: ‘ah, ele sai de casa, eu falo pra ele não sair’. Aí eu fui dar a orientação a ela pra não deixar ele sair, né? Pra poder permanecer mais em casa. Só que como que fica uma criança de seis, sete anos em casa sendo que não tem uma televisão, não tem um brinquedo, a casa, é... não tem um, um portão, né? E ela sozinha pra cuidar dos menores, cuidar da casa, cuidar de roupa, de comida e cuidar de mais cinco irmãos, eu acho que, se eu não me engano, seis ou são cinco com ele, né? Aí você ver a expressão na cara da pessoa, assim, de que: ‘isso, que cê tá me falando, é meio impossível, eu dar limite à ele, dele não tá na rua o tempo inteiro’” (MARCELA, PSICÓLOGA).

Exemplifica-se, por meio do caso de Fabrício o “[...] aspecto sociopolítico da violência sexual que deve ser evidenciado, discutido e tratado no âmbito das ações públicas” (COSTA, PENSO e ALMEIDA, 2008, p.44). A situação dessa família permite refletir este aspecto apontando para a necessária complementaridade entre as diferentes áreas profissionais que intervém num caso de abuso sexual. Neste caso citado, o acesso a outros direitos sociais seria necessário ao suporte que esta mãe necessita para assegurar uma vivência digna e redução dos riscos que vulnerabilizam os seus filhos/filhas.

As orientações focadas nas questões de caráter jurídico e social desenvolvidas pelas profissionais do direito e serviço social, somadas ao suporte emocional dado pelas

psicólogas contribuem, portanto, para que as crianças e adolescentes “[...] não sigam vulneráveis a novas situações de perigo e que seus entes mais próximos e suas comunidades possam criar recursos que lhes resguardem” (COSTA, PENSO e ALMEIDA, p. 74).

Entre os elementos comuns encontrados nas falas da maioria das profissionais estão as informações sobre a importância do engajamento dessas famílias nas atividades do CREAS. Os relatos abaixo insistem em tal valor:

“Informações primeiramente do que é a violência, as consequências por que tem muitas famílias desconhecem, o grau de sofrimento que pode gerar[...]. São também desenvolvidas orientações do processo da importância desse trabalho que o CREAS tem na vida das vítimas, orientações quanto ao processo dos atendimentos, orientações quanto ao processo de efetivarem né...os encaminhados que são realizados, o compromisso, é...” (BEATRIZ, ASSISTENTE SOCIAL).

“Da importância de trazer seus filhos para o atendimento, de buscar os seus direitos não só dentro aqui do serviço, mas fora, também em casa no sentido de ajudar e... a importância de ajudar seus filhos acompanhar na escola, no dia-a-dia é mais nesse sentido que eu converso com as famílias” (BIANCA, EDUCADORA SOCIAL).

“Busco passar a questão do...do... do valor do trabalho, do atendimento, é... das consequências, do sofrimento que a pessoa trás” (JULIANA, EDUCADORA).

Esta preocupação comum a todas profissionais com o compromisso das famílias em participarem efetivamente do acompanhamento das crianças/adolescentes no CREAS revela, como já mencionado, a relevância que o grupo familiar possui na representação das profissionais. Ou seja, na percepção destes profissionais, não haveria sucesso ou progresso no atendimento às vítimas da violência sexual sem a participação ativa das famílias. Isto confirma a hipótese inicial deste estudo, ou seja, da família enquanto foco das intervenções educativas realizadas no CREAS.

A ênfase nos esclarecimentos quanto ao compromisso e as consequências do abuso sexual apontam para algo importante de ser discutido no contexto das instituições de atendimento às vítimas. Sabe-se que nem sempre as famílias se engajam de modo satisfatório na dinâmica de acompanhamento de seus entes abusados (as), negligenciando a gravidade da situação para as vítimas. Os motivos para isso podem variar desde a simples negligência, até dificuldades em mobilizar os recursos materiais e simbólicos necessários ao enfrentamento das adversidades encontradas nesse processo (COSTA *et al*, 2009).

Concordando com Furniss, “Nós precisamos antecipar que em algum momento do tratamento, alguns membros da família tentarão cair fora da terapia” (FURNISS, 1993, p.69). Os motivos podem estar na vergonha, nos sentimentos de culpa por não terem protegido a criança, numa hostilidade em relação à criança, na desistência de algumas mães quando perceberam que haviam perdido seus maridos abusadores, dentre outros.

Compreender essas dificuldades é fundamental aos profissionais do CREAS. Faz-se condição *si ne qua non* o entendimento mais profundo das motivações de cada família para melhor orientá-la e sensibilizá-la de maneira mais eficiente, fugindo da armadilha de julgamentos moralistas ou disciplinadores que geram mais culpa e que paralisam as famílias.

Ademais, como se pode observar nas representações das profissionais, apesar de as informações serem bastante diversificadas, variando segundo a função de cada uma, confirma-se a existência de um trabalho educativo que visa orientar a família quando à sua postura tanto diante das questões vinculadas ao sofrimento em si, quanto na busca por seus direitos.

#### **4.3 “Quando você vê aquelas pessoas com a escolaridade baixa e a renda baixa...”: representações sobre à participação das famílias do CREAS de Teixeira de Freitas**

Como descrito nas seções anteriores deste capítulo, as famílias são vistas como elemento chave para o bom desenvolvimento do trabalho das profissionais entrevistadas. Assim sendo, identificar as representações que estas profissionais fazem sobre o modo de participação dessas famílias no acompanhamento realizado pelo CREAS se torna necessário para uma melhor compreensão de alguns aspectos que podem se configurar como limitadores ou potencializadores da relação família-profissional.

Nas palavras de Moscovici (2010),

As representações sociais devem ser vistas como uma maneira específica de compreender e comunicar o que nós já sabemos. Elas ocupam, com efeito, uma posição curiosa em algum ponto, entre conceitos, que tem como seu objetivo abstrair sentido do mundo e introduzir nele ordem e percepções que reproduzam o mundo de uma forma significativa (MOSCOVICI, 2010, p.46).

O que as profissionais compreendem e comunicam sobre as famílias por elas atendidas pode ser compreendido como parte significativa de suas representações sobre a pobreza, sobre as vítimas de violência sexual, sobre mulheres, sobre famílias, enfim, sobre este mundo diferente do seu. Não há, portanto uma neutralidade em seus processos de trabalho contaminados por percepções diversas e que por sua vez, mediante tanta precariedade e lentidão em responder “as emergências” destas populações, tendem a realizarem intervenções profissionais, nem sempre as melhores.

As representações sobre a participação das famílias no acompanhamento de suas vítimas no CREAS foram identificadas a partir de algumas questões como, por exemplo: O que você acha que as famílias esperam de você? Qual a sua expectativa quanto à ação das mesmas na proteção dos seus filhos/filhas após a intervenção do CREAS? Em sua opinião, existe um padrão de família que melhor corresponde às intervenções do CREAS? As respostas a essas questões nos possibilitaram delinear e estabelecer algumas análises do conteúdo representacional das mesmas.

Um dos primeiros aspectos a ser analisado refere-se às percepções das profissionais do CREAS sobre a expectativa das famílias em relação ao trabalho desenvolvido pelas mesmas. Na visão dessas profissionais, as famílias apresentam expectativas muito além daquelas que o CREAS se considerava capazes de atender:

“Eles vem achando que a gente vai resolver todos os problemas que a criança ou adolescente, tá enfrentando por conta da violência, tá? Acha que quando sair daqui vai ser perfeito em casa, né? E, e não, não é isso, porque aqui a gente não faz milagre, né? [...]A criança que não tem limite em casa. Aí ela chega aqui, é... por vir a uma consulta psicológica a mãe acha que a criança vai chegar em casa e ela vai ter o limite, mas ela não entende que quem tem que dar esse limite é ela” (MARCELA, PSICÓLOGA).

Se de um lado existem expectativas que para os profissionais são difíceis de serem correspondidas, por outro, as famílias também apresentam outras possíveis de serem atendidas dando origem, inclusive à demanda de atendimento e as relações ali estabelecidas. Observa-se isto nos relatos abaixo:

“Eu acho que a expectativa inicial da maioria das famílias é sanar aquela dor, deixar de ver o filho sofrendo e deixar de sofrer, por que a família toda sofre junto” (MARINA, PSICÓLOGA).

“Eu entendo que eles esperam muito um apoio, é... eu percebo isso quando oriento, no sentido quando falo: ‘Oh, quando a senhora receber uma intimação pra ir a uma audiência, a senhora tem uma advogada aqui,

vem me avisar.’ Você sente que a pessoa respira aliviada, ‘ah eu tenho alguém que tá comigo quando eu precisar na hora mais difícil’, que nessa parte de justiça o usuário tem um pouco de medo do que vai acontecer” (VITÓRIA, ADVOGADA).

“Aquela acolhida, um aconchego, aquela é... uma compreensão, sabe? E a gente sente que elas querem esse carinho, essa atenção da pessoa que está conversando com eles, não a questão de ficar julgando quem é culpado quem deixa de ser culpado, mas de estar ali apoiando tanto a criança como o adolescente ou a família que vivencia” (JULIANA, EDUCADORA).

As falas acima sobre as expectativas das famílias na visão das profissionais são importantes, pois se relacionam a um dos primeiros passos na construção da relação família-profissional. Para Furniss (1993),

Desde o início da intervenção, o subsistema profissional desenvolve uma dinâmica própria que é bem separada, embora não independente da dinâmica no subsistema familiar. Ambos os subsistemas começam imediatamente a interagir e influenciar um ao outro. O resultante processo conectador e o sistema família-profissional mais amplo determinam o que acontece na rede profissional (FURNISS, 1993, p.63).

Desse modo, compreender os anseios trazidos pelas famílias, representando-os de forma coerente com a realidade destas, é crucial nesse processo. Esta interação será eficaz na medida em que os profissionais conseguirem estabelecer um diálogo entre as representações das famílias sobre o seu trabalho e as suas representações sobre o que essas famílias esperam do CREAS.

Assim, na visão das profissionais do CREAS, as famílias buscam apoio, superação do sofrimento, acolhida, compreensão e orientações que as ajudem a resolver suas necessidades. Esta avaliação vai ao encontro daquelas manifestadas pelas famílias nos grupos focais, apontando para a existência de um diálogo que fortalece e facilita o atendimento realizado pelo CREAS. Segundo Faleiros (2005),

A pessoa vitimizada precisa de atendimento para enfrentar o trauma, com acesso a profissionais competentes e capazes de deslindar a questão numa perspectiva evolutiva e emancipatória, seja com a redução de danos, seja com a redução de riscos (FALEIROS, 2005, p. 118).

A competência profissional é ressaltada por Faleiros (2009) como fundamental para o atendimento das vítimas e de suas famílias. Esta, por sua vez, implica em diversos fatores, dentre eles a representação social dos profissionais sobre os sujeitos de sua intervenção. De acordo com Moscovici (2012, p. 26), “[...] uma representação social é organização de imagens e linguagem, pois recorta e simboliza ações e situações que são ou se tornam

comuns”. Portanto, as imagens comuns entre as profissionais do CREAS sobre as famílias podem contribuir ou não no desenvolvimento de uma perspectiva evolutiva, emancipatória e de redução dos danos causados pelo trauma do abuso sexual (FALEIROS, 2005).

Ao buscarmos identificar as expectativas das profissionais quanto à ação das famílias na proteção dos seus filhos/filhas após a intervenção do CREAS, nota-se que estas possuem uma representação sobre o padrão de família mais efetivo em corresponder às suas intervenções.

Essas expectativas sobre a ação protetiva das famílias após a ocorrência do abuso e acompanhamento no CREAS são de certo modo positivas, como no relato da Educadora Juliana:

“De que elas vão ter uma formação, sentir segura, mais protegida e também ter mais independência no sentido de estar buscando os serviços, exercendo a sua cidadania” (JULIANA, EDUCADORA).

No entanto, aparecem também incertezas quanto à continuidade das famílias em continuarem adotando um padrão de cuidado e educação que assegure a proteção de suas crianças e adolescentes. Essas incertezas aparecem nos discursos abaixo:

“Expectativa sim de que os cuidados sejam diferentes, principalmente por que a gente já atende um direito violado. A pessoa precisou passar pelo trauma, por aquela situação de direito violado, pra depois talvez aprender, entre aspas, a ter um cuidado maior com seu filho. Mas assim depois das nossas orientações, de tudo nesse sentido, muitas mães que a gente escuta diz, ‘ah conheci ele a uma semana e coloquei dentro da minha casa e fui morar com ele’, quantas vezes eu já falei com a mãe, ‘olha mãe a partir de agora pense bem que é que você vai colocar dentro da sua casa, não é assim, começa a namorar e já quer morar junto, assumir papel de pai dos seus filhos, não é dessa maneira...’” (VITÓRIA, ADVOGADA).

“Mesmo após o desligamento, após a superação que a gente avalia e que foi superado tem uma nova forma de dinamizar as relações mesmo, muitas vezes a gente percebe uma falta de comunicação muito grande entre as famílias. Falta de diálogo, falta de confiança, falta de dar crédito ao que o filho fala então a gente espera que essa modificação aconteça, que a partir daí dê mais crédito, por exemplo, ao que essa criança está dizendo, aproxime mais afetivamente, emocionalmente daquela criança é...” (MARINA, PSICÓLOGA).

“A minha expectativa é que de fato proceda, né... mas aí nós encontramos famílias com dificuldades em compreender algumas orientações, mas é...[...] Então espero que as famílias consigam lidar com isso, consiga absorver as orientações” (BEATRIZ, ASSISTENTE SOCIAL).



“A expectativa é que essas famílias, é... siga, é... as orientações que a gente dá por questão de, é... da criança ficar sozinha, da criança tá com estranho, a gente, a expectativa é de que aquela criança não vá passar mais pela aquela experiência negativa que ela passou, né? Porque, assim, não culpando as famílias, né? De que a criança passou por aquele tipo de violência porque foi permissão delas ou foi negligência delas. Em alguns casos são” (MARCELA, PSICÓLOGA).

A identificação por parte das profissionais de alguns elementos como a dificuldade de compreender as orientações, “ausência de cautela” quanto à escolha dos companheiros, dificuldades nas relações familiares pela ausência ou fragilidades no diálogo, dificuldade em acreditar na palavra da criança, dentre outras, são vistas como uma ameaça à continuidade da proteção a ser garantida pelas famílias. Para Andrade e Sousa (2013),

O trabalho com crianças abusadas sexualmente não raramente gera frustração pela complexidade que envolve. O perigo do fracasso profissional (se é que se podem cindir profissional e pessoal), diante da (im) possibilidade de cessação do abuso e de responsabilização do autor da violência, se torna um fantasma (ANDRADE e SOUSA, 2013, p. 85).

A postura de algumas famílias como algo que ameaça a proteção de seus filhos/filhas pode gerar a desmotivação das profissionais no atendimento das vítimas, fazendo-as desenvolverem uma atitude negativa sobre a capacidade das famílias em cumprir o seu papel. Nesse caso, há um comprometimento daquilo que se poderia definir como *intervenção assertiva*. Ou seja, a atendimento prestado pelo CREAS poderá não ter efetividade, devido a uma representação negativa das famílias por parte das profissionais.

Em relação às supostas características de famílias que poderiam corresponder melhor às intervenções do CREAS, não foi possível encontrar um consenso entre as profissionais:

“A cultura né da família, dependendo da cultura delas elas buscam mais, elas observam mais e absorvem mais também as orientações. [...] Nível escolar, né? A educação escolar e aí tem aquelas pessoas que são mais fragilizadas, né, na situações vulneráveis que tem uma dificuldade maior de entender isso, de perceber que realmente o serviço é necessário pro filho e pra ela própria.[...] Na questão de... é... pobreza mesmo, miséria e quanto mais aquelas pessoas mais pobres mesmo, elas se... não que as outras não entendem, mas aquela que não tem conhecimento, não tem oportunidade de estudar elas tem mais dificuldade de entender essas questões, que realmente o serviço é necessário pra ajudar a enfrentar aquela violência sofrida” (JULIANA, EDUCADORA SOCIAL).

A Psicóloga Marina se mostra um pouco confusa em suas representações:

“Hoje eu não consigo sinceramente ver um padrão de família que tem uma tendência maior pra assimilar, e pra... não, eu acho que varia muito e a gente às vezes tem surpresas, aquela família que a gente imagina né, por um preconceito, por uma visão mais embaçada, inicial que a gente

imagina que não vai conseguir superar, entender e assimilar, e às vezes a gente tem essa surpresa de que aquela família da conta mais do que aquela família mãe, pai, filho que está lá na igreja com tudo certinho” (MARINA, PSICÓLOGA).

“É geralmente talvez um perfil de família que é..aquela família que tem mais uma estrutura. É família nuclear que chama? De pai e mãe? Não sei se dá pra precisar, mas percebo que as famílias que têm uma estrutura melhor conseguem assimilar melhor essas orientações.[...] De formação mesmo, é... de... de escolaridade também ajuda. Mas talvez vá mais dos princípios, mas eu não consigo [...]. Pensando bem assim, sei lá, acho que não” (VITÓRIA, ADVOGADA).

“Acho que as famílias que a escolaridade, a mãe tem uma escolaridade, assim, maior, né? É... vamos colocar condições financeiras, também, pessoas com, com... num vou falar alta condição financeira, mas a condição financeira, assim, média e a escolaridade também, um pouco mais altas, a gente percebe que, é... há uma preocupação em seguir mais o que é falado. Quando você ver aquelas pessoas com a escolaridade baixa e a renda baixa, é... parece que elas não, não sei se não estão entendendo o que a gente tá falando ou se a expectativa da vida é tão baixa que acha que num vai resolver. Num sei, eu sinto isso. A...se fala questão de, de rendimento de famílias com a, a renda baixa eu sinto que é como se a gente tá falando e como se pra eles fosse impossível, não porque eles não tão dando é, importância pro que você tá falando, mas é, parece que é algo, assim, que, que, foge da, da realidade deles, sabe? Parecendo assim: ‘ah, eu não vou conseguir fazer isso!’ Cê tá falando assim: ‘olha dá mais limite, não deixa ir pra rua’. É como se ela não conseguisse fazer isso, parecendo que tá passando na cabeça dela assim: ‘ah, mas como eu vou fazer isso se eu tenho mais três pra criar, se eu tenho mais cinco pra cuidar, se eu tenho roupa pra lavar, casa, eu não tenho como tomar conta é... dessa criança é... a ponto de não deixá-la ir pra rua” (MARCELA, PSICÓLOGA).

“Eu acho que as famílias que tenham o comprometimento de estar trazendo para os atendimentos dias e horários marcados” (BIANCA, EDUCADORA).

“A grande maioria de família que chegam aqui é de bairros vulneráveis. Então a gente tem aquelas famílias que não tem um grau de escolaridade avançado, né, tem um grau de escolaridade aí regular, mas famílias que... assim apesar de suas dificuldades possuem uma relação afetiva satisfatória, aí elas permitem que a gente faça então essas intervenções” (BEATRIZ, ASSISTENTE SOCIAL).

Notar-se, aqui, alguns elementos importantes nas representações das profissionais sobre o perfil de família que supostamente corresponderia melhor às intervenções do CREAS. Aspectos socioeconômicos e culturais, escolarização, arranjo familiar, a questão religiosa, a assiduidade e compromisso com os atendimentos foram os mais citados. Estes elementos constituem as representações que orientam as reflexões das profissionais sobre o processo

de intervenção junto às famílias. Desse modo, é importante ter claro, mais uma vez, que essas representações podem limitar ou potencializar as intervenções do CREAS.

Apesar da complexidade de cada um desses aspectos presentes nos relatos das profissionais, não se objetivou analisá-las profundamente neste estudo. Não obstante, ressalta-se a relevância dos mesmos e a necessidade de problematizá-las no contexto da situação de vida de cada família atendida no CREAS. Pois muitas vezes, o conceito predeterminado que um trabalhador do SUAS tem dos usuários pode confundir e impossibilitar uma ação profissional eficaz e potencializadora das famílias (MUNIZ, 2011). Assim, para a autora,

É preciso fugir da tendência de olhar como naturais e óbvias, as ideias, os fatos, as situações, os valores e os comportamentos encontrados. É preciso adotar, permanentemente, uma atitude questionadora, que diga não ao senso comum, aos pré-conceitos, aos pré-julgamentos, aos pré-juízos, assumindo uma postura crítica diante da realidade cotidiana do trabalho (MUNIZ, 2011, p. 109).

Partindo de tais considerações, é possível compreender que as representações sobre as dificuldades enfrentadas pela maioria das famílias quanto aos aspectos socioecômicos, culturais, escolarização, e de arranjo familiar não devem constituir-se em obstáculos à intervenção dos profissionais do CREAS. Estas devem, ao contrário, ser utilizadas como mecanismos para o redimensionamento dessas intervenções.

Jovechelovitchi (2000), ao abordar sobre algumas das características das representações sociais, entende que:

Elas contem em si tanto a resistência à mudança como sementes de mudança. A resistência à mudança se expressa pelo peso da história pela tradição, que impinge sobre os processos de ancoragem e objetificação. As sementes da mudança são encontradas no meio essencial das representações sociais, notadamente a conversação. A fala é precisamente o produto de um processo contínuo de diálogo, conflito e confrontação entre o novo e o velho de ideias que são faladas (JOVECHELOVITCHI, 2000, p. 40-41).

Finalmente, é absolutamente natural e inevitável que as profissionais construam representações sobre os sujeitos de suas intervenções e seus modos de participação no acompanhamento dos seus filhos. Não há neutralidade em nenhuma ação profissional, mas é preciso um esforço para se desenvolver metodologias para tais atendimentos, compreendendo também o alcance educativo destas ações e suas implicações a curto e longo prazos. Aqui, vítimas e profissionais se reeducam numa maneira dinâmica, assim como na sociedade.

Assim como as famílias e vítimas, essas profissionais têm suas histórias de vida e concepções de mundo que podem se aproximar ou se afastar daquelas apresentadas pelas famílias. Desse modo, ao tomar as sementes da mudança presentes nas representações sociais em detrimento da resistência (JOVECHELOVITCHI, 2000), estas podem encontrar elementos para os mecanismos de ancoragem e subjetivação necessários nesse processo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo objetivou compreender as representações sociais que famílias de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual apresentam sobre os processos educativos desencadeados nas intervenções do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS do município de Teixeira de Freitas/BA. Entretanto, para se compreender este primeiro objetivo foi necessário também identificar as representações sociais que os profissionais do CREAS fazem sobre a participação destas famílias no acompanhamento das suas crianças e adolescentes. Isto se justificou pelo fato de nenhuma interação social decorrer por responsabilidade de apenas uma das partes envolvidas, mas da interlocução entre os sujeitos. Portanto, as representações são produto também das demandas e respostas, frustradas ou atendidas nas relações estabelecidas entre famílias e profissionais do CREAS.

Ciente de que nem sempre os discursos são fieis à realidade, tomou-se o cuidado de não interpretar os relatos presentes nas entrevistas e nos grupos focais como verdades ou meras descrições das realidades. Buscou-se valores e concepções de mundo presentes nas representações sociais dos atores desta pesquisa, que por vezes se escondem na confusão da rotina organizacional.

A metodologia adotada, especificamente nos grupos focais e nas entrevistas, permitiu o acesso a dados relevantes ao problema e aos objetivos deste estudo. Questões importantes emergiram, fornecendo tanto uma melhor compreensão do contexto em que as ações do CREAS de Teixeira de Freitas são desenvolvidas, quanto a percepção de alguns pontos que poderão contribuir para a melhoria dos atendimentos realizados.

Como mencionado nos Capítulos desta dissertação, o CREAS de Teixeira de Freitas apresenta vários limites no atendimento ao público, como apontado pelas profissionais nas entrevistas. A fragilidade na participação efetiva das famílias no acompanhamento das vítimas, a insuficiência de recursos humanos, além de impasses na relação com outros atores da rede de serviços são aspectos que interferem no desenvolvimento das ações do CREAS, em especial, nos casos de abuso sexual.

Nos grupos focais, as famílias manifestaram certa dificuldade em apontar os limites percebidos no atendimento recebido, focando apenas na dificuldade do CREAS quanto a

ações para a responsabilização dos abusadores. No entanto, apesar desta dificuldade, foi possível perceber na análise das representações destas famílias alguns aspectos que merecem ser melhor discutidos no contexto do atendimento prestado pela instituição.

Sem nenhuma pretensão de prescrever quaisquer metodologias de trabalho ao CREAS de Teixeira de Freitas, buscou-se, a partir das questões apontadas pelas famílias e pelas profissionais ali envolvidas, oferecer algumas pistas que possam gerar melhor efetividade no trabalho desenvolvido por este Centro. Nesse sentido, as considerações finais deste estudo visam apresentar alguns dos desafios que as representações das famílias e das profissionais impõem ao CREAS, estabelecendo-se para tanto uma relação entre essas.

O CREAS de Teixeira de Freitas possui nas representações sociais das famílias um significado importante. Este se apresenta como um espaço de apoio emocional, mediado por um trabalho de orientações direcionado às famílias, especialmente as mães, que “aprendem” a lidar com as suas fragilidades e as adversidades, consequência do abuso sexual de suas filhas/filhos. Esta representação não destoia dos objetivos estabelecidos no Manual de Orientações Técnicas do CREAS. Ou seja, de este ser um espaço de escuta, reflexão, suporte social, emocional e jurídico-social.

Tendo em vista a relevância do suporte emocional na representação das famílias participantes do grupo focal, é necessário considerarmos a necessidade de um contínuo aprimoramento das práticas no serviço de psicologia do CREAS de Teixeira de Freitas. Entende-se que para uma ação efetiva nesse sentido, é necessário manter um processo de formação continuada, além do apoio emocional às profissionais que lidam cotidianamente com o sofrimento das famílias.

Além do suporte emocional, as representações familiares também incluem demandas que não fazem parte das competências do CREAS, como, por exemplo, a agilização dos processos de responsabilização dos agressores. Não sendo este uma instância do Sistema de Justiça e, portanto, não tendo poder para punir os abusadores, gera-se um desconforto e uma insatisfação por parte das famílias e, bem como, um sentimento de frustração por parte da equipe do CREAS.

Como visto, a responsabilização dos abusadores aparece como sendo de grande importância para muitas famílias. Desse modo, entende-se a necessidade de algum tipo de

ação da parte do CREAS em relação a este assunto. Sem a intenção de impor ao CREAS qualquer responsabilidade alheia ao seu papel, cabe refletir a possibilidade de uma ação política e formativa junto a estas famílias no intuito de lhes oferecer um apoio mais efetivo na busca pela justiça.

Outro aspecto que aparece como algo que pode comprometer o trabalho do CREAS de Teixeira de Freitas refere-se à identificação das famílias com a profissional de psicologia. Esta ligação quase afetiva com o psicólogo tende a desvalorizar o trabalho dos demais profissionais, que também são importantes no atendimento destes casos. A gratidão exagerada e o “vínculo especial” dos familiares para com a figura da psicóloga remete à lógica do favor se sobrepondo ao direito. Além disso, pode revelar também problemas de integração entre os diversos campos profissionais que ali atuam, bem como entre as famílias e os demais campos profissionais.

O atendimento às vítimas de abuso sexual pressupõe uma intervenção interdisciplinar na qual os diferentes saberes devem se articular numa dinâmica de complementaridade, sem que um se sobreponha aos demais. Caberia superar estas divisões de atendimento, tendo a equipe do CREAS uma proposta educativa comum, sem enfatizar apenas o serviço da psicologia. Estas famílias precisam bem mais do que o apoio psicológico para se empoderarem diante das violências que sofreram e sofrem.

Os aspectos emocionais são essenciais; no entanto, enquanto responsável pela condução do processo interventivo, é importante que o CREAS esteja atento para ajudar a família a não se fixar em um único ponto desse complexo fenômeno, enxergando também os condicionantes sociais, culturais e jurídicos implicados no abuso sexual. Esta mudança de representação sobre o CREAS poderá contribuir para a garantia dos direitos destas famílias e crianças e, conseqüentemente, proporcionar uma formação cidadã visando a (re) construção da autonomia e de novas possibilidades de interação familiares e comunitárias.

A partir do seu potencial em termos de saberes teórico-metodológicos e de seu prestígio perante as famílias, entende-se que o serviço de psicologia deva ser o elemento condutor dos diálogos, promovendo uma comunicação mais efetiva entre as famílias e entre estas e demais profissionais no CREAS. Para isto, será também preciso a construção negociada de um plano de ação comum a todos.

Num movimento conjunto, também os outros profissionais deverão ressignificar suas formas de atuação, mesmo que sua formação profissional não os tenha preparado para lidar com os aspectos psicológicos do atendimento. Não se deve com isso confundir afetividade demasiada com estratégia de acolhimento. Esta última é entendida como necessária para o atendimento a qualquer indivíduo, independente do profissional.

Como mencionado neste estudo, o atendimento psicossocial realizado pelas psicólogas no CREAS de Teixeira de Freitas tem como referência o modelo clínico tradicional de atendimento individual, representação social sobre o trabalho do psicólogo frequentemente sustentada por estas famílias. No entanto, apesar dos atendimentos individualizados serem pertinentes e necessários nos casos de abuso sexual, o atendimento em grupo<sup>28</sup> mostra-se uma ferramenta igualmente valiosa para as famílias. Portanto, nota-se que é fundamental repensar e fortalecer a organização dos atendimentos em grupos tendo a participação dos demais profissionais do CREAS.

A troca de saberes entre famílias-profissionais, família-família e entre equipes, tem impactos no sofrimento solitário de muitos grupos familiares transformando-se em sofrimento solidário. Essa socialização dos sofrimentos mostra-se bastante enriquecedora no processo de superação do abuso sexual. Não que se banalize o abuso sexual, mas transforma famílias e vítimas em iguais, não tendo que lidar de maneira solitária frente à violência.

Para além do atendimento em grupo, há necessidade de se prestar atenção ao fato da predominância de famílias monoparentais femininas. Isto por que as mães são as figuras principais no acompanhamento das crianças e adolescentes vítimas. Tanto estas mulheres, assim como seus filhos (as) crianças experimentam os espaços públicos de maneiras diferentes que outras famílias com arranjos tradicionais. No entanto, não foi possível perceber se os atendimentos do CREAS consideram este arranjo familiar.

Outro aspecto que aparece, e que demandaria maior investigação, foi uma sutil culpabilização das famílias pelo abuso sexual por parte de algumas profissionais. Entende-

---

<sup>28</sup> Algumas profissionais evidenciaram nas entrevistas uma consciência sobre a necessidade do atendimento em grupos lamentando o fato deste trabalho não estar acontecendo no CREAS devido a algumas dificuldades para a sua organização.



se que a maternidade, assim como a infância e a violência são culturais, temporais, criações histórico sociais. Neste sentido, cabe refletir sobre que valores de família e de papéis familiares têm sido validados no entendimento e atendimento a estas pessoas e que sujeitos tem sido culpados pela violência sexual contra crianças na ótica das profissionais. Quando a atenção é desviada do agressor, a família é mais uma vez punida, usualmente, a mãe.

O abuso sexual contra crianças e adolescentes não pode ser compreendido como uma negligencia da família, mas como um produto da desigualdade de direitos entre os vários sujeitos em nossa sociedade. A palavra *vitima* permanece ao longo deste estudo como uma estratégia para não suavizar a situação para o agressor e para a sociedade, nem de culpabilizar as famílias, as crianças, nem de diminuir o grau de sofrimento real destas.

Ressalta-se aqui, a importância de se desenvolver uma autorreflexão nesse sentido por parte dos profissionais que conduzem os processos de trabalho no CREAS. Será preciso que revejam seus valores sobre família, abuso sexual, a infância, a adolescência, a mulher no mundo das classes populares, daqueles que desconhecem seus direitos, enfim, daqueles que não usufruem dos espaços públicos da mesma forma que outros sujeitos sociais: de classe, de cor, de sexo, dentre outras condições privilegiadas.

Nas representações das profissionais sobre a participação das famílias no acompanhamento de suas filhas/filhos no CREAS, a condição socioeconômica, a escolarização e o compromisso/assiduidade da família nos atendimentos psicossociais aparecem como elementos que podem contribuir ou dificultar o processo de superação da violência e a garantia de proteção das crianças e adolescentes. Nesse sentido, o desafio que se coloca relaciona-se ao cuidado por parte das profissionais quanto às formas de intervenção nas situações de vida das famílias. Estas representações não podem produzir nos profissionais uma desmotivação no atendimento destas. Ao contrário, devem impulsioná-los a uma ação sempre comprometida com a superação de tais obstáculos.

Em relação ao CREAS de Teixeira de Freitas, apesar da impossibilidade de uma análise mais abrangente sobre todos os aspectos que constituem esta política pública, diversas questões importantes puderam ser analisadas e refletidas neste estudo. Não obstante, os dados aqui apresentados permitem uma discussão de aspectos fundamentais no aprimoramento das ações do CREAS.

Ademais, ressalta-se que o atendimento às vítimas do abuso sexual não depende apenas da boa vontade dos profissionais e famílias. Os dados permitem ampliar as discussões de aspectos ainda difíceis no atendimento a estas famílias vítimas. Desse modo, pensar e definir uma ação efetiva para o CREAS de Teixeira de Freitas demanda, portanto planejamento coletivo, constante revisão e negociações entre as partes. Tais prerrogativas tornam-se fundamental para que seja efetuado um atendimento de melhor qualidade.

Entende-se, que a hipótese inicial deste estudo se confirmou. Ou seja, a dimensão educativa apareceu como inevitável ao CREAS no atendimento a estas famílias. Neste sentido, resguardando direitos e contribuindo para uma formação cidadã o CREAS pode e tem uma ação de empoderamento de vários sujeitos que estão à margem da sociedade: crianças, adolescentes, famílias e mulheres.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA MULTIPROFISSIONAL DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA E À ADOLESCÊNCIA. *Abuso Sexual: mitos e realidade*. 3. ed. Petrópolis; Autores & Agentes & Associados, 1997.

ALVES-MAZZOTI, Alda Judith; J.GEWANDSZNAJDER, Fernando. *O Método nas Ciências Naturais e Sociais: Pesquisa Quantitativa e Qualitativa*. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson, 1999.

ALVES-MAZZOTI, Alda Judith. Representações Sociais: aspectos teóricos e aplicações à educação. *Em Aberto*, Brasília, vol. 14, n. 61, jan/mar. 1994.

ARRUDA, Jalusa Silva de. *Defesa e Responsabilização: a prática do CEDECA/BA*. In: ARRUDA, Jalusa Silva de; SANTOS, Sandra (orgs.). *Viva Maria! Viva João! Construindo Estratégias Para o Enfrentamento à Exploração Sexual*. Salvador: CEDECA/BA, 2009.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Miniaurélio: o minidicionário da Língua Portuguesa*. 7. ed. Curitiba: Ed. Positiva, 2008.

AZEVEDO, Maria Amélia e GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo (orgs.). *Crianças Vitimizadas: a síndrome do pequeno poder*. 2ª Ed. São Paulo: Inglu, 2007.

\_\_\_\_\_. *Infância e Violência Doméstica: fronteiras do conhecimento*. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

AZEVEDO, Maria Amélia e GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. Incesto Ordinário: a vitimização da mulher-criança e suas consequências psicológicas. In: AZEVEDO, Maria Amélia e GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo (orgs.). *Infância e Violência Doméstica: fronteiras do conhecimento*. 52ª Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BARBOUR, Rosaline. *Grupos Focais*. Tradução de Marcelo Figueiredo Duarte. Porto Alegre: Artemed, 2009. Título Original: *Doing Focus Group* (Coleção Pesquisa Qualitativa).

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BASTOS, Anaéli S. e WENDELL, Ney. *Direitos Humanos no Combate à Violência: ações com adolescentes e jovens*. Salvador, FCCV, 2007.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Assistência Social. *Metodologia de Trabalho Social com Família na Assistência Social*. Belo Horizonte: SMAAS, 2007.

BORSECI, C.S; BORTOLOMASI, E.; GUIMARÃES, J. L.; LIBONI, R. G; REIS M. F; TAMANAHA, H.Y (2006). Representação Social da Psicologia e do Psicólogo sob o Olhar da Comunidade de Assis/SP – Brasil. *Revista de Psicologia da UNESP*, vol. 1, nº. 5, 59-68.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O Que é Educação*. São Paulo: Brasiliense, 2004. (Coleção Primeiros Passos; 20).

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*, 1988. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988, 292 p.

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o estatuto da criança e do adolescente e da outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 de jul. 1990.

BRASIL. Lei 9394/1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 de dez. 1996.

BRASIL. *Lei Orgânica de Assistência Social*. Lei Federal nº. 8.742/1993. Dispõe sobre a organização da assistência social e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 07 de dez. 1993.

BRASIL. *Lei do Sistema Único de Assistência Social*. Lei Federal 12.435/2011. Altera a Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 06 de jul. 2011.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Política Nacional de Assistência Social*. PNAS/2004. Brasília: MDS 2004.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. *Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais*. Brasília: MDS, 2009.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social- CREAS*. Brasília: Gráfica e Editora Brasil, 2011, 120 p.

BRASIL, Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Norma Operacional Básica – NOB/SUAS*. Brasília, 2005.

BRASIL, Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB/SUAS/RH*. Brasília, 2006.

BRASIL, Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Norma Operacional Básica – NOB/SUAS*. Brasília, 2012.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. *Resolução nº. 17/2011*. Ratifica a equipe de referência definida pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS e reconhece as categorias profissionais de nível superior para atender as especificidades dos serviços socioassistenciais e das funções essenciais de gestão do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 de jun. 2011

BRASIL. Portaria 878, de 03 de dezembro de 2001. Estabelece Diretrizes e Normas do Programa Sentinela e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 de dez. 2001.

BRASIL. Ministério da Justiça. Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-juvenil. 3 ed. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos: Ministério da Justiça, 2006.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. *Programa Nacional de Direitos Humanos (PndH)*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. *Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes*. Brasília, 2013.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. *Parâmetros Metodológicos do Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes no Território Brasileiro - PAIR*. Brasília, 2006.

CARDOSO, Roberto de Oliveira. *O Trabalho do Antropólogo*. 2 ed. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora UNESP, 2006.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. Famílias e Políticas Públicas. In: ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amália Faller (orgs.). *Família, Redes Laços e Políticas Públicas*.

5ed. São Paulo: Cortez: Coordenadoria de Estudos e Desenvolvimento de Projetos Especiais – PUC/SP, 2010.

CELLARD, André. A análise documental. In: NASSER, Ana Cristina (org.). *A Pesquisa Qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. 2 edição. Petrópolis, RJ Vozes, 2010

CENCI, C.M.B (2006). Representação Social da Psicologia num Bairro Periférico de uma Cidade do Interior do Rio Grande do Sul. *Alethia*, 23, 45-53.

CENTRO DE REFERÊNCIAS TÉCNICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS (2013) *Referências Técnicas para a Atuação das (os) Psicólogas (os) no Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS*. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia.

CENTRO DE REFERÊNCIAS TÉCNICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS. *A Prática Profissional dos (as) Psicólogos (as) nos Serviços de Enfrentamento à Violência Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes*. Brasília, DF, 2009 Conselho Federal de Psicologia.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Gênero na Psicologia: articulações e discussões*. Salvador: CRP- 03, 2013.

COSTA, Liana Fortunato Costa; ALMEIDA, Tânia Mara Campos de; RIBEIRO, Maria Alexina; PENSO, Maria Aparecida. Grupo Multifamiliar: espaço para a escuta de famílias em situação de abuso sexual. *Psicologia em Estudo*, Maringá, vol.14 n. 1, p. 21-30, jan/mar. 2009.

COSTA, Liana Fortunato Costa; ALMEIDA, Tânia Mara Campos. Uma intervenção no abuso sexual infantil e adolescente. PENSO, Maria Aparecida. Grupo Multifamiliar: In: COSTA Liana Fortunato e LIMA, Helenice Gama Dias de (orgs). *Abuso Sexual: a justiça interrompe a violência*. Brasília: Líber Livro Editora, 2008.

DEMO, Pedro. *Educação Pelo Avesso: assistência como direito e como problema*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

FALEIROS, Vicente de Paula. Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes: trama, drama e trauma. In: COSTA Liana Fortunato; ALMEIDA, Tânia Mara Campos de. *Violência no Cotidiano: do risco à proteção*. Brasília: Universa: Liber Livro, 2005. 263 p.

FALEIROS, Vicente de Paula; FALEIROS, Eva Teresinha Silveira (coords.). *Circuito e Curtos-Circuitos: atendimento, defesa e responsabilização do abuso sexual contra crianças e adolescentes*. São Paulo: Veras Editora, 2006

FALEIROS, Eva T. Silveira. *Repensando os Conceitos de Violência, Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes*. Brasil. MJ/DCA/UNICEF/ CECRIA, 2000.

FLICK, Uwe. *Uma Introdução à Pesquisa Qualitativa*. Tradução Sandra Netz. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

FRANCO, Maria Laura P. B. *Análise de Conteúdo*. 4.ed. Brasília: Liber Livro, 2012. 96 p. Série Pesquisa; vol.6.

FRASSETO, Flávio Américo e FIGUEIREDO, Ivanilda. *Marco legal, Políticas públicas e Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente*. Módulo II, Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, 2010.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 50 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FREITAS, Marcel de Almeida; TEIXEIRA, Adla Betsaida Martins. *Desenvolvimento e Avaliação de Ações Educativas em Escolas Públicas de Belo Horizonte: caso da doença dengue*. Trabalho completo aprovado para o International Study Association on Teachers and Teaching Congress, Braga, Portugal, 10-11 de outubro de 2014.

FURNISS, Tilman. *Abuso Sexual da Criança: uma abordagem multidisciplinar*. Tradução de Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

GATTI, Bernardete Angelina. *Grupo Focal na Pesquisa em Ciências Sociais e Humanas*. Brasília: Liber Livro Editora, 2010.

GUARESCHI, Pedrinho A. e JOVCHELOVITCH, Sandra. (orgs.). *Textos em Representações Sociais*. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

JODELET, Denise. La Representación Social: fenómenos, concepto y teoría. In: MOSCOVICI, Serge (org.) *Psicología Social*. Barcelona: Paidós, 1985.

JOVCHELOVITCH, Sandra. *Representações Sociais e Esfera Pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

LEFEVRE, Fernando; LEFEVRE, Ana Maria. *Pesquisa de Representação Social: um enfoque qualitativo*. 2 ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2012. 224p. Série Pesquisa; 20.

MACHADO, Evelcy Monteiro. *A Pedagogia Social: reflexões e diálogos necessários*. In: SILVA, Roberto da, NETO, João Clemente de Souza e MOURA, Rogério Adolfo de (orgs). *Pedagogia Social*. São Paulo: Expressão e Arte Editora, 2009.

MATTOS, Isabela Alves; LIMA, Isabel Maria Sampaio Oliveira. Maternidade e o Abuso Sexual Infantil Intrafamiliar: garantir um colo protetor. *Journal of Human Growth and Development*. V. 22, n. 3, p. 373-377. 2012. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid= S010412822012000300014&script=sci\\_arttext](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S010412822012000300014&script=sci_arttext)> Acesso em: 05 jan,2014.

MELUCCI, Alberto. *Por uma Sociologia Reflexiva: pesquisa qualitativa e cultura*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

MEYER, Dagmar E. Estermann. Corpo, Violência e Educação: uma abordagem de gênero. In: BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. *Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: UNESCO, 2009.

MIOTO, R. C. T. Novas Propostas e Velhos Princípios: a assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sociofamiliar. In: SALES, M.A.; MATOS, M.C. de; LEAL, M.C (orgs.). *Política Social e Juventude: uma questão de direitos*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MIRANDA, Geralda Luiza de; CUNHA, Edite da Penha. Ações de Enfrentamento à Violação de Direitos da Criança e do Adolescente na Política de Assistência Social. In: CUNHA, Edite da Penha; SILVA, Eduardo Moreira da e GIOVANETTI, Maria Amélia de Castro (orgs.). *Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-juvenil: expansão do PAIR em Minas Gerais*. Belo Horizonte; Editora UFMG, 2008, 402 p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 21 ed. Petrópolis, RJ: Vozes 2002.

MOREIRA, Maria Ignez Costa; SOUSA, Sônia M. Gomes; SILVA, Maria Aparecida. A violência Intrafamiliar contra Crianças e Adolescentes: análises da situação e recomendações para o seu enfrentamento. In: SOUSA, Sônia M. Gomes; MOREIRA, Maria Ignez Costa (orgs). *Quebrando o Silêncio: Disque 100 – Estudo sobre a denúncia de violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil*. Goiânia: Cãnone Editorial, 2013.

MOREIRA, Maria Ignez Costa; BEDRAN, Paula Maria e CARELLOS, Soraia M. S. Dojas. A Família Contemporânea Brasileira em Contexto de Fragilidade Social e os Novos



Direitos das Crianças: Desafios Éticos. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v.17, n. 1, p. 161-180, abr. 2011.

MOSCOVICI, Serge. *A Psicanálise, Sua Imagem e Seu Público*. Tradução de Sonia Fuhrmann. Petrópolis: Vozes, 2012. Título original: *La psychanalyse, son image ET son public*.

MOSCOVICI, Serge. *Representações Sociais: investigações em psicologia social*. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 7ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. Título Original: *Social representations: explorations in social psychology*.

MUNIZ, Egli. Equipes de Referência no SUAS e as Responsabilidades dos Trabalhadores. In: BRASIL. Ministério de Desenvolvimento e Combate à Fome. *Gestão do Trabalho no Âmbito do SUAS: uma contribuição necessária para ressignificar as ofertas e consolidar os direitos socioassistenciais*. Brasília. DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.

OLIVEIRA, Fátima. Ser negro no Brasil: alcances e limites. *Estudos Avançados*, São Paulo, vol. 18, n. 50, p. 57-60, fev.2004.

OLIVEIRA, Marta Kolh de. *Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento um processo sócio-histórico*. São Paulo: Scipione, 1993

PAIXÃO, Ana Cristina Vanderley da; DESLANDES, Suely Ferreira. Abuso Sexual Infante-Juvenil: ações municipais da saúde para a garantia do atendimento. *Ciência e Saúde Coletiva*. Vol. 16, 2011.

PEIXOTO, Clarice Ehlers. As Transformações Familiares e o Olhar do Sociólogo. In: SINGLY, François de Singly. *Sociologia da Família Contemporânea*. Tradução de Clarice Ehlers Peixoto. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

POUPART, Jean. A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: NASSER, Ana Cristina (org.). *A Pesquisa Qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. 2 edição. Petrópolis, RJ Vozes, 2010.

RIBEIRO, Rebecca; COSTA, Liana Fortunato. *As Emoções do Profissional Psicossocial Frente ao Abuso Sexual Infantil*. Estilos da Clínica, 2007, Vol. 12, n.23, p.130-147, abr.2007. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/estic/article/view/68510>> Acesso em: 28 de abr. 2014.

ROCHA-ANTUNES, Maria Isabel. *Da cor da Terra: representações sociais de professores sobre os alunos no contexto da luta pela terra*. Belo Horizonte. Editora UFMG, 2012.

ROUYER, Michéle. As crianças vítimas, consequências a curto e médio prazo. In: GABEL, Marceline (org.). *Crianças Vítimas de Abuso Sexual*. Tradução de Sônia Goldfeder. São Paulo: Summus, 1997.

SANDERSON, Christiane. *Abuso Sexual em Crianças: fortalecendo pais e professores para proteger crianças de abuso sexual*. São Paulo: M. Books do Brasil, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Viviane Amaral dos; COSTA, Liana Fortunato. A Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes: conhecer a realidade possibilita a ação protetiva. *Estudos de Psicologia*. Campinas. Vol. 28. Outubro Dezembro, 2011.

SARLET, Ingo Wolfgang. *Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988*. 3.ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004

SARTI, Cynthia A. Famílias Enredadas. In: ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amália Faller (orgs.). *Família, Redes Laços e Políticas Públicas*. 5ed. São Paulo: Cortez: Coordenadoria de Estudos e Desenvolvimento de Projetos Especiais – PUC/SP, 2010.

SILVA, Roberto da, NETO, João Clemente de Souza e MOURA, Rogério Adolfo de (orgs). *Pedagogia Social*. São Paulo: Expressão e Arte Editora, 2009

SOBRAL, Marcela Flores Cardoso; LIMA, Marcus Eugênio Oliveira. Representando as Práticas e Praticando as Representações nos CRAS de Sergipe. *Revista Psicologia Ciência e Profissão*. 2013, 33 (3), 630-645.

SOUSA, Sônia M. Gomes; MOREIRA, Maria Ignez Costa (orgs). *Quebrando o Silêncio: Disque 100 – Estudo sobre a denúncia de violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil*. Goiânia: Cãnone Editorial, 2013.

SPINK, Mary Jane. O Conceito de Representação Social na Abordagem Psicossocial. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 9 (3), jul/set, 1993.

SUASSUNA, Danilo; CARVALHO, Raquel Maracaípe de. O Fenômeno da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes Segundo Dados do Disque 100: seus tipos e o perfil

das vítimas. In: SOUSA, Sônia M. Gomes; MOREIRA, Maria Ignez Costa (orgs). *Quebrando o Silêncio: Disque 100 – Estudo sobre a denúncia de violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil*. Goiânia: Cãnone Editorial, 2013.

TAVARES, Rosa Carneiro; LOUREDO, Laís de Carvalho R. Santana; PRADO, Jéssica Inácio de Almeida. Breve História do Disque 100: Análise da Implantação e Monitoramento do Serviço. In: SOUSA, Sônia M. Gomes; MOREIRA, Maria Ignez Costa (orgs). *Quebrando o Silêncio: Disque 100 – Estudo sobre a denúncia de violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil*. Goiânia: Cãnone Editorial, 2013.

TEIXEIRA, Adla Betsaida Martins. *Gender and Education: The process of domestication of the primary school teaching a Brazilian case study*. PhD Thesis – University of London – Uk. (cópia na UFMG – Brasil)

TEIXEIRA, Adla Betsaida Martins; PEREIRA, Lucas Carvalho Soares de Aguiar; MIRANDA, Natália Freitas. Qual Escola Queremos? Educação em Direitos Humanos. In: BROCHADO, Mariá; ABREU, Décio; FREITAS, Natália. *Educação em Direitos Humanos: uma contribuição mineira*. Belo Horizonte: Ed. UFMG: Proex, 2009.

TEIXEIRA, Adla Betsaida Martins; ABREU, Luana Barbosa de; FREITAS, Marcel de Almeida. Informações e conhecimento sobre dengue entre discentes do ensino fundamental de escolas públicas de 7 Lagoas, Minas Gerais (Brasil): uma perspectiva de gênero. In: TEIXEIRA, Adla Betsaida Martins; FREITAS, Marcel de Almeida (orgs.) *Outros Plurais: mulheres e homens na educação*. Curitiba: Editora CRV, 2013.

TEIXEIRA, Solange Maria. Trabalho Social com Famílias na Política de Assistência Social: elementos para sua reconstrução em bases críticas. *Serviço Social Revista*. Londrina, v. 13, n.1, p. 4-23, Jul/Dez.2010.

TEIXEIRA, Solange Maria. Família na Política de Assistência Social: avanços e retrocessos com a matricialidade sociofamiliar. *Revista Políticas Públicas*. São Luiz, v. 13, n.2, p. 255-264, Jul/Dez.2009.

UDE, Walter. Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-juvenil e Construção de Redes Sociais. In: CUNHA, Edite da Penha; SILVA, Eduardo Moreira da e GIOVANETTI, Maria Amélia de Castro (orgs.). *Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-juvenil: expansão do PAIR em Minas Gerais*. Belo Horizonte; Editora UFMG, 2008, 402 p.

UDE, Walter. Pedagogia Social: uma disciplina emergente. *Revista Presença Pedagógica*. Belo Horizonte, v.10,n.59, p.19-27, st/out. 2004.

## **ANEXOS**

**ANEXO A** – Aprovação do COEP

**ANEXO B** – Termo de Compromisso

**ANEXO C** – Termo de Autorização

**ANEXO D** – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido das Famílias

**ANEXO E** – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido dos Profissionais

**ANEXO F** – Roteiro do Grupo Focal

**ANEXO G** – Questionário Perfil Socioeconômico e Cultural das Famílias

**ANEXO H** – Roteiro de Entrevista com os Profissionais